Turismo Cultural e Patrimônio Imaterial no Brasil

Edson Leite

Vol. 6 - Ó Pátria amada
Coleção Verde-Amarela

NADA FICOU DE FORA!

Enfim, uma obra literária ambiciosa que busca e consegue abranger, esmiuçadamente, as questões do Turismo Cultural! E, ao passear por todos os seus recônditos, assegura para si o destino de tornar-se obra de referência. A edição presente não procurou esconder a origem do discurso acadêmico emanado de pesquisa realizada com os rigores requeridos pelas instituições universitárias. E o resultado final obtido por seu autor, o pesquisador Edson Leite, nos parece definitivo.

De um lado, acompanhamos a discussão desenvolvida em torno da dicotomia Turismo e Cultura, somente após a profunda conceituação dos termos, para lançar-se à sua conjunção e desaguar no tema da pesquisa: Turismo Cultural. Parte da ideia mais simples, inicial, que fazer turismo é deslocar-se espacialmente, seja de onde e para aonde for e, também, seja lá qual seja a sua motivação. Sai-se de um ponto intentando atingir um outro locus, pelos mais diversos caminhos ou estradas, independente de serem sólidas como a terra, líquidas como as águas doces ou salgadas, ou etéreas como o ar. O que importa é a decisão de deixar, ainda que seja por um determinado intervalo de tempo, o lar, os seus, seu entorno que, tudo somado, resulta na cultura do viajante que se determinou a empreender um 'giro' que o levará inevitavelmente a uma outra cultura.

Leite, sequer esqueceu-se de Santo Agostinho, ao avisar que se restringir à casa seria como ler um livro de uma só página, ou uma só página de muitas de um livro alentado que é o mundo. Aponta para a noção do Turismo Cultural como um dos segmentos possíveis do fazer turismo, atrelado como se encontra ao desejo de mudança e certeza de conhecer, dentre todas as possibilidades das culturas, aquela uma que difere da sua e para qual se destina. Pode-se viajar em busca de saúde, de esquecimento, de paz, de burburinho, de diversidade, de lugares aprazíveis, a negócios ou, até de mesmo, com destinação a outra cultura!

Por outro lado, detendo-se em uma outra dicotomia, ao nos levar em sua viagem às praias diversas da concretude e da intangibilidade dos bens ditos culturais, consegue se acercar da totalidade, algo difícil de atingir, mas que realiza de modo integral, a ponto de nos questionarmos: - Nada ficou de fora?

Também não ficou de fora o corpus teórico que alicerçou sua pesquisa. Faz-se acompanhar de notáveis que anteriores a ele se debruçaram e teorizaram sobre a questão a referendar seu trabalho de pesquisador.

E desfila a seu favor as vozes estrangeiras de Lévi-Strauss, Bourdieu, Bauman, Hall, entre inúmeros outros. Também não se esqueceu da 'prata da sua casa', ou melhor, da nossa casa identitária. E, também, da mesma forma que fizera com aqueles das outras culturas, lança mão de Villa-Lobos, Câmara Cascudo, Mário de Andrade, Gilberto Freyre em conjunto com uma plêiade de pensadores brasileiros que o autor nos prodigaliza. E nos faz questionar: - Nenhum ficou de fora? Esmiúça os sítios que reconhecidamente, no Brasil, tornaram-se referências obrigatórias. Leva-nos a conhecer os organismos internacionais, principalmente a UNESCO – braço das Nações Unidas que trata da decisão de apontar aos 'viajantes' os seus pontos de destino obrigatórios do Brasil e do mundo, bem como aqueles nacionais, como o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Já que é forte a questão do Passado e da Memória presente neste livro, nos permitimos à lembrança de uns versos que permearam o imaginário dos frequentadores do Teatro Ipanema, sob a batuta da dupla de atores e empresários Rubens Correia e Ivan Albuquerque, que transformaram em celebração a peça teatral de José Vicente – Hoje é dia de rock!, no Rio de Janeiro da década de 1970:

- Viajante. Viajante
  De onde é que você vem?

- Viajante. Viajante
  Pra onde é que você vai?

- Viajante. Viajante.
  Leva eu pra viajar!

O livro de Edson Leite é um forte convite para viajarem a todos os estudantes de graduação em Comunicação Social, sejam eles de PP, RP, RTV, Cinema... e, principalmente, os cursos de Hotelaria e Turismo. Assim, que embarquem, também, nesta viagem proposta por Leite os pesquisadores pós-graduandos, pós-graduados e todo aquele público em geral que transita pela Comunicação e pela Cultura em seu eterno trânsito.

Paulo B. C. Schettino

Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UNISO-Universidade de Sorocaba.

Turismo Cultural e
Patrimônio Imaterial no Brasil

Coleção Verde-amarela

Vol. 1 - O sonho intenso
Vol. 2 - A Clava Forte
Vol. 3 - Os raios fúlgidos
Vol. 4 - As margens plácidas
Vol. 5 - O brado retumbante
Vol. 6 - Ó Pátria amada

DIRETORIA GERAL DA INTERCOM 2008 – 2011

Presidente - Antonio Carlos Hohlfeldt
Vice - Presidente - Nélia Rodrigues Del Bianco
Diretor Editorial - Osvando José de Morais
Diretor Financeiro - Fernando Ferreira de Almeida
Diretor Administrativo - José Carlos Marques
Diretor de Relações Internacionais - Edgard Rebouças
Diretora Cultural - Rosa Maria Cardoso Dalla Costa
Diretora de Documentação - Maria Cristina Gobbi
Diretora de Projetos - Paula Casari Cundari
Diretora Científica - Marialva Carlos Barbosa

Direção Editorial
Osvando J. de Morais

Presidente: Raquel Paiva (UFRJ)

Conselho Editorial - Intercom

Alex Primo (UFRS)
Alexandre Barbalho (UFCE)
Ana Sílvia Davi Lopes Médola (UNESP)
Christa Berger (UNISINOS)
Cicilia M. Krohling Peruzzo (UMESP)
Erick Felinto (UERJ)
Etienne Samain (UNICAMP)
Giovandro Ferreira (UFBA)
José Manuel Rebelo (ISCTE, Lisboa)
Jeronimo C. S. Braga (PUC-RS)
José Marques de Melo (UMESP)
Juremir Machado da Silva (PUCRS)
Luciano Arcella (Universidade d'Aquila, Itália)
Luiz C. Martino (UNB)
Marcio Guerra (UFJF)
Margarida Maria Krohling Kunsch(USP)
Maria Teresa Quiroz (Universidade de Lima/Felafacs)
Marialva Barbosa (UFF)
Mohammed Elhajii (UFRJ)
Muniz Sodré (UFRJ)
Nélia R. Del Bianco (UNB)
Norval Baitelo (PUC-SP)
Olgária Chain Féres Matos (UNIFESP/UNISO)
Osvando J. de Morais (UNISO)
Paulo B. C. Schettino (UNISO)
Pedro Russi Duarte (UNB)
Sandra Reimão (USP)
Sérgio Augusto Soares Mattos (UFRB)

Turismo Cultural e Patrimônio Imaterial no Brasil

EDSON LEITE

São Paulo
Intercom
2011

Coleção Verde Amarela volume 6 - Ó Pátria amada
Turismo Cultural e Patrimônio Imaterial no Brasil

Copyright © 2011 dos autores dos textos, cedidos para esta edição à Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM

Direção Editorial
Osvando J. de Morais

Projeto Gráfico e Diagramação
Mariana Real

Capa
Mariana Real

Revisão Geral
João Alvarenga

Ficha Catalográfica

L551t

Leite, Edson
Turismo cultural e patrimônio imaterial no Brasil / Edson Leite. – São Paulo: INTERCOM, 2011.
238 p. ; 23 cm - (Coleção verde amarela ; v. 6)

Inclui bibliografias.
ISBN 978-85-88537-79-8

1. Turismo cultural. 2. Patrimônio cultural - Brasil. I. Título.

CDD-338.4791

Todos os direitos desta edição reservados à:
Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM
Rua Joaquim Antunes, 705 – Pinheiros
CEP: 05415 - 012 - São Paulo - SP - Brasil - Tel: (11) 2574 - 8477 / 3596 - 4747 / 3384 - 0303 / 3596 - 9494
http://www.intercom.org.br – E-mail: intercom@usp.br

Sumário

Apresentação – Patrimônio Imaterial, Agora Tangível 11
Introdução.....13

1. Turismo Cultural.....25
1.1 Entendimento sobre cultura..... 26
1.2 Motivação cultural para o turismo 32
1.3 Turismo cultural como segmento 35
1.4 A sustentabilidade do turismo cultural..... 42
1.5 Diagnóstico e inventário turístico 46

2. Patrimônio: Um Conceito Abrangente.....53
2.1 Patrimônio cultural brasileiro..... 61
2.2 Proteção do patrimônio cultural..... 65

3. As Listagens Patrimoniais 71
3.1 As Sete Maravilhas da Antiguidade..... 73
3.2 Maravilhas Naturais 75

3.3 Outras listagens 76
3.4 Novas sete maravilhas do mundo 78
3.5 As maravilhas das Américas..... 82
3.6 A maravilha brasileira 82
3.7 Imitações e desdobramentos pelo Brasil..... 83
3.8 O patrimônio como afirmação da metrópole 85

4. As Cartas Patrimoniais e a Posição Brasileira 91
4.1 Evolução da proteção internacional nas cartas patrimoniais 94
4.2 A posição do Brasil 105
4.2.1 A inscrição de cidades brasileiras na lista de tesouros do patrimônio mundial 108
4.2.2 O patrimônio histórico no Brasil 110
4.3 A proteção de bens culturais imóveis nas constituições brasileiras 112

5. A Base do Patrimônio Imaterial Brasileiro 117
5.1 Conceito Ampliado de Patrimônio Cultural..... 119
5.2 Patrimônio Imaterial..... 121
5.3 Patrimônio Cultural Imaterial para a UNESCO 122
5.4 O Fenômeno das Viagens em sua Relação com a Cultura 124
5.5 O Patrimônio Folclórico, Artesanal, Gastronômico e Musical..... 126

6. Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial no Brasil .147
6.1 Bens Culturais Imateriais Registrados..... 151
6.1.1 Ofício das Paneleiras de Goiabeiras 154
6.1.2 Arte Kusiwa – Pintura e Arte Gráfica Wajãpi..... 155
6.1.3 Círio de Nossa Senhora de Nazaré 156
6.1.4 Samba de Roda do Recôncavo Baiano 157
6.1.5 Ofício das Baianas de Acarajé..... 158
6.1.6 Modo de Fazer Viola-de-Cocho 160
6.1.7 Jongo no Sudeste..... 161

6.1.8 Cachoeira do Iauaretê – Lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri 162
6.1.9 Feira de Caruaru..... 162
6.1.10 Frevo..... 164
6.1.11 Tambor de Crioula no Maranhão..... 167
6.1.12 Samba do Rio de Janeiro 168
6.1.13 Queijo Mineiro..... 171
6.1.14 Roda de Capoeira..... 172
6.1.15 Ofício dos Mestres de Capoeira 174
6.1.16 Modo de Fazer Renda Irlandesa..... 174
6.1.17 Toque dos Sinos em Minas Gerais 175
6.1.18 Ofício dos Sineiros 177
6.1.19 Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis 178
6.1.20 Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe .. 180
6.1.21 Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro 181
6.1.22 Festa de Sant'Ana de Caicó..... 182
6.2. Candidatos ao Registro 184
6.3 Legitimação do Patrimônio 186

7. Patrimônio Imaterial e Movimento Turístico no Brasil.....189
7.1 O Turismo e o Patrimônio Imaterial Registrado no Brasil..... 200

Considerações Finais 209
Referências.....221
Referências Complementares 235

Apresentação
Patrimônio Imaterial, Agora Tangível

Profa. Dra. Maria Ataíde Malcher
Universidade Federal do Pará

A partir da reflexão sobre imaginários culturais, identidade, memória, patrimônio, intangibilidade e turismo cultural, Edson Leite busca alcançar um novo olhar sobre a interação do 'turismo cultural' e o patrimônio imaterial, no Brasil, apresentando novos conceitos e estabelecendo relações de forma a identificar os usos, significações e o 'estado da arte' das questões mais pertinentes à realidade do turismo, em nosso país, em suas mais significativas formas.

Por meio de um mapeamento estratégico das ações governamentais para o registro dos bens culturais, o autor procura ampliar a noção de cultura, fornecendo elementos que demonstram a importância da mediação do sentimento de patrimônio - "elementos estratégicos para a constituição *identitária* da sociedade brasileira" -, oferecendo subsídios para a interpretação e proteção dos bens culturais, no Brasil, além de observar, criticamente, a definição dos critérios referentes ao registro desses bens.

Pela complexidade e pelo caráter amplo da temática, Edson Leite divide seu trabalho em três grandes momentos, no primeiro o pesquisador investiga os recursos culturais e o patrimônio culturais, como

atrativos turísticos e seus possíveis impactos, em especial, na comunidade local, o significado da cultura e do 'turismo cultural', a evolução do conceito de patrimônio – que passa a incorporar as práticas culturais de natureza imaterial – e a constituição das listagens patrimoniais.

Num segundo momento, Edson Leite analisa os principais documentos internacionais sobre questões relativas ao patrimônio, incluindo as recomendações da UNESCO, a posição nacional a partir das cartas constitucionais, a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o entendimento sobre o patrimônio imaterial, no Brasil, como catalisador de manifestações para a revitalização do passado e da identidade do povo brasileiro.

Num terceiro momento, o pesquisador trabalha o perfil dos bens culturais de natureza imaterial registrados pelo IPHAN e os princípios que devem ser observados "para que uma prática coletiva possa pretender esse *status* de bem imaterial registrado", bem como a interpretação do patrimônio imaterial brasileiro para o 'turismo cultural' e as mediações existentes quanto à autonomia estética, a política cultural, existente em nosso país, e a dinâmica de transformação do bem imaterial.

Edson Leite recupera fatos, resgata textos, dá vida a esse novo sentido de patrimônio imaterial, no Brasil, traçando o perfil dos recursos culturais em sua relação com as práticas legais de tombamento e registro. Com isso, sua pesquisa supre, de forma significativa, a lacuna que existia na bibliografia sobre as questões do patrimônio imaterial brasileiro e sua relação com o 'turismo cultural'.

Seguro na sua argumentação, o livro *Turismo Cultural e Patrimônio Imaterial no Brasil* relata e transfere não só aos pesquisadores, como ao leitor comum, importante contribuição para o debate que se trava, na área da cultura brasileira, sobre a mediação dos sujeitos sociais, alcançada pela educação patrimonial e que possibilita a salvaguarda e o incentivo das práticas relacionadas aos saberes e aos modos de fazer geradores de identidade cultural.

Introdução

O mundo é um grande livro
do qual quem nunca sai de sua casa
lê apenas uma página.

Santo Agostinho

O deslocamento humano, tal como o que ocorre na atividade turística, independentemente do seu motivo, inclui elementos culturais a serem consumidos dentro de sua rica cadeia produtiva que envolve dezenas de setores econômicos. Sejam pelos atrativos naturais, ou pelos atrativos históricos e culturais de museus, bibliotecas, arquivos, monumentos, pela arquitetura, pintura, escultura, pelas ruínas e outros legados, ou mesmo por meio de festas, comemorações, comidas típicas, artesanato, feiras, mercados e folclore local, que fazem parte das manifestações tradicionais e usos populares, sempre haverá consumo cultural.[1]

Nesse elenco de categorias, pode-se incluir, conforme a terminologia utilizada no esquema classificatório da oferta turística realizada nos inventários desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), as realizações técnicas, científicas e, especialmente os acontecimentos programados, tal como feiras, exposições, realizações desportivas, artísticas, gastronômicas, sociais, assistenciais e culturais.

1 LAGE, Beatriz; LEITE, Edson. Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. *In*: AJZENBERG, Elza (Coord.). *Arteconhecimento*. São Paulo: MAC-USP; Programa *Interunidades* de Pós-Graduação em Estética e História da Arte, 2006.

A esse patrimônio cultural encarado como algo maior, superior, intangível, que o visitante carrega na memória, e não na mala de viagem, agregam-se distintos meios de hospedagem, alimentação, entretenimento e serviços turísticos diferenciados prestados pelas agências de viagens, transportadoras, locadoras, pelo comércio e pelas oportunidades especiais de compras que fazem parte da identidade[2] local e herança cultural dos povos.

Essa forma de conhecimento destacada por crenças, valores, normas, símbolos, datas, eventos, músicas, danças, roupas, leis, tradições e hábitos nativos, constitui uma aura que distingue povos e comunidades. Trata-se de algo forte, poderoso, de grande atração e interesse cultural, motivando a vontade de conhecimento e justificando o deslocamento humano.

Segundo Brian Goodey:

> Temos, hoje, tantas formas de viajar, tanto física quanto metaforicamente que, muitas vezes, experiências e imagens tornam-se confusas. Nossa compreensão sobre viagens e lugares, bem como a maneira conforme os *experienciamos,* ***(sic)*** vem sendo fortemente afetadas pela mercantilização e pela hiper-realidade da mídia, que tudo altera com estratégias de publicidade e *marketing*.[3]

2 O conceito de identidade, neste trabalho, é entendido como o conjunto de elementos e processos através dos quais as pessoas se identificam e demonstram pertencimento ou não a uma comunidade em particular, estabelecendo um diferencial material ou ideológico com quem não pertença a seu grupo social. Este conceito implica, contudo, numa manifestação em constante processo de recriação. HALL, Stuart. Introduction. Who needs 'Identity'. *In*: HALL, S; GAY, P. (Ed.). *Questions of Cultural Identity*. London: Sage, 1996.

3 GOODEY, Brian. Turismo cultural: novos viajantes, novas descobertas. *In*: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). *Interpretar o patrimônio:* um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002a, p. 131.

Por mais que etnia, religião, idioma e território possam ter influência sobre o sentido de nacionalismo, estes elementos isolados não são suficientes para defini-lo. Cada fator isolado não dá conta da identidade, mas combinados dão origem a uma experiência coletiva fundada na memória de cada indivíduo e que passa a se reconhecer no outro com base em uma identidade. As experiências e histórias compartilhadas constroem a memória coletiva e a identidade nacional.[4] O passado é constantemente reconstruído a partir das condições presentes.[5]

Como afirma Zygmunt Bauman:

> As identidades parecem fixas e sólidas apenas quando vistas de relance, de fora. A eventual solidez que podem ter quando contempladas de dentro da própria experiência biográfica parece frágil, vulnerável e constantemente dilacerada por forças que expõem sua fluidez e por contracorrentes que ameaçam fazê-la em pedaços e desmanchar qualquer forma que possa ter adquirido.[6]

É, portanto, de suma importância descobrir algo mais sobre a cultura das localidades receptoras dos fluxos humanos, observando o que faz com que uma região venha a ser mais ou menos demandada por níveis diferentes de segmentos de visitantes, tomando por base a multiplicidade de elementos da sua oferta, de seu patrimônio global que irá agregar valores sociais e econômicos para o desenvolvimento local com base na atividade de lazer e turismo. São essas especificidades ou traços *identitários* que movem as buscas e fomentam desejos.

Claude Lévi-Strauss explica que:

4 CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, v. 2.

5 GIDDENS, Anthony. Living in a post-traditional society. *In:* BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Reflexive Modernization.* Cambridge: Polity, 1996.

6 BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 98.

> Ora, a cidade é, primeiramente, um espaço, talvez indiferenciado antes que homens o ocupem; mas a maneira como, ao longo dos séculos ou dos anos, eles escolhem se distribuir nesse espaço, a maneira como as diversas formas de atividade política, social, econômica se inscreve no terreno, nada disso se faz ao acaso, e é apaixonante investigar se as cidades se diferenciam em tipos e se é possível discernir constantes em sua estrutura e seu desenvolvimento.[7]

A pesquisa cultural do que se pode chamar de "arte de viajar", de descobrir o que existe no destino visitado, é algo que vem crescendo aceleradamente. Howard Hughes explica que:

> No pós-guerra, muito mais pessoas, de várias camadas sociais, tiveram acesso às artes e ao patrimônio, como resultado da introdução do ensino obrigatório para todos em diversos países. Além disso, muitos governos procuraram estimular acesso mais amplo possível às artes, em vez de mantê-las sob domínio de determinado setor da sociedade. A consciência e o interesse pela cultura também têm sido fomentados por meio da exposição em programas de televisão e em revistas. Isso faz com que haja, em termos potenciais, interesse considerável nos turismos relacionados às artes e de patrimônio.[8]

Esse crescimento no interesse pelas artes e pelo patrimônio vem acarretando uma evolução positiva ao engrandecimento intelectual não só de seus usuários, mas de estudiosos que desenvolvem trabalhos nesse campo cultural integrado com outros campos do conhecimento como a economia, a sociologia, a geografia, a política e tantos mais.

Os desdobramentos dessa procura pelas artes e pelo patrimônio

7 LÉVI-STRAUSS, Claude. *Saudades de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 13.

8 HUGHES, Howard. *Artes, entretenimento e turismo*. São Paulo: Roca, 2004, p. 66.

podem ser benéficos ou não, conforme será analisado em outros momentos, neste trabalho, mas para que o turismo seja um agente *possibilitador* da melhoria de vida da localidade e do visitante é fundamental à educação patrimonial. A mediação dos sujeitos sociais alcançada pela educação patrimonial possibilita a salvaguarda e o incentivo das práticas relacionadas aos saberes e aos modos de fazer geradores de identidade cultural. Segundo Eny Kleyde Vasconcelos Farias, a educação patrimonial tem como responsabilidade:

> [...] sensibilizar e conscientizar as comunidades em torno de seus valores e tradições, inserindo tais práticas na vida sustentável, resgatando e preservando o imaginário coletivo e o patrimônio representativo da cultura, no eixo temporal e espacial.[9]

É o imaginário coletivo que envolve a cultura, que move multidões e que caracteriza o estado de espírito de um povo, desenvolvendo a função de vínculo social, de compartilhamento de um sentimento comum[10], constituindo um importante fator na revitalização e preservação do patrimônio cultural das comunidades, especialmente das que o utilizam como atrativo turístico para o desenvolvimento do turismo cultural.

O objetivo deste trabalho é analisar as possíveis percepções acerca do patrimônio cultural imaterial e dos recursos culturais brasileiros, e identificar o "estado da arte", usos e significações que têm sido adotados com relação a esses bens.

Este trabalho visa, também, fornecer elementos que demonstrem a importância da mediação do sentimento de patrimônio, especialmente daquele ligado aos bens de natureza imaterial, oferecendo subsídios

9 FARIAS, Eny Kleyde Vasconcelos. A construção de atrativos turísticos com a comunidade. *In*: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). *Interpretar o patrimônio:* um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002, p. 62.

10 MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. *Revista Famecos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 5, ago. 2001, p. 74-82.

ao campo da valorização, interpretação e proteção dos bens culturais.

Este trabalho tem como problemas de pesquisa as seguintes questões:

P1) Qual a situação, usos e significações que têm sido adotados, no Brasil, para avaliar o patrimônio cultural imaterial?

P2) Como a interpretação ligada aos bens culturais de natureza imaterial pode interferir nas áreas de lazer e turismo?

P3) Qual a importância do patrimônio imaterial para um país em vias de desenvolvimento, como o Brasil?

P4) Os critérios referentes ao registro de bens de natureza imaterial estão claramente definidos?

Para responder a estes questionamentos, propõem-se, inicialmente, as seguintes hipóteses:

H1) O mapeamento das ações governamentais para registro dos bens culturais de natureza imaterial demonstra a situação, os usos e as significações patrimoniais no Brasil. (problema 1)

H2) O tombamento ou registro de bens como patrimônio cultural não deve fazer com que o bem, alvo desta prática de proteção ou salvaguarda, deixe de pertencer e sofrer a ação da comunidade e do tempo social. (problema 1)

H3) Os bens imateriais são elementos estratégicos para a constituição identitária da sociedade brasileira. (problema 3)

H4) A identidade local pode colaborar na construção dos atrativos turísticos. (problemas 2 e 3)

H5) A legislação brasileira não abrange todos os bens que poderiam ser considerados patrimônio cultural. (problema 4)

Para melhor compreensão dos objetivos, problemas e hipóteses desta pesquisa, apresenta-se a *Matriz de Amarração*, seguindo as orien-

tações de José Afonso Mazzon[11] para estudos quantitativos. Neste trabalho, utiliza-se uma adaptação dessa matriz como tentativa de entrecruzamentos necessários para consolidação de conceitos e da apreensão dos resultados obtidos, que devem ser entendidos como um todo.

Matriz de Amarração

OBJETIVOS	PROBLEMAS	HIPÓTESES	CAPÍTULOS
• Analisar as possíveis percepções acerca do patrimônio cultural imaterial e dos recursos culturais brasileiros. • Identificar o estado da arte, usos e significações que têm sido adotados com relação a esses bens. • Fornecer elementos que demonstrem a importância da mediação do sentimento de patrimônio, especialmente daquele ligado aos bens de natureza imaterial, oferecendo subsídios no campo da valorização, interpretação e proteção dos bens culturais.	P1. Qual a situação, usos e significações que têm sido adotados, no Brasil, para avaliar o patrimônio cultural imaterial?	H1. O mapeamento das ações governamentais para registro dos bens culturais de natureza imaterial demonstra a situação, os usos e as significações patrimoniais no Brasil. H2. O tombamento ou registro de bens como patrimônio cultural não deve fazer com que o bem, alvo dessa prática de proteção ou salvaguarda, deixe de pertencer e sofrer a ação da comunidade e do tempo social.	1. Turismo Cultural 2. Patrimônio: um conceito abrangente 4. As cartas patrimoniais e a posição brasileira 5. A base do patrimônio imaterial brasileiro 6. Registro de bens de natureza imaterial no Brasil. 7. Patrimônio imaterial e movimento turístico no Brasil.
	P2. Como a interpretação ligada aos bens culturais de natureza imaterial pode interferir nas áreas de lazer e turismo?	H4. A identidade local pode colaborar na construção dos atrativos turísticos.	1. Turismo Cultural 3. As listagens patrimoniais 4. As cartas patrimoniais e a posição brasileira 6. Registro de bens de natureza imaterial no Brasil. 7. Patrimônio imaterial e movimento turístico no Brasil.
	P3. Qual a importância do patrimônio imaterial para um país em vias de desenvolvimento como o Brasil?	H3. Os bens imateriais são elementos estratégicos para a constituição identitária da sociedade brasileira. H4. A identidade local pode colaborar na construção dos atrativos turísticos.	1. Turismo Cultural 2. Patrimônio: um conceito abrangente 5. A base do patrimônio imaterial brasileiro 6. Registro de bens de natureza imaterial no Brasil. 7. Patrimônio imaterial e movimento turístico no Brasil.
	P4. Os critérios referentes ao registro de bens de natureza imaterial estão claramente definidos?	H5. A legislação brasileira não abrange todos os bens que poderiam ser considerados patrimônio cultural.	2. Patrimônio: um conceito abrangente 4. As cartas patrimoniais e a posição brasileira 6. Registro de bens de natureza imaterial no Brasil.

11 MAZZON, José Afonso. *Análise do programa de alimentação do trabalhador sob o conceito de marketing social*. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

Este trabalho pretendeu fornecer elementos, recuperar fatos, resgatar referências bibliográficas e documentos, além de traçar um perfil dos recursos culturais em sua relação com as práticas legais de tombamento e registro, indicando o "estado da arte" do registro do patrimônio imaterial no Brasil. Esses dados enriquecem as informações disponíveis e a subsequente análise das relações entre os diferentes públicos envolvidos nesse processo: comunidade, turistas, visitantes, legisladores, governantes, empresários e cidadãos.

Sobre cultura, identidade, turismo cultural e patrimônio histórico já se debruçaram vários estudiosos; mas, sobre a interpretação do patrimônio imaterial, ou intangível, e sua relação com a cultura, a identidade, o 'turismo cultural' e o patrimônio histórico, pouco se estudou e analisou até o presente momento. Gilberto Martins e Carlos Theóphilo esclarecem que:

> O objetivo da interpretação de uma ideia ou conceito é levar o autor a dizer explicitamente o que está dito de forma implícita, mas que não deixaria de dizer explicitamente se alguém lhe perguntasse. Em outras palavras: mostrar como, confrontando várias afirmações, podemos formular nossa resposta nos termos do pensamento estudado. O autor talvez não o tenha dito de forma clara por parecer-lhe demasiado óbvio, ou porque jamais tratara da questão sob o ângulo enfocado na pergunta.[12]

Neste sentido, entende-se que este trabalho auxilia no resgate e compreensão desses universos e sua inter-relação, podendo contribuir para futuros projetos nas áreas de patrimônio, cultura, lazer e turismo cultural.

Para a realização deste trabalho, procedeu-se a uma pesquisa exploratória com base em revisão bibliográfica e análise documental, tendo em vista a pouca literatura disponível e a ausência de textos que apresentem o "estado da arte" sobre o assunto, conduzindo à necessidade

12 MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2007, p. 55.

da reunião dessas informações. Segundo Roberto Sampieri, Carlos Collado e Pilar Lucio, os estudos exploratórios podem servir para a familiarização com fenômenos relativamente desconhecidos e devem ser realizados:

> [...] quando 'o objetivo é examinar um tema ou problema de pesquisa, pouco estudado, do qual se tem muitas dúvidas ou não foi abordado antes'. Em outras palavras, quando a revisão de literatura revela que há temas não pesquisados e ideias vagamente relacionadas com o problema de estudo; ou seja, se desejarmos pesquisar sobre alguns temas e objetos com base em novas perspectivas e ampliar os estudos já existentes.[13]

Esta pesquisa identificou conceitos e estabeleceu relações entre cultura, identidade, turismo cultural e patrimônio imaterial, entendendo que:

> Os estudos exploratórios 'em poucas ocasiões constituem um fim em si mesmos', geralmente, determinam tendências, identificam áreas, ambientes, contextos e situações de estudo, relações potenciais entre variáveis; ou estabelecem o 'tom' de pesquisas posteriores mais elaboradas e rigorosas.[14]

Partiu-se da pesquisa documental, utilizando "fontes escritas ou não; fontes primárias ou secundárias; contemporâneas ou retrospectivas"[15], entendendo, como afirmam Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos, que:

13 SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Hernández; LUCIO, Pilar Baptista. *Metodologia de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006, p. 99.

14 Idem. Ibidem, p. 100 p. 100.

15 MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 176.

> [...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.[16]

No mesmo sentido, Gilberto Martins e Carlos Theóphilo explicam que:

> Um estudo pode ser desenvolvido com emprego exclusivo de pesquisa documental. Conforme o desenvolvimento de uma investigação, a pesquisa documental poderá ser uma fonte de dados e informações auxiliar, subsidiando o melhor entendimento de achados e, também, corroborando evidências coletadas por outros instrumentos e outras fontes, possibilitando a confiabilidade de achados através de triangulações de dados e de resultados.[17]

Seguindo esses procedimentos, a partir da reflexão sobre imaginários culturais, identidade, memória, patrimônio, intangibilidade e turismo cultural, buscou-se alcançar um novo olhar que pudesse contribuir com o conhecimento sobre a interação do turismo cultural e o patrimônio imaterial no Brasil.

Este estudo compreendeu a reunião dos dados oferecidos pelas fontes bibliográficas, em especial pela legislação aplicável em nível federal, incluindo os tratados internacionais aos quais o Brasil subscreveu. Num primeiro momento, demonstra-se a importância dos recursos culturais e do patrimônio cultural como atrativos turísticos e seus possíveis impactos, em especial, na comunidade local. Parte-se da noção histórica do conceito de bem cultural e da ampliação da ideia de proteção que passa a incluir outros fatores de risco, como as ações destrutivas do meio ambiente, o crescimento desordenado das cidades

16 MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Op. cit.*, p. 183.

17 MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Op. cit.*, p. 86.

e a noção de progresso que desconsidera valores sociais.

O segundo capítulo contextualiza o significado da cultura e do turismo cultural. Discute a importância da participação da comunidade na construção de sua identidade social e econômica, utilizando, preservando e promovendo os recursos culturais disponíveis como atrativos para os visitantes.

No terceiro capítulo, apresentam-se os possíveis sentidos da palavra 'patrimônio' e da evolução de seu conceito, que se tornou mais abrangente com o passar do tempo, incorporando, também, as práticas culturais de natureza imaterial. Tratam-se, ainda, de questões relativas à necessidade da salvaguarda do patrimônio cultural.

Em seguida, no quarto capítulo, discute-se a questão da constituição de listagens patrimoniais. Parte-se de uma breve análise dos primeiros grandes monumentos da humanidade – as sete maravilhas do mundo antigo –, passando, depois, a outras listagens que incluem as sete novas maravilhas eleitas em 2007 e algumas iniciativas paulistanas, procurando demonstrar como a humanidade tem necessidade, ou interesse, em eleger os maiores feitos da construção arquitetônica ou social e dar a eles um patamar diferenciado.

O quinto capítulo analisa os principais documentos internacionais que tratam do patrimônio histórico, a atuação da UNESCO na elaboração de resoluções e ações para a salvaguarda do patrimônio mundial, a inscrição de cidades brasileiras na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO e a posição nacional, a partir das cartas constitucionais e da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

O sexto capítulo principia analisando o entendimento sobre o conceito de patrimônio cultural e, em especial, do patrimônio imaterial no Brasil. Analisa como as práticas relacionadas à cultura popular nacional e ao folclore – em especial à música, à gastronomia e ao artesanato – são a base do conjunto dos bens culturais de natureza imaterial que atrai e motiva a visitação turística, no Brasil, e a importância dessas manifestações para a revitalização do passado e da identidade do povo brasileiro, merecendo, portanto, atenção e proteção.

No sétimo capítulo é traçado o perfil dos bens culturais de natu-

reza imaterial registrados pelo IPHAN, a partir do ano de 2002 até o final do ano de 2010, e analisam-se as vantagens dessa salvaguarda e os princípios que devem ser observados para que uma prática coletiva possa pretender esse *status* de bem imaterial registrado.

No oitavo capítulo, o enfoque recai sobre a interpretação do patrimônio imaterial brasileiro para o 'turismo cultural' e levantam-se questões sobre as políticas de registro de bens dessa natureza no país.

Por fim, o último capítulo traz as considerações finais deste trabalho sobre o 'turismo cultural' e o patrimônio imaterial brasileiro, analisando as mediações existentes quanto à autonomia estética e a política cultural, entendendo, como Janet Wolff, que:

> A cultura não é apenas um reflexo das estruturas econômicas e sociais. É mediada em vários níveis: é mediada pela complexidade e pela natureza contraditória dos grupos sociais nos quais se origina; é mediada pelas situações específicas de seus produtores; é mediada pela natureza da operação dos códigos e convenções estéticas através dos quais a ideologia é transformada e nos quais se expressa.[18]

Neste campo simbólico, descrito por Janet Wolff, os vários atores e situações interagem para a concepção contemporânea do patrimônio imaterial. A partir desse entendimento, completa-se este trabalho com a apresentação das referências bibliográficas utilizadas.

18 WOLFF, Janet. *A produção social da arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 85.

1. Turismo Cultural

O viajante reconhece o pouco que é seu,
descobrindo o muito que não teve
e o que não terá.

Ítalo Calvino, As cidades invisíveis

Desde o final da década de 1980, em função das novas condições e exigências do mercado, que incluem a competitividade, flexibilidade e segmentação, assistiu-se a constituição de múltiplos "novos turismos", que consistem em formas diferenciadas de praticar a atividade turística. Dessa forma, o 'turismo cultural' pode ser considerado um segmento do turismo dentre outros tipos existentes, como o ecológico, o religioso, o arqueológico, o de aventura, o de negócios etc. Muitos desses segmentos podem estar inter-relacionados e atrair o interesse dos visitantes pelas diferentes possibilidades e combinações de ofertas e atrativos que uma região possa oferecer.[19]

O Ministério do Turismo adotou o conceito de turismo cultural compreendido como: "as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura".[20]

19 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). *Turismo Internacional*: uma perspectiva global. Porto Alegre: Bookman, 2003.

20 BRASIL. *Segmentação do turismo*: marcos conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006a, p. 13.

Neste trabalho, em consonância com o conceito adotado pelo Ministério do Turismo, considerou-se o 'turismo cultural' como aquele resultante dos aspectos culturais – materiais e imateriais – do local ou grupo visitado, privilegiando-se o entendimento do turismo como lugar da cultura sobre o entendimento que compreende as possíveis segmentações. O 'turismo cultural' foi estudado, portanto, como faceta da atividade turística que envolve a experimentação de bens culturais e que proporciona aos visitantes a participação, em processo educativo, no auxílio à preservação dos bens visitados.[21]

1.1 Entendimento sobre cultura

Quando se fala em cultura, está se pensando em indivíduos dentro de um processo social dinâmico que é a sociedade, interagindo com valores de diferentes expressões, caracterizados pelas crenças, rituais e tradições que passam de geração a geração. É, portanto, algo mutável e que pode acontecer assumindo as mais variadas formas de expressão, pois é a própria comunidade que permite essa ocorrência ao participar – direta ou indiretamente – na transmissão e divulgação dessas experiências culturais.[22]

O vocábulo 'cultura' tem origem latina, vem do verbo *colere*, que significa cultivar. Com o decorrer do tempo, essa palavra passou a ser empregada, também, no sentido de refinamento pessoal ou educação elaborada. O sentido de 'cultura' surge em oposição à *barbárie*, como marca própria da civilização, mas pode ser considerado, também, como todas as maneiras de existência humana.

Na verdade, a cultura marca o desenvolvimento da humanidade.

21 COSTA, Flávia Roberta. *Turismo cultural e comunicação interpretativa*: contribuição para uma proposta brasileira. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação)- Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001, p. 179.

22 GUERRA, Marco Antônio. *Carlos Queiroz Telles*: história e dramaturgia em cena (década de 70). São Paulo: Annablume, 1993.

Os conflitos entre os diversos modos de organizar a vida social e a apropriação dos recursos naturais e sua transformação são preocupações que levam à análise das relações atuais e suas perspectivas para o futuro. As sociedades humanas têm experimentado, ao longo dos tempos, processos de diversificação e homogeneização das culturas[23], como afirma José Luiz dos Santos:

> Cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam. É preciso relacionar a variedade de procedimentos culturais com os contextos em que são produzidos.[24]

A variedade das vivências humanas faz com que cada cultura seja o resultado de uma história particular, incluindo as relações com outras culturas e as possibilidades de movimentação em direção ao futuro. A discussão sobre cultura está muito ligada à constatação da diversidade e às forças sociais que movem a sociedade.[25] A formulação da cultura, portanto, implica necessariamente confrontos, tensões, disputas, consenso e negociações.

A vida social será sempre marcada pela comunicação simbólica, enquadrada nos corpos da herança cultural transmitidos de geração a geração e que fazem com que todos os desenvolvimentos dependam de características do patrimônio preexistente, que farão com que as atividades humanas componham sequências evolutivas. As relações externas entram em ação para que as culturas sejam construídas.[26] Stuart Hall afirma que: "as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas, transformadas no interior da

23 RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório*: estudos de antropologia da civilização. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

24 SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 8.

25 CASTELLS, Manuel. *Op. cit*.

26 RIBEIRO, Darcy. *Op. cit*.

representação"[27] e José Luiz dos Santos esclarece que:

> Lendas ou crenças, festas ou jogos, costumes ou tradições – esses fenômenos não dizem nada por si mesmos, eles apenas o dizem enquanto parte de uma cultura, a qual não pode ser entendida sem referência à realidade social de que faz parte, à história de sua sociedade. [...] O fato de que as tradições de uma cultura possam ser identificáveis não quer dizer que não se transformem, que não tenham sua dinâmica. Nada do que é cultural pode ser estanque, porque a cultura faz parte de uma realidade, na qual a mudança é um aspecto fundamental.[28]

O ritmo do mundo moderno com os efeitos do intenso desenvolvimento tecnológico, da mercantilização e da globalização, tem provocado rupturas drásticas nas vivências culturais de todas as comunidades do planeta, especialmente nas mais urbanas, que se tornaram o reflexo das diferenças sociais e culturais, vivendo um sentimento de indiferença e segregação.[29]

O sentido de evolução cultural não deve ser entendido como um sentido de supressão das práticas regionais ligadas aos saberes e aos domínios conquistados por cada comunidade. A cultura é remodelada, continuamente, especialmente quando em contato com outras culturas e, nesse sentido, a necessidade de salvaguardar os bens culturais está diretamente ligada à continuação da existência das práticas culturais, que podem ser apresentadas como atrativos significativos de uma comunidade ou localidade.

A cultura popular é uma dimensão da vida humana ligada aos privilégios das instituições dominantes e às lutas para superá-las. Em outros termos: o resultado dos embates entre as relações de poder e os interesses

27 HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999, p. 48.

28 SANTOS, José Luiz dos. *Op. cit.*, p. 47.

29 DRIS, Nassima. Patrimoine et developpement local: l'appropriation collective du patrimoine comme forme d'integration sociale. *Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 8, n. 13, set. 2006, p. 9-18.

dentro da sociedade. Apenas em tempos mais recentes a cultura popular passou a ser aceita como fundamental para o desenvolvimento da humanidade e possível de ser *patrimonializada*. Nesse sentido, a afirmação de John Swarbrooke:

> O produto do turismo patrimonial é heterogêneo. Às vezes, é tangível e toma a forma de edifícios e monumentos, às vezes, é intangível, tal como um evento folclórico ou uma língua diferente. Pode ser natural ou feito pelo homem e pode ser um atrativo apenas, um destino turístico, ou todo um país.[30]

Como afirma Nestor Garcia Canclini, o desenvolvimento moderno não suprimiu as culturas populares tradicionais, embora estas possam ter sofrido transformações.[31] O resgate da cultura, dos valores e tradições de uma localidade, podem manter ativas as referências culturais de um município ou de um grupo e transformar-se em um potencial produto turístico capaz de auxiliar na construção da história da comunidade.

Os indivíduos, a partir de seus referenciais de grupo, são incentivados a participar e preservar as tradições que podem ser efetivamente transmitidas. O 'turismo cultural' poderá servir para viabilizar o sustento e a manutenção do patrimônio histórico e cultural do local, proporcionando benefícios aos residentes e aos turistas. Nesse sentido, Jeremy Boissevain afirma que:

> Estas comunidades [receptoras] descobriam-se a si próprias através do interesse dos turistas. Isto encorajou a reflexão acerca das suas próprias tradições e da sua cultura e estimulou a pre-

30 SWARBROOKE, John. The future of the past: heritage tourism into the 21st century. *In*: SEATON, A. V. (Ed.). *Tourism*: the state of the art. Chichester: John Wiley & Sons, 1994, p 224. [Tradução livre deste autor.]

31 CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas*. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1997.

servação dos rituais e do artesanato moribundo.[32]

Assim, faz-se necessário observar o quanto a cultura local está sendo respeitada e como os habitantes estão sendo motivados a assumirem papel ativo nesse processo. As comunidades envolvidas com as culturas populares, geralmente, desejam vender seus produtos como mercadorias, numa percepção do valor patrimonial de suas tradições, muitas vezes, manipuladas para afirmarem a identidade local.

José Clemente Pozenato defende que cabe ao poder público a preservação dos valores culturais de uma comunidade que não tenha força suficiente para defender seus interesses.[33] Embora caiba ao poder público a gestão e a condução de políticas públicas que destaquem os interesses da localidade, os interesses sociais de todos os envolvidos devem ser sempre considerados.

No resgate da memória – entendida como a capacidade de evocar o passado através do presente[34] – e das práticas culturais, os habitantes e os gestores da localidade devem procurar uma convivência que possibilite a interação e a união de forças. Afinal, o turismo tem a faculdade de revelar e valorizar um dos componentes essenciais da cultura viva: a identidade de um território.[35]

A memória inscreve as lembranças contra o esquecimento e cria sentimentos de pertencimento e identidade para que as futuras gerações tomem conhecimento dos acontecimentos e tenham uma definição do que as diferencia de outros grupos. Segundo Michael Pollak, a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade,

32 BOISSEVAIN, Jeremy. *Coping with tourists*. European reactions to mass tourism. Oxford & Providence: Berghahn Books, 1996, p. 7. [Tradução livre deste autor.]

33 POZENATO, José Clemente. *Processos culturais*: reflexões sobre a dinâmica cultural. Caxias do Sul: EDUSC, 2003.

34 JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

35 CLUZEAU, C. Origet du. *Le tourisme culturel*. Paris: Puf, 2000.

tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é, também, um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa de um grupo em sua reconstrução de si.[36]

Memória e identidade cultural reforçam-se mutuamente para que se possa distinguir o que une e o que divide um grupo social contribuindo, dessa maneira, para a formação da cidadania. Nesse sentido, Stuart Hall afirma que:

> As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos.[37]

Para preservar suas características, é essencial que uma cultura utilize a memória como geradora de identidade capaz de construir e fortalecer os elos comuns que poderão ser apropriados pelo turismo, especialmente quando este se apropria das manifestações culturais, da arte e dos artefatos da cultura.[38]

A existência de um patrimônio conhecido, de uma memória preservada, é necessária para a definição da identidade cultural coletiva, "que deve dizer respeito à totalidade da experiência social e não apenas a segmentos privilegiados".[39]

36 POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

37 HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In:* SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 109.

38 BATISTA, Cláudio Magalhães. Memória e identidade: aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. *Caderno virtual de turismo*, v. 5, n. 3, 2005, p. 27-33.

39 SANTANA, Mariely. Patrimônio, turismo e identidade cultural. *Bahia Análise & Dados*. Salvador, Bahia, v. 11, n. 2, set. 2001, p. 171.

1.2 Motivação cultural para o turismo

A identidade cultural de um povo possui diferenças e semelhanças com a de outros povos e está essencialmente relacionada aos componentes fundamentais da cultura, passados de geração a geração, e que englobam conhecimentos, crenças, valores, normas, símbolos, usos, costumes, leis, tradições, hábitos e personagens: históricos e contemporâneos, locais e regionais, ligados às artes, à literatura, à história e à política.

A motivação cultural está presente em qualquer turista, uma vez que exercerá, concomitantemente, a "função de agente *aculturador* e de elemento suscetível de sensibilização por culturas outras que a sua própria".[40] Nesse sentido, Francisca Hernández Hernández chega a afirmar que:

> [...] deve-se partir do princípio de que o 'turismo não existe sem cultura', porque a cultura se converteu numa das causas principais dos deslocamentos de um lugar para outro e porque o turismo está contribuindo para que se crie um autêntico 'efeito cultural' nos visitantes e turistas.[41]

Se os visitantes forem preparados e alertados para observar e acompanhar as tradições culturais, os saberes e os fazeres de um determinado grupo, poderão apreciar e interagir com melhor compreensão, adotando posturas éticas que não venham a comprometer a continuidade das práticas culturais. Entretanto, os turistas sempre trazem seu próprio comportamento e seu poder de influência e, muitas vezes, aproximam-se das comunidades como se fossem invasores que, segundo Jost Krippendorf, "não vêm com canhões ou espadas. Eles vêm com a droga, o dinheiro e os costumes estrangeiros".[42]

40 COSTA, Flávia Roberta. *Op. cit.*, p. 151.

41 HERNÁNDES, Francisca Hernándes. *El museuo como espacio de comunicación*. Gijón: Ediciones Trea, 1998.

42 KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo*: para uma nova

O 'turismo cultural' é o "motor fundamental para desenvolver o processo de identificação do cidadão com a sua história e sua cultura"[43], depende de uma gestão ativa, mas também de ações participativas da comunidade, especialmente quando se trata de recursos culturais de natureza imaterial – tema ainda recente nas pautas de discussões, no Brasil, e que será aprofundado em outro momento desta pesquisa.

Para Shalini Singh, o 'turismo cultural' está diretamente relacionado à atração exercida pelo fazer de outras pessoas, pelo sentido distinto da maneira de viver de outras pessoas.[44] O interesse causado pelos atrativos de valor cultural de uma localidade pode atrair visitação para bens patrimoniais – materiais ou imateriais – que ofereçam referencial cultural ou histórico, tais como: monumentos, obras de arte, museus, bibliotecas, feiras de artesanato, festas etc. Esses bens podem se converter em atrativos turísticos capazes de gerar riqueza e emprego, mas torna-se necessária especial atenção a sua conservação e manutenção, garantindo a possibilidade de existência desses bens para a população residente e para as gerações futuras.[45]

Turistas recebidos com orientações prévias sobre as práticas culturais e sua importância para a comunidade tendem a causar menos impactos negativos para os habitantes locais, que podem manter sua rotina sem interferências abruptas. Além disso, a conservação das tradições e as características culturais de uma localidade podem promover o desenvolvimento sustentável do turismo em uma região, aspecto que não pode ser desconsiderado nesse processo.

As atividades de turismo cultural desenvolvidas, no Brasil, podem

compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000, p. 100.

43 BARRETO, Margarita. *Turismo e legado cultural*: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2000, p. 45.

44 SINGH, Shalini. *Cultural tourism and heritage management*. New Delhi: Rawat Publications, 1994.

45 ORAMAS, Alicia Hernández. El papel del patrimonio en el progresso económico, social y cultural. El caso particular del turismo. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural,* v. 2, n. 2, 2004, p. 307-310.

comunicar aos turistas os conteúdos e significações dos *sítios patrimoniais* visitados, tornando suas experiências mais educativas e indicando, assim, o papel ativo que podem desempenhar em sua conservação.

O 'turismo cultural' pode gerar renda para os municípios e, também, a manutenção da cultura das comunidades. Pode produzir melhoria na autoestima da comunidade e, consequentemente, melhoria da qualidade de vida da população local. Essa experiência dos habitantes pode ser incluída como um subproduto muito interessante nos circuitos culturais turísticos. Nem sempre, contudo, a comunidade se dá conta da importância de suas práticas e de seus saberes específicos. Geralmente, essas práticas e saberes estão enraizados no cotidiano, passando despercebidos pelos principais envolvidos: os próprios residentes, agentes que exercem e sofrem as ações culturais. Vale a ideia de que: "a verdadeira qualidade de qualquer produto turístico está nas pessoas que nele atuam. Direta ou indiretamente. A máxima de que uma cidade só é boa para os turistas, quando é boa para o cidadão é, perfeitamente, aplicada aqui".[46]

A salvaguarda da diversidade cultural existente, no Brasil, resultado das diversas culturas que carregam a multiplicidade dos costumes, da culinária, dos ofícios, dos trabalhos, das festas, dos vestuários, dos sotaques, das manifestações religiosas, é o que pode nos trazer a sensação imaginária do sentido de "cultura nacional" ou mesmo de "nação".[47]

O processo de tombamento ou registro de monumentos[48] e de outros recursos culturais é custoso e envolve a compreensão de agentes sociais nem sempre dispostos a abrir mão de seus privilégios. Contudo, o resgate

46 CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. *Coletânea Gestão Pública*: Turismo. Brasília: CNM, 2004, p. 38.

47 HALL, Stuart. *Op. cit*., 1998, p. 48-49.

48 A palavra monumento deriva do latim *monere*, significando trazer à lembrança. Carrega a função memorial, envolvendo a natureza afetiva de determinada construção. Está, portanto, relacionado ao passado vivido e a memória, contribuindo para a preservação da identidade de uma comunidade étnica, religiosa, tribal, nacional. CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.

da identidade cultural pode favorecer e fortalecer a integração da comunidade. O indivíduo consciente de seu papel, na comunidade, tende a ser mais participativo e a se interessar mais por transferir seu conhecimento, possibilitando a continuidade de tradições. É preciso ter registros de memória para a compreensão da identidade nacional, para saber o que faz o Brasil ser o Brasil?[49] Para Jacques Le Goff, *a memória é onde cresce a história* que, por sua vez, a alimenta, procurando salvar o passado para servir ao presente e ao futuro.[50]

1.3 Turismo cultural como segmento

O turismo e a cultura sempre foram áreas convergentes; mas, nas últimas décadas, têm aliado seus interesses, alcançando uma associação que provocou uma nova demanda social e a criação de um espaço de consumo de serviços conhecido como 'turismo cultural'. Esse turismo, cada vez mais, tem abandonado sua antiga conexão com uma elite bem definida para se converter, gradualmente, num fenômeno de repercussão global.[51]

O então chamado "segmento" do turismo cultural só pode se viabilizar com a efetiva participação da área cultural e com o estabelecimento de uma rede de parcerias entre os diversos agentes culturais e os órgãos de turismo e meio ambiente. Para vivenciar a cultura e o patrimônio de um lugar, o turista precisa encontrar espaços bem preservados, conservados e valorizados pela comunidade que o recebe, aí incluídos todos os envolvidos, direta e indiretamente, com os serviços e produtos turísticos. Nesse sentido, ressalta-se a afirmação de Elsa Peralta:

49 DA MATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

50 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 2003.

51 DOMÍNGUEZ, Paula Revenga. Patrimonio cultural y turismo: valor y realidad de la educación patrimonial en el marco de los estudios de turismo en España. *Saberes*, v. 4, 2006.

> [...] o turista moderno move-se pela procura das estruturas 'míticas' que pertencem a um espaço e a um tempo por si imaginados. E o patrimônio é um suporte especialmente eficaz na simulação destes cenários 'autênticos' promovidos pela indústria turística, fornecendo uma cópia de um (pseudo) passado impressa no presente que, ao integrar-se na 'mitologia retrospectiva' se converte, reciprocamente, em instrumento de identificação coletiva. Em qualquer dos casos, serve os propósitos ideológicos e econômicos dos poderes locais que ativam as versões patrimoniais e que as colocam no circuito turístico. Mesmo quando[...] converte o patrimônio em produtos comerciais, o turismo é sobre a invenção e reinvenção de mitos coletivos e, nessa medida, é uma forma de produção cultural, com implicações econômicas políticas e sociais profundas.[52]

Os mitos coletivos inventados e reinventados pelo turismo são exatamente os bens culturais indicados como atrativos. O comportamento turístico do escapismo, especialmente ligado ao 'turismo de sol e praia', pode ser substituído pelo do enriquecimento que valoriza os aspectos ligados à cultura, ao patrimônio histórico, ao meio ambiente e à busca da autenticidade e de elementos *identitários* do passado.

A cultura permeia todos os segmentos do turismo. O turista é atraído pelo diferente, pelo novo, pelo característico. O Brasil possui recursos naturais exuberantes, um enorme acervo de bens culturais materiais e imateriais, alguns já famosos, outros conhecidos de poucos. Para construir um produto turístico atraente e sustentável – no sentido de um equilíbrio aceitável entre necessidades atuais e futuras –, os recursos existentes devem ser devidamente conservados e preparados para serem apresentados ao público. A criatividade e o profissionalismo são fundamentais para a diversificação do produto turístico e para

52 PERALTA, Elsa. O mar por tradição: o patrimônio e a construção das imagens do turismo. *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre, v. 9, n. 20, out. 2003, p. 95.

a geração de novos empregos.

Basicamente, são quatro as questões essenciais relacionadas ao turismo cultural:

1) Preservação, conservação e originalidade dos bens;

2) Desenvolvimento com base local, possibilitando a inclusão social e a satisfação dos visitados;

3) Qualidade da experiência do turista, possibilitando a satisfação dos visitantes; e

4) Parcerias bem-sucedidas entre agentes do turismo e gestores dos espaços culturais.

No 'turismo cultural', o visitante geralmente é atraído por sítios históricos, edificações especiais, obras de arte, espaços culturais – como museus e centros de cultura –, festas e celebrações locais, gastronomia típica, artesanato e produtos típicos, música, dança, teatro, cinema, feiras e mercados tradicionais, saberes e fazeres locais, realizações artísticas e ateliês, eventos e festivais, ou seja, roteiros com temática cultural. Em suas visitas, esse turista busca a aproximação com o objeto de sua atenção e estabelece relações entre o histórico e o permanente, entre o cultural e o cotidiano.[53]

O patrimônio cultural está ligado ao território e à memória, ambos operando como vetores da identidade, e define menos o que se possui, do que o que se é, mesmo sem sabê-lo.[54] É, também, um produto turístico que exerce sobre o consumidor forte atração em função de seu caráter diferencial; mas, isoladamente, ele não garante o turismo, porque para isso ele deve estar cercado da estrutura de suporte que inclui os serviços turísticos, a infraestrutura básica de apoio ao próprio turismo.

53 COSTA, Flávia Roberta. *Op. cit.*, p. 181.

54 HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia história*. Belo Horizonte, v. 22, n. 36, jul./dez. 2006, p. 261-273.

A busca da otimização das experiências dos viajantes, num esforço para a humanização das viagens, em sentido oposto ao que ocorre no 'turismo de massa'[55] é, contudo, indissociável do comportamento cotidiano do turista, como cidadão. O turista cultural deverá estar aberto à melhoria da qualidade de vida coletiva, com o respeito dos preceitos da cidadania.

Com base na centralidade do motivo da viagem e na profundidade da experiência do viajante, Bob McKercher defende a existência de cinco tipos de 'turismo cultural':

1) o proposital, em que o principal motivo para visitar um determinado destino é aprender sobre outras culturas ou patrimônio, aprofundando as experiências culturais;

2) o dos visitantes de pontos de interesse em uma cidade, em que a busca sobre outras culturas e sobre o patrimônio motiva a visita, mas a viagem está orientada ao lazer;

3) o casual, em que o turista busca no patrimônio e na cultura um espaço limitado de escolha, objetivando uma experiência superficial;

4) o incidental, em que a decisão da escolha do destino por suas atrações culturais não foi proposital, embora, durante a permanência, o turista participe de atividades culturais, tais como festas, procissões, exposições, mostras, festivais etc., com uma experiência superficial;

5) o que descobre a cultura por acaso, em que a escolha do local possui pouca ou nenhuma relação com a cultura ou o patrimônio, embora o turista faça descobertas culturais e acabe tendo uma profunda experiência cultural.[56]

De modo geral, o turista cultural busca se informar o melhor possível sobre o pitoresco e sobre os vestígios do estilo de vida tradicionais

55 KRIPPENDORF, Jost. *Op. cit.*

56 McKERCHER, Bob. Towards a classification of a cultural tourists. *International Journal of Tourism Research*, v. 4, 2002, p 29-38.

da localidade, a qual visita, e participa das sessões de comidas típicas, das festas rústicas, além de buscar informações sobre os costumes e idiomas da região.[57] Segundo Brian Goodey,

> [...] turismo cultural [...] pressupõe um público educado e informado, que compartilhe com os órgãos de patrimônio uma definição sobre o que constitui lugares, eventos e coleções corretas. Por outro lado, o 'turismo cultural' deve ser visto pelos órgãos de preservação como um meio de arrecadar recursos para a manutenção de lugares e manifestações, bem como um instrumento de informação do público visitante.[58]

O turista cultural adquire ou reforça seu capital cultural simbólico por meio do contato com as localidades visitadas, perseguindo o contato com as manifestações quase "sacras" de autenticidade como via de escape para a alienação.[59] Para Yvette Reisinger, o encontro entre diferentes culturas, através do sistema turístico, pode preparar o terreno para a compreensão e a consequente minimização de conflitos e tensões entre grupos, favorecendo o intercâmbio em igualdade de condições.[60] O perfil padrão do turista cultural aponta para o turista com acesso ao capital cultural necessário para a interação com os bens visitados e que possui alguma motivação pela cultura.[61] Contudo, outros

57 RIBEIRO, Marcelo. Festas populares e turismo cultural – inserir e valorizar ou esquecer? O caso dos Moçambiques de Osório, Rio Grande do Sul. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 2, n.1, 2004, p. 45-56.

58 GOODEY, Brian. *Op. cit*., 2002a, p. 135.

59 DOMÍNGUEZ, Paula Revenga. *Op. cit.*

60 REISINGER, Yvette. Social contact between tourists and hosts of different cultural backgrounds. *In:* SEATON, A. V. *Tourism*: state of art. London: Wiley, 1994, p. 743-754.

61 SILBERBERG, Ted. Cultural tourism and business opportunities for museums and heritage sites. *Tourism Management*. Londres, v. 16, n. 5, 1995, p. 361-365.

públicos também 'consomem' esse tipo de produto turístico cultural. Nesse sentido, cabe a observação de Richard Prentice:

> Afirmar que todos os turistas que empreenderam uma determinada viagem constituem um só segmento é afirmar que os benefícios derivados dessa viagem em termos dos usos e atividades gerados, assim como o prestígio sentido ou demonstrado, foram os mesmos para todos os turistas. Em sendo isso improvável, torna-se implícito que até nos mesmos destinos ou nos mesmos tipos de viagens as motivações entre os turistas serão potencialmente diferentes.[62]

Ainda, nesse aspecto, Silberberg defende que o mercado dominante no 'turismo cultural' é formado por "consumidores de interesse geral", que usufruem das visitas culturais como uma parte de suas atividades diárias inseridas num contexto recreativo. Os turistas "especialistas em patrimônio" constituem, segundo Ted Silberberg, um mercado secundário.[63]

Reafirma-se a posição adotada, neste trabalho, sobre o entendimento do 'turismo cultural' como resultante dos aspectos culturais do local visitado, do turismo como o lugar da cultura, como faceta da atividade turística que envolve a experimentação dos bens culturais com maior ou menor grau de intensidade. As motivações do turismo, inclusive do designado cultural, são geralmente multidimensionais, de maneira que os turistas não buscam uma única experiência em sua viagem.[64] Afinal, como questiona Washington Novaes: "a quem pertence o conhecimento? Que regras cabem para proteger esse conhecimento? Quais são os limites? Que fazer para que ele não se concentre nas

62 PRENTICE, Richard C. *Tourism and heritage attractions*. London: Routledge, 1993, p. 7. [Tradução livre deste autor.]

63 SILBERBERG, Ted. *Op. cit.*

64 TALAVERA, Augustín Santana. Turismo cultural, culturas turísticas. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 9, n. 20, out. 2003, p. 31-57.

mãos de uma minoria ínfima em detrimento de bilhões de pessoas?"[65]

Questões cruciais em tempos de profundas transformações nas comunicações, na informática e nas chamadas ciências da vida e que são percebidas, embora nem sempre compreendidas pelos cidadãos, em meio ao caos urbano e a diferenciada qualidade de vida dos indivíduos dentre os vários grupos.

A única esperança do 'turismo cultural', segundo Brian Goodey, é que ele ofereça exatamente o contrário do turismo massivo: "menos gente, visitando menos lugares, mais devagar, reunindo menor número de experiências, com maior qualidade; recebendo mensagens mais detalhadas sobre o significado de lugares e manifestações."[66] Nesse sentido, Charles Goeldner, Brent Ritchie e Robert McIntosh destacam:

> O 'turismo cultural' cobre todos os aspectos através dos quais as pessoas aprendem sobre as formas de vida e pensamento umas das outras. O turismo, assim, é um importante meio para promover relações culturais e cooperação intercultural. Por outro lado, o desenvolvimento de fatores culturais dentro de uma nação é um meio de aprimorar os recursos para atrair visitantes. Em muitos países, o turismo pode ser vinculado a uma política de 'relações culturais'. Ele é utilizado para promover não apenas o conhecimento e o entendimento, mas também uma imagem favorável de uma nação entre os estrangeiros no mercado turístico.[67]

O turismo não é um fenômeno isolado, ele envolve várias áreas e apresenta crescente relevância, sendo um gerador de renda e emprego. A atividade turística inclui o consumo de bens culturais que, além da oferta de espetáculos e eventos, implica, também, a existência e preser-

65 NOVAES, Washington. A quem pertence o conhecimento? *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 4 fev. 2000.

66 GOODEY, Brian. *Op. cit.*, 2002a, p. 136.

67 GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J. R. Brent; McINTOSH, Robert W. *Turismo:* princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002, p. 191-192.

vação de museus, monumentos, locais históricos, prática e transmissão de saberes locais. Os deslocamentos para fins religiosos, místicos, esotéricos, de visitação a grupos étnicos, a atrativos cívicos e o turismo gastronômico constituem possíveis recortes no âmbito do turismo cultural.[68] Segundo Marutschka Martini Moesch:

> A diversidade das localidades é o princípio da motivação turística. O sujeito da pós-modernidade busca a vivência de seu imaginário. Sua imaginação criativa, sonhadora e especulativa é alimentada por desafios tecnológicos, pela comunicação global, transpondo os limites de seu horizonte, mergulhando-o na virtualidade no concreto imaginado.[69]

A partir dos posicionamentos apresentados sobre o 'turismo cultural', pode-se perceber que ele implica uma espécie elitizada de turismo, destinada a poucos. Por outro lado, o patrimônio cultural, definidor da identidade do povo deveria estar disponível e ser acessível para todas as camadas da população. O turismo de massa, por sua vez, costuma estar associado à visitação intensa e exploratória que leva à exaustão de um bem e que pode chegar a ponto de, até mesmo, fazer com que este bem não perdure para uso de gerações futuras.

A reorientação dessas posições pode trazer mais visitantes, um fluxo de turistas que legitime a preservação e a salvaguarda dos bens patrimoniais, mas que os disponibilizem para vários olhares.

1.4 A sustentabilidade do turismo cultural

A sustentabilidade da atividade turística está diretamente relacionada ao respeito aos valores locais. Esses valores incluem as relações estabelecidas com a preservação e salvaguarda dos bens culturais e a

68 BRASIL. *Op. cit.*, 2006a.

69 MOESCH, Marutschka Martini. Introdução. *In:* MOESCH, Marutschka Martini; GASTAL, Susana (Orgs.). *Um outro turismo é possível*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 11.

compreensão da comunidade e dos visitantes sobre esses bens. Segundo Mário Carlos Beni:

> Fundamenta-se tal respeito no entendimento dos valores ambientais e culturais que produzirá comportamentos diversos durante a visita. Para isso, é básica a comunicação, ou seja, como esses valores são vivenciados e transmitidos.[70]

Nesse mesmo sentido, Marly Rodrigues argumenta que:

> A valorização turística do patrimônio já se mostrara eficiente em outros países e, além disso, possibilitava a manipulação de um universo simbólico de considerável importância para o reforço do civismo. A propaganda dos 'monumentos históricos', juntamente com a das 'festas típicas' e das 'belezas naturais', poderia promover aos olhos do mundo, e dos brasileiros, a imagem de um país com tradição e potencialidade para enfrentar o futuro.[71]

A ação integrada entre os setores público, privado e a sociedade local pode conduzir a ações de política estratégica para que as culturas possam ser compartilhadas e preservadas por todos e para todos, tanto pelos residentes, como pelos visitantes. Mário Carlos Beni explica que:

> A essência do planejamento turístico local exige que a comunidade, em todos os seus segmentos, tenha consciência de seu patrimônio material e imaterial e que decida sobre o que compartilhar e o que reservar para sua guarda e proveito próprio, e

70 BENI, Mário Carlos. Um outro turismo é possível? A recriação de uma nova ética. *In:* MOESCH, Marutschka Martini; GASTAL, Susana (Orgs.). *Um outro turismo é possível*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 19.

71 RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. *In*: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. *Turismo e patrimônio cultural*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2003, p. 19.

> também como e onde deseja que essa troca se efetue.[72]

A adequada gestão do patrimônio para a atividade turística não deve conduzir à *descontextualização* dos elementos culturais, a uma comercialização excessiva da cultura ou a uma caricatura estereotipada da comunidade que participa dessa cultura.[73] As identidades culturais e a utilização turística do patrimônio devem conviver em equilíbrio, permitindo a manutenção das tradições e, ao mesmo tempo, a possibilidade da entrada de divisas. Afinal, como afirmam Pedro Paulo Funari e Jaime Pinsky:

> O turista atento à cultura apreciará melhor seus interlocutores locais e seus costumes, aproveitará melhor seu lazer e poderá valorizar a diversidade cultural, contribuindo, desta forma, para a formação de uma cidadania mais crítica. Não serão apenas consumidores passivos da cultura, mas poderão interagir com as diversas manifestações culturais.[74]

No Brasil, prevalece certo comodismo com relação a políticas e investimentos mais consistentes para a conservação e a divulgação dos bens relacionados à diversidade cultural do país. Nesse ponto de vista, Mário Jorge Pires comenta que:

> O apelo cultural para o turismo e o lazer representa, hoje, muito pouco em um país como o Brasil. Basta observar os pacotes e a forma de divulgação de nossos atrativos, por meio de suplementos de turismo dos grandes jornais, para chegar à conclusão

72 BENI, Mário Carlos. *Op. cit.*, p. 19.

73 DE LA ROSA, Beatriz Martín. Turismo y gestión cultural en lãs Islãs Canarais: apuntes para una reflexión. *PASSOS. Revista de Turismo y Patrimônio Cultural,* v. 1, n. 1, 2003, p. 105-110.

74 FURNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. Introdução. *In:* FURNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. *Turismo e patrimônio cultural*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2003, p. 11.

> de que a visão antiga dos europeus sobre Novo Mundo sofreu pouquíssimas alterações. O Brasil, ainda, é o país da maravilhosa costa, do calor e das morenas seminuas (ou nuas), ou talvez pior: o das feras que saem da floresta imensa – em processo de devastação – para as cidades, também exóticas.[75]

Conclui-se, portanto, pela necessidade de avaliar o quanto o 'turismo cultural' sofre a influência de todos os agentes direta ou indiretamente envolvidos, tal como abordado a seguir.

O viajante está sempre preocupado em *conjugar* quatro verbos na destinação visitada: *dormir, comer, comprar* e *visitar*. O interesse pelo patrimônio também está diretamente relacionado a esses quatro verbos. O visitante geralmente quer visitar atrações interessantes, diferentes – como costumam ser os bens culturais – e, havendo possibilidade, deseja comer, comprar e dormir na localidade.

Na área do turismo cultural, como nas demais, somente os investimentos que demonstrem e justifiquem, antecipadamente, sua contribuição para a economia do país serão considerados nos planos de desenvolvimento. É, portanto, imprescindível relacionar todos os recursos que podem ser utilizados para o turismo, identificando-os, classificando-os e procedendo a uma avaliação real dos mesmos.

Entendida em suas múltiplas frentes – econômica, ambiental, social e ética –, a sustentabilidade poderá assegurar as bases para a permanência, para a integração da comunidade local aos projetos e para a rentabilidade da gestão de recursos que garantam o respeito ao bem cultural, a autenticidade, a qualidade da experiência turística, a satisfação e fidelidade dos visitantes, assegurando a competitividade no mercado.[76]

Entre os componentes indispensáveis ao turismo, a água, o acesso e os atrativos são fundamentais para que o turista tenha a possibilidade de

75 PIRES, Mário Jorge. *Lazer e turismo cultural*. São Paulo: Manole, 2001, p. 73.

76 ABELLÁN, Aurélio Cebrián. Acción local, turismo y patrimonio en la comunidad de Murcia. *Cuadernos de Turismo*, n. 16, 2005, p. 65-83.

empreender a busca pelo destino. Os locais, onde o IPHAN registrou bens de natureza imaterial, como patrimônio cultural brasileiro, estão consagrados como atrativos especiais, que têm a chancela oficial do registro, mas só terão uma boa chance de atrair os visitantes se dispuserem dos demais componentes, incluindo boas estradas, aeroportos próximos, rede hoteleira, abastecimento de água e infraestrutura de saneamento.

Cabe ao setor público desempenhar o papel de mediador das reivindicações da sociedade em relação ao turismo, criando e implantando projetos entre o setor público e o privado, por meio de políticas condicionadas por características econômicas, sociais e culturais.[77]

Manuel Delgado argumenta que o protagonismo das instituições políticas na promoção do turismo cultural é tão intenso que ele poderia ser chamado de "Turismo de Estado". Aponta, ainda, que os benefícios econômicos advindos do turismo cultural somam-se ao prestígio e reconhecimento obtidos pelas instâncias oficiais que atuam em sua promoção.[78]

As políticas públicas relacionadas ao turismo devem se preocupar em: "entender e explicar a substância do conteúdo e das decisões políticas e a forma pela qual essas decisões são tomadas"[79], contribuindo para que ocorra uma visão estratégica, fundamental para a competitividade da região e a sustentabilidade da atividade, propiciando a obtenção de melhores resultados.

1.5 Diagnóstico e inventário turístico

Uma das iniciativas políticas diretamente relacionada à sistematização do setor turístico brasileiro foi a criação, no ano de 2003, do

77 HALL, Michael C. *Planejamento turístico*: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

78 DELGADO, Manuel. Trivialidad y transcendência. Usos sociales y políticos del turismo cultural. *Turismo cultural*: el patrimonio histórico como fuente de riqueza. Valladolid: Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, 2000.

79 HALL, Michael C. *Op. cit.*, p. 26.

Ministério do Turismo e a reorientação da EMBRATUR, anteriormente, o órgão máximo do turismo, no país, que passou a ser uma autarquia especial do Ministério do Turismo, responsável pela execução da Política Nacional de Turismo, no que diz respeito à promoção, *marketing* e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional.[80]

O Ministério do Turismo estabeleceu políticas e diretrizes para a regionalização do turismo, a qualificação profissional e empresarial e a estruturação da oferta turística, com a ampliação dos investimentos na promoção do país tanto no exterior quanto internamente. Lançou o Programa Nacional de Turismo (PNT), objetivando fomentar o aumento do número de visitantes, da quantidade de dias de permanência no país e de gastos. Para tanto, estimulou políticas de financiamento e linhas de crédito, promoveu novos investimentos, incluindo infraestrutura turística. No ano de 2006, o Ministério desenvolveu o programa "Vai Brasil" que incentivou o crescimento do fluxo de turismo interno, por meio da redução de custos das viagens em baixa temporada, tornando-as mais acessíveis ao mercado interno e externo.

A escolha pela atividade turística deve estar alicerçada por um diagnóstico que consista no inventário das possibilidades turísticas, ou seja, que colete dados e reúna informações preliminares sobre o levantamento dos recursos e atrativos de interesse para o turismo. O Ministério do Turismo definiu o inventário da oferta turística da seguinte maneira: "inventariar significa registrar, relacionar, contar e conhecer aquilo de que se dispõe e, a partir disso, gerar informações para pensar de que maneira se pode atingir determinada meta".[81]

80 BRASIL. *Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo*. Ministério do Turismo. Disponível em: <http://www.institucional.turismo.gov.br/portalmtur/opencms/institucional/estrutura/embratur.html>. Acesso em: 28 jan. 2008.

81 BRASIL. *Estratégia de gestão do inventário da oferta turística*. Brasília: Ministério do Turismo, 2004, p. 11.

A estruturação e a diversificação da oferta turística – compreendendo o conjunto de atrativos, serviços e equipamentos e a infraestrutura de apoio ao turismo de um determinado destino – pode assegurar que, de forma articulada e compartilhada, sejam recolhidas e disponibilizadas informações confiáveis que embasem e assegurem o processo decisório quanto ao estabelecimento de ações em turismo.

O processo de *inventariação* turística, no Brasil, foi iniciado, na década de 1960, quando o espaço territorial do país recebeu, oficialmente, seu primeiro mapeamento turístico. O próprio Ministério do Turismo reconhece que:

> Em que pesem tantas e tão diversas tentativas, o Brasil, ainda, não conhece a real dimensão do seu espaço turístico nacional, a grandeza do seu patrimônio natural e do seu patrimônio histórico-cultural.[82]

As iniciativas ligadas à *inventariação* devem ser tomadas de maneira a permitir que os municípios e as regiões possam desenvolver o turismo com vistas à sustentabilidade. O Ministério do Turismo reconhece que o inventário não pode ser tratado como algo estático, com base no simples preenchimento de formulários, mas que "é preciso perceber a realidade do lugar e interpretá-la".[83]

Todos os municípios brasileiros possuem patrimônio cultural, histórias, modos de fazer, falar, cantar, celebrar etc., mas nem todo patrimônio será passível de exploração econômica através do turismo, que pode conduzir, até mesmo, à destruição dos recursos culturais.[84] Cabe,

82 BRASIL. *Projeto inventário da oferta turística*. Brasília: Ministério do Turismo, 2006b, p. 10.

83 BRASIL. *Op. cit.*, 2004, p. 12.

84 RHODEN, Luiz Fernando. Patrimônio histórico como potencialidade para o turismo. *In*: GONÇALVES, Ana Beatriz R.; BOFF, Claudete (Orgs.). *Turismo e Cultura*: a história e os atrativos regionais. Rio Grande do Sul: URI; FAPERGS, 2001. v. 1.

então, o entendimento de que a chave para o 'turismo cultural' como atividade sustentável está na preservação, na valorização e promoção do patrimônio, sem deixar de conservar as características que tornaram peculiares uma comunidade.

O turismo deve ser entendido como uma experiência cultural:

> Os visitantes têm de considerar uma destinação como sendo atraente e valendo o investimento de tempo e dinheiro gastos na visita. Por isso, podemos pensar nas destinações como experiências cultuais. [...] É, pois, vital manter a diferença entre a destinação e o ambiente doméstico, através de planejamento e gerenciamento de boa qualidade, evitando o desenvolvimento de paisagens turísticas uniformes.[85]

Os roteiros culturais devem se prestar a fomentar a aquisição de um conteúdo diferenciado para o visitante e para a comunidade. O sucesso do setor turístico depende das experiências culturais dos viajantes. Cooper, Fletcher, Wanhill, Gilbert e Shepherd afirmam que:

> O novo turista' não está mais satisfeito com a experiência passiva, mas busca, em vez disso, autenticidade nas destinações, com uma abordagem voltada para o entendimento da cultura, da história e do ambiente locais e da forma como o povo local vive e trabalha. Temos que entender e apreciar estas tendências se quisermos planejar e gerenciar com sucesso as destinações para satisfazer as demandas do novo turista, ao mesmo tempo em que garantimos que as destinações sejam *autossustentáveis*.[86]

Contudo, para que os roteiros culturais possam ser estabelecidos e cumprirem sua função, há a necessidade prévia de se elaborar um inventário de todos os recursos da localidade e de seu entorno.

85 COOPER, Chris; FLETCHER, John *et al*. *Turismo, princípios e prática*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001, p. 137.

86 COOPER, Chris; FLETCHER, John et al. *Op. cit.*, p. 135.

O patrimônio turístico tem a capacidade de atração para o consumidor turístico, vai além dos aspectos físicos ou do meio ambiente e constitui, segundo a Organização Mundial do Turismo:

> [...] a matéria-prima sobre a qual deve existir uma intervenção dos responsáveis pelo desenvolvimento turístico e que, mediante um programa adequado de investimentos e atuações, possa obter um recurso turístico – o que posteriormente se denomina produto – que seja criativo para o consumidor. A partir da existência desse produto turístico, devem-se desenvolver as estratégias de *marketing* adequadas para sua melhor comercialização no mercado turístico.[87]

Esta pesquisa não pretende aprofundar as questões mercadológicas associadas aos roteiros culturais e ao patrimônio, mas esses aspectos não podem ser negligenciados pelos profissionais, direta ou indiretamente, envolvidos com essas áreas.

A movimentação de visitantes e turistas, no Brasil, tem crescido sistematicamente e pode influir na maneira como o patrimônio – possível atrativo e importante componente da oferta turística – deva ser administrado. Fatores mundiais, tais como guerras, atentados, crises econômicas internacionais etc., estimularam ou não a vinda de turistas ao Brasil em alguns momentos. Da mesma maneira, a crise aérea vivida pelo Brasil, nos últimos anos, a projeção internacional do país, promovida pela EMBRATUR, as notícias sobre a violência urbana brasileira divulgadas pelos principais jornais do mundo, a eleição do Cristo Redentor, do Rio de Janeiro, como uma das 'sete novas maravilhas mundiais', entre outros fatores, têm provocado oscilação na quantidade de turistas que visitam o Brasil.

De qualquer maneira, o Brasil atingiu, em 1999, a casa dos 5 milhões de turistas, repetindo este feito nos anos de 2000, 2005 e 2006, o que demonstra que o país tem, apesar das diversidades internas e

87 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca, 2001, p. 172.

externas, mantido uma certa constância na atração do fluxo turístico.

Embora o Brasil tenha conseguido crescimento significativo, nos últimos anos, há muito ainda para ser conquistado. Países com menos opções em atrativos culturais e naturais têm atraído muito mais visitantes, como demonstram os levantamentos da Organização Mundial do Turismo (OMT).[88]

A opção pelos destinos, no Brasil, está, muitas vezes, ligada a eventos, convenções e negócios. O país tem intensificado, especialmente através dos *Convention & Visitors Bureaus* (C&VB)[89], as tentativas de criar feiras e congressos que atraiam os turistas, principalmente para os grandes centros urbanos do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte. Esses centros contam com a melhor infraestrutura do país e opções culturais ligadas ao entretenimento. Possuem, também, um grande número de bens de natureza material tombados pelo IPHAN. Contudo, das cidades mais visitadas, apenas o Rio de Janeiro e São Paulo foram contempladas com registros de patrimônio imaterial, nos cinco primeiros anos desta prática legal, assunto que será aprofundado neste estudo.

As cidades brasileiras mais visitadas possuem, também, um grande número de bens culturais reconhecidos como patrimônio significativo para a região e para o país. Esse patrimônio incentiva o turismo em seus diferentes segmentos, fortalecendo, inclusive, o de caráter cultural. A sustentabilidade pode ser uma ferramenta poderosa, quando articulada aos planos de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural.

Discutir as questões relativas ao patrimônio mostra-se, portanto, de extrema importância para a orientação do setor do turismo no Brasil.

88 WORLD TOURISM ORGANIZATION. *Registros de visitações internacionais*. Disponível em: <http://www.unwto.org/index_s.php>. Acesso em: 06 fev. 2008.

89 Os *Conventions & Visitors Bureaus* atuam na captação e desenvolvimento de negócios para o segmento do turismo, articulando-se junto aos setores públicos e privados, visando ao aumento e melhoria da demanda turística.

2. Patrimônio: Um Conceito Abrangente

O passado nos rodeia e nos satura;
toda cena, todo enunciado, toda ação
conserva conteúdo residual dos tempos passados[...]
Séculos de tradição suportam cada instante de percepção e de criação,
permeiam não somente os artefatos e a cultura mas as células de nossos corpos.

Lowenthal

A palavra 'patrimônio' está associada à noção de sagrado ou à noção de herança, de memória do indivíduo, de bens de família. O termo patrimônio, em inglês *heritage*, em espanhol *herencia*, implica a ideia de algo a ser deixado ou transmitido a gerações futuras. A ideia de um patrimônio comum a um grupo social, definidor de sua identidade e, enquanto tal, merecedor de proteção, nasceu no final do século XVIII, com a visão moderna de história e de cidade.[90]

A atribuição de valores e significados ao patrimônio remete a uma sensibilidade carismática, como demonstra Shils[91], ao explicar que o Estado secularizado atua no sentido de congregar seu povo, reunindo em torno de sentimentos de pertencimento, induzindo ao que se poderia chamar de uma *sacralidade* do patrimônio. Ainda segundo Shils, "esta percepção daquilo que é sagrado e a seriedade de espírito que ela desperta é acompanhada pela atribuição de caráter sagrado aos poderes,

90 BABELON, J. P.; CHASTEL, A. *La notion de patrimoine*. Paris: Liana Levi, 1994.

91 SHILS, Edward. *Centro e periferia*. Lisboa: Difel, 1974, p. 392.

transcendentes ou terrenos, que os homens consideram governar as suas vidas."[92] Em outras palavras, o bem decretado como representativo da cultura torna-se superior e emblemático.

O patrimônio tem sido mais explorado com a pós-modernização da cultura, que se distingue pelas múltiplas identidades reais ou imaginárias dos envolvidos, em função de um sentimento relacionado à nostalgia do passado. Nesse sentido, Jean Baudrillard esclarece que:

> Quando o real já não é o que era, a nostalgia assume todo o seu sentido. Sobrevalorização dos mitos de origem e dos signos de realidade. Sobrevalorização de verdade, de *objetividade* e de autenticidade de segundo plano. Escalada do verdadeiro, do vivido, ressurreição do figurativo, onde o objeto e a substância desapareceram.[93]

Esse sentido de nostalgia – que podemos chamar de 'saudade' – justifica a busca, a criação e a reformulação de tradições para que as pessoas possam reconhecer-se a si mesmas em lugares multiculturais. Marta Anico explica esse fenômeno da seguinte maneira:

> Perante uma ameaça de ruptura e de desaparecimento de referentes culturais em face da eventualidade da sua assimilação por uma cultura transnacional, por vezes real, por vezes imaginada, assistiu-se a uma crescente valorização das identidades coletivas locais, a qual tem sido acompanhada, não raras vezes, por um sentimento nostálgico em relação ao passado, que é, em função das circunstâncias e necessidades do presente, resgatado, interpretado, recriado, inventado e processado através da mitologia, das ideologias, dos nacionalismos, do *romanticismo*, dos localismos e, em alguns contextos, da gestão e do *marketing* cultural.[94]

92 SHILS, Edward. *Op. cit.*, p. 401.

93 BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulações*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991, p. 14.

94 ANICO, Marta. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus

Na mesma direção, Halter aponta para a necessidade humana de ressaltar ou reviver as tradições num contexto multicultural e afirma que "as identidades étnicas são reinventadas continuamente para atender o desejo de nos sentirmos conectados a um passado seguro, harmonioso e localizado".[95]

Nicolau Sevcenko recorda que, após duas guerras mundiais, o mundo não podia continuar o mesmo. O anseio pelo novo era irrefutável:

> [...] a escala sem precedentes da destruição maciça desencadeada pela primeira guerra tecnológica que eliminou fisicamente das posições decisivas os homens ligados ao lastro cultural dos séculos anteriores. Após a Guerra, seja pela morte, afastamento ou desmoralização dos antigos líderes, uma nova geração emergiu: jovens portadores da 'ideia nova', gente vinda do seio do caos metropolitano e formada nele. Não foi a deflagração da Guerra que abriu a caixa de Pandora; mas, por meio da crise de escala mundial e da magnitude inédita do seu impacto, ela espalhou os demônios da ação pelo mundo e o submeteu ao seu comando.[96]

A tecnologia impôs novo tempo, literalmente falando, ao cotidiano do ser humano. Profundas transformações econômicas e sociais marcaram a Europa ocidental, durante o século XIX, e a sociedade brasileira, reflexamente, sofre várias transformações e, em especial, o incremento da vida urbana que vai se dinamizar, especialmente, no início do século XX. Maria Silva Dias afirma que:

na contemporaneidade. *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan.- jun. 2005, p. 74.

95 HALTER, M. *Shopping for Identity*: the marketing of ethnicity. New York: Schocken Books, 2000, p. 12. [Tradução livre do autor deste livro.]

96 SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole*: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 32-33.

> Nessa época, a tecnologia do relógio tornou possível a sincronização da medida do tempo de modo que, desde a Primeira Guerra, impôs-se uma mudança grande na forma de percepção do tempo, que passou a ser um dos componentes mais importantes dentre os fatores de mobilização geral dos corpos e das mentes dos cidadãos do novo mundo urbanizado.[97]

Cabe apontar a ideia de Eny Kleyde Vasconcelos Farias sobre a mediação de sentimento de patrimônio, "que consiste em valorizar, resgatar e interpretar o patrimônio, sua natureza, sua cultura e sua história, estimulando a comunidade a transformar a si, o ambiente e seu futuro."[98]

A herança cultural dos séculos passados se torna obsoleta, inconsistente, necessita ser reelaborada para enfrentar os efeitos desorientadores dos novos tempos. Sevcenko esclarece:

> Acresce a essa inconsistência o potencial destrutivo concreto representado pelo súbito advento de tecnologias revolucionárias, no dia a dia, por uma estrutura econômica frágil e sem flexibilidade, um quadro político instável e um estado de conflito social quase fora de controle em meio ao panorama de abalo crítico deixado pela Guerra: inflação disparada, greves crônicas e crescentes, agitação operária, estado de sítio. [...] o mundo da razão, da palavra, da consciência, oriundo da tradição neoclássica, científica e liberal, do século XIX, já não trazia respostas em seu vocabulário assentado sobre estabilidades, que dessem conta de representar a nova ordem turbilhonante das coisas. O vácuo deixado pela consciência instila uma nova linguagem que articula diretamente os sentidos: uma linguagem imponente, irresistível, inefável, insidiosa – a ação ritualizada – quer para ser

97 SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. Prefácio. In: SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole*: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.xiv-xv.

98 FARIAS, Eny Kleyde Vasconcelos. *Op. cit.,* p. 69.

> enunciada como celebração coletiva, quer para ser sorvida como um sermão sensorial: o espetáculo.[99]

Segundo Maria Cecília Londres Fonseca, "a noção de patrimônio se inseriu no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos *estados-nação modernos*."[100] Hobsbawm e Ranger[101] afirmam que o patrimônio fornece os símbolos para a criação de uma "mitologia retrospectiva". Cecília Rodrigues dos Santos complementa essa ideia, ainda apoiada em Fonseca[102], afirmando que:

> Ultrapassam-se a *monumentalidade*, a excepcionalidade e mesmo a materialidade como parâmetros de proteção, para abranger o vernacular, o cotidiano, a imaterialidade, porém, sem abrir mão de continuar contemplando a preservação dos objetos de arte e monumentos eleitos, ao longo de tantos anos de trabalho, como merecedores da especial proteção. Passa-se a valorizar não somente os vestígios de um passado distante, mas também a contemporaneidade, os processos, a produção. [...] O patrimônio cultural, considerado em toda a amplitude e complexidade, começa a se impor como um dos principais componentes no processo de planejamento e ordenação da dinâmica de crescimento das cidades e como um dos itens estratégicos na afirmação de identidades de grupos e comunidades, transcendendo a ideia fundadora da nacionalidade em um contexto de globalização.[103]

99 SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.,* p. 31-32.

100 FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo:* trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997, p. 54.

101 HOBSBAWN, E.; RANGER, T. *The invention of tradition.* Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

102 FONSECA, Maria Cecília Londres. *Op. cit*.

103 SANTOS, Cecília Rodrigues dos. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. *São Paulo Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 2, 2001, p. 44.

A cultura material e os objetos são usados pelas sociedades para representar características específicas que denotem sua unicidade, refletindo sua tradição e identidade. Portanto, falar em patrimônio material é discutir temáticas vitais para o entendimento da identidade contemporânea, é discutir como esses símbolos culturais influenciados por fatores sociais, políticos, históricos e econômicos agem sobre o sentido de pertencimento. É redescobrir o sentido de nação.[104]

Ampliar a discussão sobre patrimônio, englobando as manifestações, o fazer e o saber fazer, torna-se um item essencial na agenda do novo século, permeando todas as discussões, sejam elas políticas, econômicas ou sociais. A noção de patrimônio passou a incluir os testemunhos, grandes ou pequenos, dos valores humanos e a responsabilidade atual está diretamente ligada às gerações futuras, ao que será definido como história-memória pelos diversos atores sociais,[105] como afirma Aurílio Sérgio Costa Caiado:

> [...] é fundamental que haja reconhecimento da diversidade cultural, a partir das peculiaridades de cada local, pois assim será fortalecida a identidade entre o indivíduo e seu grupo e entre este, o meio ambiente e a sociedade. Só através do fortalecimento desses vínculos serão mantidas as verdadeiras raízes culturais e reduzida a pressão da 'cultura *mundializada*'.[106]

104 SERRANO, Donna Catalina Cabrera. Identidad y globalización: encuentros y transformaciones entre las cocinas nacionales. *Universitas Humanistica*. Ano XXXII. N. 60, jul.-dec., 2005, Bogotá, Colômbia, p. 84-93.

105 HARTOG, François. *Op. cit*.

106 CAIADO, Aurílio Sérgio Costa. O espaço da cultura: guia cultural do Estado de São Paulo. *São Paulo Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 2, 2001, p. 59.

Convém ressaltar a ideia de que o patrimônio tem sido considerado não apenas como um bem isolado, mas em sua integração com a história, com a identidade de um povo, como um referencial de pertencimento de uma comunidade. Nesse sentido, Carlos Lemos esclarece que:

> [...] um objeto isolado de seu contexto deve ser entendido como um fragmento, ou um segmento, de uma ampla urdidura de dependências e entrelaçamentos de necessidades e interesses satisfeitos dentro das possibilidades locais da sociedade a que ele pertence ou pertenceu.[107]

Comunidade e identidade são as peças centrais, quando se pensa em patrimônio. Para Doia Freire e Lígia Leite Pereira:

> O turismo cultural se viabiliza, em grande parte, através da interpretação planejada e realizada junto com a comunidade [...] e que deve ser também a melhor anfitriã de seus visitantes. Pelo método interpretativo, o lugar, além de se expor naturalmente à apreciação do público, pode falar sobre si mesmo e explicitar sua identidade. Utilizando-se de diferentes fontes de conhecimento e formas de comunicação, o ambiente interpretado convida e facilita ao visitante chegar mais perto, experimentar, interagir, conhecer, aprovar ou criticar a dinâmica cultural daquele contexto. A interpretação preocupa-se com a relação morador/visitante e propõe que todos usufruam de paisagens, objetos, monumentos e momentos de presença no lugar, ao invés de consumi-lo, apressadamente, como algo descartável e de fácil substituição.[108]

107 LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *O que é patrimônio histórico*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 11.

108 FREIRE, Doía; PEREIRA, Lígia Leite. História oral, memória e turismo cultural. *In*: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). *Interpretar o patrimônio:* um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002, p. 127-128.

Os prédios históricos são importantes por sua idade, origem, métodos construtivos, particularidades de detalhes e evolução do uso ao longo do tempo. Entretanto, como aponta Brian Goodey:

> Constituem, na verdade, o elo mais óbvio entre o presente e o passado. No entanto, para muitos visitantes, o vínculo entre tais edificações e a experiência individual está, há muito tempo, rompido. Suas funções passadas são hoje meras descrições, detalhes de desenho não fazem sentido no contexto pessoal do visitante, os métodos tradicionais de construção não podem ser comparados com os métodos atuais, também desconhecidos, e nem a cronologia definida tem vínculos com um conhecimento pessoal da história.[109]

Mais uma vez, emerge a necessidade do entendimento de conceitos-chave em relação ao patrimônio: identidade, comunidade e rupturas. Nesse sentido, François Hartog afirma que:

> O patrimônio é uma maneira de viver as rupturas, de reconhecê-las e reduzi-las, referindo-se a elas, elegendo-as, produzindo *semióforos*. Inscrito na longa duração da história ocidental, a noção conheceu diversos estados, sempre correlatos com tempos fortes de questionamentos da ordem do tempo.[110]

A identidade das comunidades e dos indivíduos recorre ao recurso do patrimônio em tempos de crise, não sendo possível, portanto, a fixação sobre uma única acepção do termo patrimônio.

No século XXI, a busca pela identidade, ou identidades, forma-se a partir do encontro de traços identitários que nos ligam a uma determinada comunidade. No mundo globalizado, pertencemos a várias comunidades, independentemente de espaço e tempo. Contudo, há a necessidade crescente de pertencimento. O homem contemporâneo

109 GOODEY, Brian. *Op. cit.*, 2002a, p. 135.

110 HARTOG, François. *Op. cit.,* p. 272.

necessita de identidades, mesmo quando visitante. Os destinos turísticos referenciam, em alguma medida, o sentido de pertencimento. Mesmo nas viagens, explorando novos ambientes, buscamos identificação, buscamos algo especial que nos remeta ao sentimento das inter-relações comunitárias. Segundo Stuart Hall:

> A identidade torna-se uma 'celebração móvel': formada e transformada, continuamente, em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.[111]

Nesse sentido, o Brasil é rico em possibilidades identitárias. O país apresenta um mosaico diversificado de alternativas culturais materiais e imateriais que podem proporcionar ao visitante inúmeras inter-relações.

2.1 Patrimônio cultural brasileiro

O Brasil é, atualmente, um país urbanizado e industrializado, que continua recebendo influências do exterior, mas que, também, é um exportador de cultura, mais especificamente de religião, música e telenovelas.[112] Para Anthony Giddens:

> A sociedade pós-industrial é um fim, mas também um começo, um universo social de ação e experiência genuinamente novo,

111 HALL, Stuart. *Op. cit.*, p. 13.

112 OLIVEN, Ruben George. Cultura e modernidade no Brasil. *São Paulo Perspectiva*. São Paulo, v.15, n. 2, 2001, p. 10.

> onde a sociedade global se encontra e se mescla com as diferentes sociedades locais em um espaço indefinido.[113]

O patrimônio cultural imaterial é o patrimônio rico e diversificado, ao mesmo tempo vivo e tradicional, que se manifesta por meio de expressões e tradições orais, pelas artes performáticas, pelas práticas sociais, incluindo rituais e eventos festivos, pelos conhecimentos e práticas relacionados à natureza e pelo artesanato tradicional.

A filosofia, os valores e formas de pensar refletidos nas línguas, tradições orais, na arte, no folclore e na arquitetura de um povo, constituem o fundamento da vida comunitária. A revitalização das culturas tradicionais e populares assegura a sobrevivência e a diversidade cultural de uma comunidade e, em última análise, de um país. Contudo, há que se observar que "a preservação de uma pretensa 'pureza' dos bens intangíveis é um desejo de impossível realização".[114]

São Paulo, por exemplo, modificava-se em ritmo acelerado e sua programação cultural já respondia a públicos mais sofisticados no início do século XX[115]. Nicolau Sevcenko, discorrendo sobre os anos 20, afirma que:

> Sob o epíteto genérico de "diversões", toda uma nova série de hábitos, físicos, sensoriais e mentais, são arduamente exercitados, concentradamente nos fins de semana, mas a rigor incorporados

113 GIDDENS, Anthony. *Op. cit.,* p. 117. [Tradução livre do autor deste livro.]

114 SEITI, André. Identidade da consciência: cultura imaterial se revela cada vez mais importante para entender a diversidade do Brasil. *Continuun Itaú Cultural*. São Paulo, n. 7, jan./fev., 2008, p. 7.

115 Em trabalho anterior, discutiu-se com mais profundidade questões relacionadas à modernidade da metrópole paulistana. LEITE, Edson. *A estética moderna do início do século XX – Antonieta, Guiomar e Magdalena*: tradição e ruptura na produção cultural da cidade de São Paulo. Tese (Pós-Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes (ECA), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

> em doses metódicas como práticas indispensáveis da rotina cotidiana: esportes, danças, bebedeiras, tóxicos, estimulantes, competições, cinemas, *shopping*, desfiles de moda, chás, confeitarias, cervejarias, passeios, excursões, viagens, treinamentos, condicionamentos, corridas rasas, de fundo, de cavalos, de bicicletas, de motocicletas, de carros, de avião, tiros-de-guerra, marchas, acampamentos, manobras, parques de diversões, boliches, patinação, passeios e corridas de barco, natação, saltos ornamentais, massagens, saunas, ginástica sueca, ginástica olímpica, ginástica coordenada com centenas de figurantes nos estádios, antes dos jogos e nas principais praças da cidade, toda semana.[116]

Com a economia cafeeira, São Paulo passou a crescer e tornou-se, rapidamente, o principal pólo econômico e político do país. Multidões de brasileiros transferiam-se para São Paulo, atraídos pela acumulação de recursos e, também, os estrangeiros que viam perspectivas de progresso na nova terra. Em meio à precariedade de seus haveres e sem especialização de trabalho, esses migrantes enfrentavam graves problemas, tendo que improvisar suas moradias, seus ofícios etc. Os estrangeiros, com base nos seus referentes culturais, transferem à cidade características de resgate de suas culturas. A cidade, naquela época, construída à moda europeia, podia ser descrita da seguinte maneira:

> [...] a colina central ficava circundada de uma ornamentação paisagística europeia, atravessada pelas impressionantes estruturas metálicas dos viadutos do Chá e de Santa Efigênia importadas direto da Alemanha, e cingida pela arquitetura neo-renascença do Teatro Municipal, êmulo *fáustico* do Ópera de Paris, a assinalar uma súbita reformulação do panorama, refletindo mudança radical na identidade da capital. Nos limites desse complexo paisagístico figuravam, ao norte, a Estação da Luz, totalmente importada da Inglaterra até os últimos tijolos e os menores parafusos, segundo os modelos da Estação de Paddington e da torre do Big Ben. Ao sul, ia se definindo

116 SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.*, p. 33.

> o desenho gótico da catedral da Sé, talhada sob o figurino da matriz medieval de Colônia. A oeste, dominando a Praça da República, destacava-se a imponente Escola Normal, de feitio eclético, recaindo sobre o neoclássico do Segundo Império Francês. A leste, mais para o final da década, erguer-se-ia, no topo da colina histórica, o colossal prédio do arquiteto italiano Giuseppe Martinelli, um bloco maciço de concreto armado, que com seus vinte andares se arrojava como 'o mais alto da América do Sul'.[117]

São Paulo, como centro urbano, teve que se adaptar e pagar o preço da sua *metropolização* desenfreada e da mescla das várias culturas de seus residentes, desde sua fundação. Sevcenko desenvolve essa ideia nos seguintes termos:

> Homem-máquina, máquina personalizada, mulher-energia, energia *erotizada*, máquina e energia transformando os ritmos e condições de vida e os seres humanos se metamorfoseando por automatismos sobrepostos, ativando seus impulsos, nervos e músculos, até romper o cerceamento de valores e preceitos que restringiam as condutas e temperavam as aspirações, liberando uma crisálida moderna, com gestos ágeis, roupas leves de corte militar, cigarro no canto da boca e o desejo irrefreável de se fundir numa força colossal, uma massa devastadora que em avalanche sepulte o velho mundo e redesenhe um novo à sua imagem.[118]

Completando a ideia da evolução diversificada da cidade de São Paulo, que cresce desordenadamente, tanto física quanto social e culturalmente, Massimo Canevacci fala de uma cidade polifônica e, tratando mais, especificamente, da arquitetura resultante dessa diversidade identitária, afirma que:

117 SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.,* p. 116.

118 Idem. Ibidem.

> Nessa 'terra' existe a expressão polimórfica de um sincretismo arquitetônico. Ela se insere naquela corrente multicultural e *multiétnica* que constitui o desafio cultural por excelência: conjugar, explicitar, jogar com os processos simultâneos e contraditórios de *mundialização* e de localização dos códigos.[119]

São Paulo é um exemplo de grande metrópole que passou pela experiência do crescimento vertiginoso que conduziu à perda de referenciais comuns entre seus habitantes. A falta de elementos que contribuam para o reforço da identidade coletiva e do sentido de pertencimento não é, contudo, uma característica particular de São Paulo. Várias outras localidades têm perdido seus referenciais e essa realidade está diretamente relacionada a pouca preocupação com a salvaguarda dos recursos culturais.

2.2 Proteção do patrimônio cultural

Em nosso mundo, a transmissão do patrimônio de geração a geração está seriamente ameaçada, entre outros fatores, pela industrialização, pelo crescimento das cidades, pelos conflitos armados, pela degradação do meio ambiente, pelas consequências do turismo de massa desordenado. Por outro lado, há organismos reguladores, como afirma Stela Maris Murta:

> [...] os órgãos de preservação, tais como o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) e seus similares estaduais e municipais, são responsáveis pela gestão de grande parte dos atrativos históricos, culturais e ambientais, tendo de buscar alternativas de sustentabilidade financeira, entre as quais se destaca o turismo que, por sua vez, depende fortemente desses atrativos.

119 CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica:* ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997, p. 160.

> A experiência mostra que só uma comunidade consciente e engajada na preservação de seu patrimônio, como recurso de seu desenvolvimento econômico no presente, pode enfrentar as demandas do turismo sem ser engolida por ele no futuro. Assim, a saída para a preservação é capacitar a comunidade para assimilar e explorar, em seu favor, as pressões do progresso e do desenvolvimento. Para tanto, os valores da preservação devem ser assimilados de forma eficaz por moradores e visitantes.[120]

Organismos internacionais, como a UNESCO, também podem auxiliar na preservação e salvaguarda de bens culturais. Nesse sentido, Fernando Fernandes da Silva argumenta que:

> Embora a situação não seja das melhores, as autoridades responsáveis pela proteção podem obter algumas vantagens em razão da inscrição dos bens culturais na Lista do Patrimônio Mundial, como, por exemplo, a divulgação ao público da importância dos bens culturais pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade a fim de angariar simpatia à causa da proteção. Essa linha de ação atende à função 'publicitária' da Lista do Patrimônio Mundial e permite a formação de um movimento de solidariedade da comunidade nacional favorável à proteção.[121]

O planejamento turístico eficiente aponta para a necessidade das destinações nacionais não permanecerem atreladas apenas aos recursos naturais, recursos que não devem ser desprezados, mas que não devem ser os únicos considerados.

A proteção do patrimônio natural e cultural é uma decorrência da necessidade de se preservar o meio ambiente mundial, como recupera

120 MURTA, Stela Maris. Turismo histórico-cultural: parques temáticos, roteiros e atrações âncora. *In*: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). *Interpretar o patrimônio:* um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002c, p. 140-141.

121 SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: Peirópolis; Edusp, 2003, p. 177-178.

Guido Fernando Silva Soares:

> Na visão do desenvolvimento sustentável, a preservação do patrimônio natural e cultural, que constitui o *hábitat* do ser humano, decorre dos deveres de resguardar aquilo que não se pode reconstruir, uma vez destruído. E tais deveres são *referíveis* (sic) a quaisquer seres que integram o conceito de humanidade, entidade sem fronteiras, que existe onde haja homens e mulheres.[122]

Em nossos dias, não se discute mais se as políticas culturais devem estar integradas às políticas sociais e econômicas, mas sim de que forma integrá-las como expressão do desenvolvimento social em seu papel na constituição da identidade coletiva. Da mesma maneira, a convergência entre as políticas culturais e turísticas é essencial e deve reforçar a complementaridade e evitar incoerências. O poder público deve assumir o protagonismo na planificação e controle dos possíveis impactos e problemas que possam surgir, assumindo sua função de instrumento para a educação, a promoção da identidade coletiva, do desenvolvimento social, econômico e cultural.[123]

Há, no Brasil, a falta de uma visão sistêmica e de complementaridade na gestão cultural. Conforme afirma José Carlos Durand: "no Brasil, sequer se sabe quantas prefeituras possuem secretarias de cultura e, por conseguinte, em quantas os assuntos culturais são tratados através de secretarias de educação, esportes e turismo, ou outra qualquer."[124] Essa realidade pode ser melhor visualizada com dados do IBGE, que registram que não há órgãos exclusivos para gerir a cultura na maioria dos municípios brasileiros:

122 SOARES, Guido Fernando Silva. Prefácio. *In:* SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: Peirópolis; Edusp, 2003, p. 21.

123 ORAMAS, Alicia Hernández. *Op. cit.*

124 DURAND, José Carlos. Cultura como objeto de política pública. *São Paulo Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 2, 2001, p. 67.

> [...] em 72% dos municípios brasileiros ainda predomina a cultura acoplada a outros temas. Somando-se esta porcentagem aos 12,6%, em que o setor é subordinado a outra secretaria, ou seja, configurando um menor *status*, temos que 84,6% de órgãos gestores não exclusivos da cultura. Quando a cultura está em conjunto com outras políticas setoriais – geralmente com a educação – ela costuma ser considerada de forma marginal.[125]

O Brasil possui dimensões continentais, tanto geográficas quanto culturais. A rica diversidade dos bens culturais do país necessita ser investigada e inventariada para que a comunidade local, num primeiro momento, e os visitantes, num segundo, possam assimilar, valorizar, salvaguardar e transmitir às gerações futuras esse patrimônio. O patrimônio, hoje, segundo Carlos Alberto Dória:

> [...] é bastante denso e espesso, caminhando para um engrossamento cada vez maior na medida em que a própria noção que o preside transborda dos limites do barroco para incorporar – no plano da arquitetura – o ecletismo e o modernismo como fontes de identidade estilística. Também a chamada 'cultura imaterial' passou a ser identificada e 'protegida' [...][126]

Exatamente esses bens da cultura imaterial, via de regra, os mais significativos e menos valorizados, é que podem fornecer subsídios para um sentimento de pertencimento a uma comunidade, por extensão, a um país, constituindo-se como capital simbólico.[127] Essa cultura, muitas vezes esquecida ou substituída pelos modismos internacionais, é aquela que pode conduzir uma comunidade a respeitar os valores éti-

125 IBGE. *IBGE investiga a Cultura nos municípios brasileiros*. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=980&id_pagina=1> Acesso em: 05 fev. 2008.

126 DÓRIA, Carlos Alberto. A merencória luz do Estado. *São Paulo Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 2, 2001, p. 89.

127 BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

cos, a formar laços solidários, a projetar-se social e economicamente, tornando-se viável para o residente e possível para o visitante, como afirma José Carlos Durand:

> Uma visão sistêmica é necessariamente de longo prazo, embora seja possível 'fazer explodir', do dia para a noite, o público de museus e concertos, usando-se promoção intensiva na mídia de massa e/ou transformando uma exposição ou uma apresentação ao vivo em um 'grande espetáculo'. [...] Para transformar um frequentador ocasional em um apreciador regular de cultura, é preciso pensar a prazo mais longo. E dar-lhe educação artística.[128]

A consciência que atribui poder aos bens culturais não surge do dia para a noite, nem apenas com a participação do governo. Trata-se de um processo longo, que envolve todos os setores da sociedade. Além disso, é preciso compreender que a legitimidade do patrimônio oficializado não se deve, unicamente, a seu valor intrínseco, pois esta é determinada pelos embates que ocorrem em todo o campo simbólico, em que vence aquele que alcança maior reconhecimento pelo grupo, aquele que alcança uma atribuição de maior valor para seu imaginário na construção da realidade.

O imaginário configura, racionalmente, as imagens a partir das experiências vividas, gerando uma coleção delas que são liberadas pela revisitação.[129] Na instituição do imaginário, a comunidade dialoga com seu passado e, no âmbito do patrimônio, realiza as negociações entre passado e presente, acionando um tempo mítico, ou como afirma Robert Hewinson:

> O impulso de preservar o passado é parte do impulso de preservar o eu. Sem saber onde estivemos, é difícil saber para aonde estamos indo. O passado é o fundamento da identidade individual e coletiva; objetos do passado são a fonte da significação como

128 DURAND, José Carlos. *Op. cit.,* p. 67-68.

129 MAFFESOLI, Michel. *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

> símbolos culturais. A continuidade entre passado e presente cria um sentido de sequência para o caos aleatório e, como a mudança é inevitável, um sistema estável de sentidos organizados nos permite lidar com a inovação e a decadência. O impulso nostálgico é um importante agente do ajuste à crise, é o seu emoliente social, reforçando identidade nacional, quando a confiança se enfraquece ou é ameaçada.[130]

Complementando essa ideia e pensando em como a comunidade pode participar ativamente da transformação das cidades, tem-se o pensamento do arquiteto e urbanista Carlos Nelson dos Santos, quando afirma ser possível fazer de cada cidadão um urbanista.[131]

A busca de um referente comum estimula o diálogo com o passado. No campo do turismo, esse diálogo pode conduzir ao encontro de vocações e identidades num processo de redescoberta do mundo, abrangendo a identidade do lugar, pondo em cena o valor do patrimônio cultural e natural.[132] As listagens patrimoniais, tratadas, no próximo capítulo deste trabalho, são alguns dos instrumentos de legitimação do capital simbólico.

130 HEWINSON, Robert, *apud* HARVEY, David. Espaços urbanos na aldeia global: reflexões sobre a condição urbana no capitalismo no final do século XX. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*. Minas Gerais: PUC, n. 4, maio, 1996, p. 85.

131 SANTOS, Carlos Nelson dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: Universidade Federal Fluminense; São Paulo: Projeto Editores, 1998.

132 BARREIRA, Irlys Alencar. A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 5, n. 9, jan./jun. 2003, p. 314-339.

3. As Listagens Patrimoniais

É assim com nosso passado. Trabalho perdido procurar evocá-lo.
Todos os esforços de nossa inteligência permanecem inúteis.
Está ele oculto, fora de seu domínio e de seu alcance,
Em algum objeto material (na sensação que nos daria esse objeto material)
que nós nem suspeitamos.
Esse objeto, só do acaso depende que o encontremos antes de morrer,
ou que não o encontremos nunca.

Marcel Proust

Edith Brown Weiss[133] sinaliza que as futuras gerações podem ser privadas de uma informação importante a respeito do valor de certos recursos naturais, em particular animais ou plantas, ou do funcionamento de sistemas políticos, sociais e econômicos, incluindo os registros e arquivos históricos sobre línguas, os trabalhos artísticos, as composições musicais, a literatura, os tesouros arquitetônicos e os monumentos.

A salvaguarda dos recursos culturais pode, entretanto, gerar a formação de um rico patrimônio a ser compartilhado pelos nativos de uma localidade e seus visitantes, além de possibilitar a transmissão às futuras gerações, garantindo um sentido de pertencimento e identidade.

Brian Goodey explica o interesse de visitantes pelo patrimônio cultural, por meio da sucessão das eras pelas quais as cidades passaram, segundo Goodey:

133 WEISS, Edith Brown. *Fairness to Future Generations: International Law, Common Patrimony, and Intergenerational Equity*. Tóquio; New York: The United Nations University; Dobbs Ferry, Transnational Publishers, 1989.

> A atual era industrial é, de fato, apenas a mais recente de um número de eras que definiram, significativamente, a cidade. As eras da cidade feudal, cidade-estado, cidade-bela e cidade cultural, todas deixaram suas marcas construtivas no centro urbano, e cada geração foi sucessivamente convidada a revisitar o centro histórico. À medida que a cidade religiosa começou a perder sua magia, no período medieval, a atividade de peregrinação tornou-se a primeira forma de pacote de férias urbanas. À proporção que os cidadãos se cansaram de seus festivais de música e de suas coleções de arte no século XIX, entusiastas estrangeiros foram trazidos de navio para apreciá-los.[134]

Mas, muito antes dos visitantes do século XIX, o mundo já elegia bens especiais, monumentos ligados à cultura, como pontos de interesse e visitação.

Grandes realizações do gênio humano, símbolos de poder ou de religiosidade, geralmente erguidos com materiais nobres e duradouros e ligados às grandes civilizações, sempre despertaram a curiosidade e o interesse dos visitantes. Patrícia Patrício esclarece que:

> A religiosidade e outras manifestações mitológicas ou ideológicas têm o poder de 'moldar' materialmente um povo, porque são manifestações do imaginário e é através dele que nos reconhecemos como humanos, conhecemos o outro e apreendemos a realidade múltipla do mundo. 'Costumamos dizer que é o imaginário que organiza o real'. [135]

Provavelmente, o grande marco inicial que inspirou a admiração

134 GOODEY, Brian. Olhar múltiplo na interpretação de lugares. *In*: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). *Interpretar o patrimônio:* um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002b, p. 77.

135 PATRÍCIO, Patrícia. A face visível do invisível: como as dimensões material e imaterial se fundem nas religiões. *Continuum Itaú Cultural*. São Paulo, n. 7, jan./fev. 2008, p. 17.

aos monumentos foram "As Sete Maravilhas" da Antiguidade. Esse marco inicial permanece inspirando a humanidade em sua relação com o patrimônio cultural. Esses sete monumentos emblemáticos das civilizações do passado, ainda, povoam a mente da humanidade, tanto que novas listagens com 'sete monumentos', 'sete bens culturais', 'novas sete maravilhas' etc., continuam sendo idealizadas até os nossos dias.

3.1 As Sete Maravilhas da Antiguidade

As "Sete Maravilhas do Mundo Antigo", também conhecidas como as sete coisas dignas de serem vistas, eram as mais belas e majestosas obras arquitetônicas e artísticas da Antiguidade Clássica. Embora duvidosa, a origem da lista parece datar, aproximadamente, em torno de 150 a.C., e estar ligada a um poema de Antípatro de Sídon, poeta e escritor grego. O engenheiro grego Philon de Bizâncio registra os mesmos monumentos, as *Septem Orbis Miraculis*.

As sete maravilhas eram monumentos e esculturas extraordinários, erguidos pelas mãos humanas e incluíam:

1) O **Farol de Alexandria**, um farol gigantesco de mármore, construído a mando de Ptolomeu, em aproximadamente 280 a.C., no porto de Alexandria, no Egito, do qual se podia enxergar a luz a mais de 50 km de distância, o que lhe conferia a imponência e grandiosidade que indicavam seu *status* de maravilha do mundo. Esse farol foi duramente abalado por dois terremotos, em 1303 e 1323, respectivamente, e suas ruínas foram descobertas por mergulhadores apenas em 1994.

2) O **Colosso de Rhodes**, estátua gigantesca do Deus Apolo, que ficava na entrada da ilha grega de Rodes. Dizia-se que ela foi construída para comemorar a retirada das tropas macedônias. Finalizada em 280 a.C., tinha 30 metros de altura, pesando 70 toneladas de puro bronze. Toda a embarcação que adentrasse a ilha passaria por entre as pernas da estátua, que possuía um pé em cada margem do canal que levava ao porto. O majestoso colosso resistiu por 55 anos, vindo a sucumbir,

durante um terremoto que o jogou no fundo da baía. Os habitantes da ilha não ousaram reconstruí-lo, por acreditarem que tinham ofendido ao deus Apolo. O colosso só deixou o fundo do mar com a chegada dos árabes, que o encontraram e o venderam como sucata.

3) As Ruínas do Templo de Ártemis, em Éfeso, na Turquia, construído, em 550 a.C., em homenagem à deusa Ártemis, protetora dos animais selvagens e da caça. Considerado o maior templo da época, foi destruído, em 356 a.C., por Herostratus, um maníaco que queria alcançar fama por seu ato. Os habitantes da cidade, entretanto, não revelaram o nome do homem, que só foi trazido à luz pelo historiador Strabo. Com a propagação do Cristianismo, o templo perdeu importância e, atualmente, existe apenas um pilar da construção original em suas ruínas.

4) Os Jardins Suspensos da Babilônia, construídos pelo rei Nabucodonosor, no século VI a.C., para sua esposa Amitis que, vinda do reino da Média, sentia saudades das flores e campos de sua terra. Pouco se conhece dessa Maravilha, uma vez que são escassos os relatos e não foram encontrados vestígios do monumento. Acredita-se que os jardins, instalados na Babilônia, eram constituídos por seis montes de terra, terraços arborizados e apoiados em colunas gigantescas. Não existem relatos, também, de quando foram destruídos.

5) O **Mausoléu de Halicarnasso**, construído, na Turquia, pelo rei Máusolo, em 353 a.C., para abrigar seus restos mortais. Concluído, o monumento tinha grande altura e terminava com uma carruagem puxada por quatro cavalos. Após a morte do rei Máusolo, a rainha complementou a obra iniciada pelo soberano com um grande monumento. Desde então, o termo *mausoléu* se difundiu pelo mundo, representando uma construção sepulcral. Uma série de terremotos abalou o monumento e, no século XV, apenas a sua fundação podia ser reconhecida. Os restos do mausoléu foram utilizados para a construção de um castelo na cidade, hoje conhecida como Bodrum.

6) A **Estátua de Zeus,** construída em ouro, marfim e pedras preciosas, no século V a.C., na cidade de Olímpia, Grécia, tinha 40 pés de altura.

Era a única maravilha instalada na Grécia. Após cerca de 800 anos, ela foi levada de Olímpia para Constantinopla (hoje Istambul), onde se acredita que tenha sido destruída por um incêndio no ano de 462 d.C.

7) As **Grandes Pirâmides de Gizé**, única maravilha ainda existente, é formada pelas pirâmides de Keóps, Quéfren e Miquerinos, construídas como tumbas reais para três gerações de soberanos egípcios. A de Keóps, a mais antiga, é chamada de grande pirâmide e possui 147 metros de altura e foi construída por volta de 2550 a.C., há mais de 4.500 anos. Essa pirâmide conservou o posto de construção mais alta do planeta até o final do século XIX, quando da construção da Torre Eiffel.

Outras listas foram formuladas, na tentativa de eleger entidades da realização humana, mas nenhuma obteve o consenso para poder alcançar o título de lista das indiscutíveis maravilhas do mundo.

3.2 Maravilhas Naturais

A progressiva destruição dos recursos ambientais, em função do crescimento socioeconômico descompromissado com a ecologia, e o desgaste natural de determinados recursos são problemas reais que ameaçam todo o planeta.

Carrillo Salcedo sugere que a ordem jurídica internacional cristalize a noção de patrimônio comum da humanidade o que, certamente, extrapola a clássica noção de soberania territorial.[136] Existe a necessidade de proteger determinados bens em prol da espécie humana. Diego Uribe Vargas[137] adverte que a destruição do patrimônio cultural, em razão do 'trabalho dos séculos' ou de 'ações deliberadas', 'tem privado

136 SALCEDO, Carrillo. *El derecho internacional en un mundo en cambio*. Madri: Tecnos, 1984.

137 VARGAS, Diego Uribe. La troisième génération des droits de l'homme. *RCADI*, v. 1, tomo 184, 1984, p. 373.

as gerações do presente de dados importantes para a compreensão de fenômenos seculares'.

O *habitat* natural do ser humano é o planeta e toda a produção cultural produzida está diretamente ligada à possibilidade de existência da "mãe terra". Grande parte da produção de bens culturais também é inspirada pelos animais, pelas frutas, flores, enfim, pelos padrões da natureza e, geralmente, servem-se de elementos da natureza como matéria-prima.

Não existe um consenso sobre as "sete maravilhas naturais", mas para demonstrar uma das possibilidades relacionamos, a seguir, uma lista compilada pela Rede CNN de Notícias, que inclui entre as maravilhas naturais: o Grand Canyon, nos EUA; a Grande Barreira de Coral, na Austrália; a Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, Brasil; o Monte Everest, na divisa entre Nepal e China; a Aurora Boreal, na região polar do planeta; o Vulcão Paricutín, no México; as Cataratas Vitória (*Victoria Falls*), entre Zâmbia e Zimbábue.[138]

3.3 Outras listagens

Muitas outras listas poderiam ser elaboradas, englobando as produções da engenharia humana, tal como a da Sociedade Americana de Engenheiros Civis, que elaborou uma lista de maravilhas do mundo moderno, constituída pelas seguintes obras: o Eurotúnel (França e Inglaterra), a Torre CN (Canadá), o Empire State Building (Estados Unidos), a Ponte Golden Gate (Estados Unidos), a Usina Hidrelétrica de Itaipu (Brasil), os Diques de Marés (Holanda) e o Canal do Panamá (Panamá).[139]

Em 1976, Roland Gööck elaborou várias listagens contendo os

138 BEST HOME. *Turismo*: uma maravilha brasileira. Disponível em: <http://www.teitelbaum.com.br/besthome/edicao13/materia18.php>. Acesso em: 11 jan. 2007.

139 AZEVEDO, Fábio. Quais são as sete maravilhas do mundo? *Mundo Estranho*. São Paulo: Abril Cultural, ed. 37, mar. 2005.

monumentos naturais e artificiais de cada continente.[140] Com relação ao continente americano, por exemplo, Gööck elegeu 18 monumentos como os mais significativos:

- Metrópole planificada na savana: Brasília;
- A cidade mais bela do mundo: Rio de Janeiro;
- Maravilha tropical na conjunção de 3 países: Cataratas do Iguaçu;
- Refúgio das filhas do Sol: Machu Picchu;
- Ponto agido da navegação mundial: Canal do Panamá;
- Cidade maia de Yucatán: Chichen Itzá;
- Via naval para o coração da América: Canal de São Lourenço;
- A água atroadora: Cataratas do Niágara;
- A montanha-habitação de Montreal: Habitat;
- Símbolo da supercidade: Arranha-céus de Nova York;
- Cinco andares abaixo do solo: Grutas do Mamute;
- Galeria de presidentes em granito: Monte Rushmore;
- O desfiladeiro enigmático: Grand Canyon;
- O maior telescópio do mundo: Monte Palomar;
- Paisagem maravilhosa da América: Parque Nacional de Yellowstone;
- Terminal do espaço: Cabo Canaveral;
- A mais famosa ponte pênsil do mundo: Golden Gate Bridge e
- As 'espigas de milho' de Chicago: Marina City.

140 GÖÖCK, Roland. *Maravilhas do Mundo*. 2. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

Possíveis listas mundiais, nacionais, regionais, locais, com sete elementos para manter a tradição, ou com dezenas, ou centenas de elementos constitutivos podem ser e têm sido elaboradas, ao longo dos séculos, em continuação à tradição iniciada pelos gregos.

3.4 Novas sete maravilhas do mundo

Da lista das sete maravilhas da Antiguidade Clássica, somente as pirâmides de Gizé ainda podem ser vistas em sua plenitude. Em 2001, o suíço Bernard Weber instituiu a 'New 7 Wonders Foundation' e lançou uma campanha para a escolha das Novas Sete Maravilhas do Mundo. A lista dos candidatos pretendeu reunir os monumentos 'mais interessantes' da História da humanidade construídos pelo homem, e classificou 77 monumentos de diversas partes do mundo. No final de 2005, seriam escolhidas entre as 77 maravilhas, então classificadas, as 21 novas maravilhas, mas houve uma mudança e o resultado foi anunciado no dia 01 de janeiro de 2006. Após as duas primeiras seleções, realizadas pelo voto de cerca de 19 milhões de pessoas por todo o mundo, restaram 21 monumentos, a saber:

1. Acrópolis – Athenas, Grécia;
2. Alhambra – Granada, Espanha;
3. Angkor – Cambodia;
4. Chichen Itza – Yucatán, México;
5. Cristo Redentor – Rio de Janeiro, Brasil;
6. Coliseu – Roma, Itália;
7. Estátuas da Ilha de Páscoa – Chile;
8. Torre Eiffel – Paris, França;
9. Grandes Muralhas – China;
10. Santa Sophia – Istambul, Turquia;
11. Templo Kyomizu – Kyoto, Japão;
12. Kremlin – Moscou, Rússia;

13. Machu Picchu – Peru;
14. Castelo de Neuschwanstein – Fussen, Alemanha;
15. Petra – Jordânia;
16. Pirâmides de Gizé – Egito;
17. Estátua da Liberdade – New York, Estados Unidos;
18. Stonehenge – Amesbury, Inglaterra;
19. Ópera de Sydney – Austrália;
20. Taj Mahal – Agra, Índia e
21. Timbuktu – Mali.

A Fundação *New 7 Wonders*[141] estabeleceu, então, um novo projeto para a escolha das *Novas Sete Maravilhas do Mundo Contemporâneo,* a partir das 21 novas maravilhas, já pré-selecionadas, com início do concurso em 1º de janeiro de 2007.

Nessa fase do concurso, foi divulgada a ideia de que não bastaria para o monumento ser gigante, ele deveria ter história para poder estar entre as novas maravilhas. Metade dos fundos arrecadados pelo projeto deveria ser destinada à restauração de patrimônios em risco, ao redor do mundo, como é o caso dos Budas Gigantes do Afeganistão, por exemplo.

A votação universal foi feita, pela Internet, e através de mensagens telefônicas. O concurso teve, segundo os organizadores, a participação de aproximadamente 100 milhões de pessoas. As Pirâmides de Gizé foram, respeitosamente, consideradas uma maravilha que não deveria se sujeitar a novo concurso e ficaram fora da disputa, em lugar de honra. Foram vinte os monumentos classificados, entre os quais o Cristo Redentor.

As votações encerraram-se no dia 06 de julho de 2007. No dia seguinte, o simbólico dia 07/07/07, aconteceu a cerimônia para anunciar, oficialmente, os 7 (sete) vencedores da campanha:

141 NEW 7 WONDERS. Disponível em: <http://www.new7wonders.com>. Acesso em: 08 jul. 2007.

1. Cristo Redentor: "o único monumento cristão";
2. Machu Picchu: "a cidade perdida dos Incas";
3. Taj Mahal: "um mausoléu, símbolo de amor e paixão";
4. Coliseu de Roma: "considerado, hoje, um local sagrado";
5. Chichen Itza: "famosa cidade Maia";
6. Petra: "famosa, principalmente, pelos seus monumentos escavados nas rochas de um desfiladeiro";
7. Grande Muralha da China: "um sistema de defesa unificado".

A lista das novas maravilhas do mundo tem a seu crédito a possibilidade de favorecer a atividade turística, nas regiões contempladas, de poder ajudar a conhecer e a valorizar patrimônios históricos e tornar possível o reconhecimento de diferenças culturais, aspectos importantes, especialmente, para as que não pertencem a países desenvolvidos. Além disso, auxiliam a estabelecer relações entre o passado e o presente, podendo levar à divulgação e compreensão dos povos que as criaram. Middleton e Clarke[142] destacam o papel primordial que os atrativos exercem na captação de visitantes para uma localidade, o que é de fundamental importância para atividades turísticas.

O concurso, entretanto, não contou com o apoio da UNESCO, que se desligou, abertamente, no dia 20 de junho, da iniciativa de Weber, declarando não ter nenhum tipo de relação com a mesma. A porta-voz, Sue Williams, afirmou que: "Essa campanha respondeu a critérios e objetivos diferentes dos da UNESCO na questão do patrimônio." [143] A lista do Patrimônio Mundial da Humanidade estabelecida pela UNESCO conta com 851 lugares e não inclui apenas monumentos; mas, também, considera complexos mais amplos como os centros históricos de algumas cidades ou áreas naturais. O Diretor

142 MIDDLETON, Victor T.C.; CLARKE, Jackie. *Marketing de Turismo:* teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

143 FOLHA DE S.PAULO. *UNESCO critica concurso das sete novas maravilhas, escolhidos festejam*. São Paulo, 08 jul. 2007b.

do Departamento de Comunicação e Projetos Educativos do Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO, Christian Manhart, acrescentou: "Todas essas maravilhas (escolhidas) merecem estar na lista; mas, o que nos entristece, um pouco, é o fato dessa lista se limitar a sete", Manhart ressaltou o caráter "midiático" da iniciativa de Weber.[144]

Os efeitos da inclusão de um bem, na Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO, devem incluir: o reconhecimento de um valor cultural extraordinário ao bem e o entendimento de que, para sua salvaguarda, devam concorrer responsabilidades individuais e locais; a consolidação do bem inscrito como destino cultural e turístico de referência universal; a possibilidade de acesso facilitada e apoiada pelos vários agentes locais e mundiais, *corresponsáveis* pela manutenção do bem.[145]

A UNESCO manifestou, também, sua não concordância com a reconstrução das estátuas, no Afeganistão, entendendo que construir novas estátuas equivale a destruir o que havia antes. Para Manhart, a reconstrução dos 'budas', no Afeganistão, também é problemática, pois não recupera o sentido de figuras adoradas, no país, que hoje é, majoritariamente, muçulmano, além de Weber não possuir autorização do governo do Afeganistão para empreender qualquer ação.

De fato, o número sete poderia ser adequado para o mundo antigo, "muito menor" e mais ligado à tradição simbólica do numeral. Embora a lista seja reducionista, trouxe visibilidade às Américas (Central e do Sul) que, bem representadas, podem explorar melhor sua imagem, o que será abordado a seguir.

144 FOLHA DE S.PAULO. *Op. cit.*, 2007b.

145 VINUESA, Miguel Angel Troitiño. Aranjuez: patrimonio cultural, recuperación urbana y turismo. *Anales de Geografia de la Universidad Complutense*. V. extraordinário, 2002, p. 495-518.

3.5 As maravilhas das Américas

Três das sete maravilhas modernas estão localizadas nas Américas: Machu Picchu, no Peru; Chichen Itza, no México, e o Cristo Redentor, no Brasil.[146]

Machu Picchu ficou em quarto lugar entre as maravilhas modernas. A cidade perdida dos incas está localizada a 2.491m de altitude, num lugar conhecido como "Velha Montanha". Abandonada, a cidade foi redescoberta, em 1911, por uma expedição patrocinada pela National Geographic Society. Estima-se que as estruturas foram construídas por volta de 1460.

Chichen Itza foi proclamada a quinta das novas maravilhas. Sua fundação ocorreu entre os anos de 435 e 455, sendo a 'cidade maia' mais visitada no mundo. O templo maia, representado pela pirâmide de Kukulcán, é o prédio de maior destaque, em Chichen Itza, e simboliza um calendário: tem 91 degraus de cada lado, no total de 364. Sua plataforma superior é comum aos quatro lados, perfazendo o 365º degrau, o número de dias do ano.

O Cristo Redentor, no Brasil, foi o monumento proclamado a terceira das Novas Sete Maravilhas. Construído a 709m do nível do mar, oferece, dos seus patamares, uma das mais belas vistas das montanhas e baías do Rio de Janeiro. A pedra fundamental do Cristo foi fixada no morro do Corcovado, em 1922, para comemorar os 100 anos de Independência do Brasil. O monumento foi inaugurado em 1931, após cinco anos de obras.

3.6 A maravilha brasileira

A construção de um monumento religioso, no local, foi sugerida pela primeira vez, em 1859, pelo padre lazarista Pedro Maria Boss, à

146 LEITE, Edson; MARQUES, Jane. Patrimônio cultural: o registro das Américas nas novas sete maravilhas. In: AJZENBERG, Elza (Coord.). *América, Américas*: arte e memória. São Paulo: MAC-USP; Programa Interunidades de Pós-Graduação em Estética e História da Arte, 2007.

Princesa Isabel. Retomou-se, efetivamente, a ideia em 1921, quando se aproximavam as comemorações pelo centenário da Independência do Brasil. O monumento foi realizado por Heitor da Silva Costa, engenheiro-autor do projeto escolhido, em 1923, Carlos Oswald, artista plástico, autor do desenho final do monumento, e Paul Landowski, escultor francês de origem polonesa.

A construção do Cristo Redentor ainda é considerada um dos grandes capítulos da engenharia civil brasileira. O Cristo foi declarado santuário religioso, em 2006, o que permite a celebração de batizados e casamentos a seus pés. Tombado pelo IPHAN, em 1937, o monumento sofreu obras de recuperação em 1980, quando da visita do Papa João Paulo II e, novamente, em 1990. Foram realizadas obras, em 2003, quando foi inaugurado um sistema de escadas rolantes para facilitar o acesso ao monumento. A estátua do Cristo Redentor tem seus direitos de uso comercial pertencentes à Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, embora haja disputa por parte dos herdeiros dos criadores da obra. O importante é que a eleição do Cristo Redentor cria possibilidades de divulgação não só da cidade do Rio de Janeiro, já considerada como uma das mais bela do mundo, mas do Brasil como um país de grandes atrativos. Esse monumento é um exemplo da constituição de capital simbólico[147], da incorporação de ícones para a formação do sentimento de cidadania e de nacionalidade.

3.7 Imitações e desdobramentos pelo Brasil

O processo de votação, para que o Cristo Redentor tivesse lugar entre as novas maravilhas do mundo, contou com a promoção do governo brasileiro, incluindo declarações e campanhas com a participação da Presidência da República e do Ministério do Turismo, além do apoio da Igreja Católica, que ansiava por ter ao menos um monumento cristão

147 BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*

no rol das novas maravilhas e, da mídia, que destacou, em sua pauta, a importância do monumento pátrio.

No interior do Brasil, não é raro encontrar-se uma estátua do Redentor no monte mais alto das cidades, numa clara alusão ao monumento original do Rio de Janeiro. Geralmente, uma escultura modesta e que tem, principalmente, a função de indicar a fé dos moradores, solicitando as bênçãos aos céus. Entretanto, com a repercussão esperada para o turismo receptivo brasileiro, algumas cidades já estão se preparando para rivalizar com o Redentor do Corcovado. A Prefeitura de Elói Mendes, por exemplo, está construindo, no sul de Minas, um Redentor com 39m de altura, um metro a mais do que o Cristo carioca, com o claro propósito de atrair turistas para a cidade.[148] A diferença entre o monumento do Corcovado e as várias estátuas que o imitam indica, sobretudo, o quanto o Cristo Redentor de braços abertos está relacionado aos sentimentos de fé e de nacionalidade do povo brasileiro.

Em São Paulo, a história é um pouco diferente. Paulistanos, incomodados com a deferência ao monumento carioca, lançaram uma campanha debochada, segundo o entendimento deste autor, para eleger a estátua de Borba Gato como uma das maravilhas. A referida estátua é uma obra que não apresenta grandes méritos artísticos nem mesmo significação histórica relevante.[149] O monumento recebeu o apelido carinhoso de: "bagulho maravilha".[150]

A busca pela legitimação, a partir dessas várias listas patrimoniais, pode conduzir a uma banalização que venha a enfraquecer o processo de valorização de bens culturais.

148 FOLHA DE S.PAULO. *Minas vai erguer Cristo maior do que o Redentor*. São Paulo, 01 jul. 2007a.

149 A estátua do bandeirante Borba Gato tem 12,5 metros de altura e pesa 30 toneladas. É inteiramente montada em pedra de mármore, o que a classifica como mosaico tridimensional, já que os diversos tipos de mármore definem as feições e o vestuário de Borba Gato. A obra fica na confluência das avenidas Adolfo Pinheiro e Santo Amaro, em São Paulo.

150 FOLHA DE S.PAULO. *Contra Cristo Redentor, paulistas querem "eleger" Borba Gato na web*. São Paulo, 10 jul. 2007c.

3.8 O patrimônio como afirmação da metrópole

O Brasil, feliz por estar representado e sair vencedor no certame das novas maravilhas mundiais, passou por uma grande campanha interna que se serviu dos veículos de comunicação de massa para divulgação e estímulo à votação na campanha mundial. Provavelmente, em consequência da exposição do tema, na mídia, começam a proliferar as listas com as sete maravilhas nacionais e regionais.

O *Jornal da Tarde* promoveu, em 2007, a eleição das sete maravilhas de São Paulo.[151] A ideia foi que os paulistanos escolhessem, através de uma enquete disponibilizada pelo Jornal, na Internet, os sete cartões postais da capital paulista. Foram escolhidas as "maravilhas da cidade" e os votos computados alcançaram o número de 4.605. A classificação geral foi a seguinte:

1. Museu do Ipiranga: 11,57%
2. Parque do Ibirapuera: 11,24%
3. Avenida Paulista: 10,11%
4. Estação da Luz: 7,28%
5. Teatro Municipal: 6,54%
6. Mercado Municipal: 5,37%
7. Estádio do Morumbi: 5,28%
8. Museu de Arte de São Paulo (MASP): 3,78%
9. Pico do Jaraguá: 3,44%
10. Sala São Paulo: 3,13%
11. Mosteiro de São Bento: 2,33%
12. Cidade Universitária: 2,24%
13. Zoológico: 2,11%
14. Prédio do Banespa: 2,00%
15. Horto Florestal: 1,98%

151 REVISTA MUSEU. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br>. Acesso em: 07 set. 2007.

16. Pinacoteca: 1,96%
17. Praça da Sé: 1,80%
18. Terraço Itália: 1,39%
19. Bairro da Liberdade e Vale do Anhangabaú: 1,35%
20. Estádio do Pacaembu: 1,33%
21. Edifício Copan e Pátio do Colégio: 1,20%
22. Metrô: 0,98%
23. Memorial da América Latina e Museu da Língua Portuguesa: 0,87%
24. Viaduto do Chá: 0,85%
25. Rua Oscar Freire: 0,76%
26. Parque Villa-Lobos: 0,74%
27. *Shopping Centers*: 0,72%
28. Jockey Clube e Rua Augusta: 0,70%
29. Bairro do Bexiga: 0,65%
30. Viaduto Santa Ifigênia: 0,59%
31. Aeroporto de Congonhas: 0,57%
32. Parque Trianon: 0,52%
33. Elevado Costa e Silva: 0,28%
34. Praça da República: 0,24%

Nessa lista, monumentos e lugares poderiam ser eleitos como representativos da metrópole paulistana. Chama atenção a presença do Metrô entre os votados, afinal, como meio para se chegar aos pontos representativos acaba por se tornar uma atração.

Da mesma maneira, os *shopping centers* espalhados por toda a cidade foram interpretados como um 'cartão postal' da cidade, não importando sua diversidade estilística, social e econômica. Talvez, nesse item se confirme a máxima popular: 'praia de paulista é *shopping*'.

Quanto aos melhores colocados, o primeiro lugar coube ao Museu Paulista, da USP, conhecido como Museu do Ipiranga, que representa, de certa maneira, o patrimônio monumental da cidade, afirmado pelo suntuoso palácio em estilo neoclássico, acompanhado de extenso jardim, mas que está associado à Independência do Brasil. Em segundo

lugar, o Parque do Ibirapuera, espaço paradisíaco, rico em área verde e largo, espaço para lazer, próximo ao centro da metrópole de pedra. A Avenida Paulista surge em terceiro lugar, simbolizando a pujança econômica da cidade, uma via moderna, ao estilo das grandes avenidas norte-americanas. O quarto lugar coube à Estação da Luz, referencial que volta à vida, depois de sua revitalização, tentando deixar de ser participante da "cracolândia"[152], para se tornar o principal centro musical da cidade. O Teatro Municipal segue de perto a Estação da Luz, ocupando o quinto lugar, na classificação, e representando, novamente, uma referência musical associada ao aspecto monumental dos prédios construídos com a riqueza advinda do café. O Mercado Municipal, sexto colocado, associa o monumento ao consumo gastronômico. Em sétimo lugar, o Estádio do Morumbi, numa clara alusão à paixão nacional representada pelo futebol.

A *BandNews FM* também instituiu um concurso para a eleição das sete maravilhas de São Paulo. A participação dos ouvintes, que deviam expressar sua opinião por *e-mail*, carta, ligações ou mensagens no *site* da rádio, com uma lista com seus votos para as sete maravilhas, tinha o seguinte apelo:

> Quem não tem Cristo Redentor, praias, morros, apelido de 'cidade maravilhosa', nem aquele clima de bem-estar o tempo todo, também pode ter suas maravilhas. Vale votar em tudo o que, em sua opinião, é uma maravilha, em São Paulo: monumentos, parques, ruas, avenidas, prédios, estádios, teatros, museus... E vale, também, votar em personalidades que são a cara da cidade, um time de futebol, um símbolo gastronômico, um restaurante, uma livraria, uma banca de jornal, uma música [...].[153]

152 A "cracolândia", em São Paulo, é a região onde o tráfico e o consumo de drogas, principalmente do craque, realiza-se, explicitamente, envolvendo inclusive um grande número de menores.

153 BANDNEWS FM. *Maravilhas paulistanas*. Disponível em: <http://www.bandnewsfm.com.br>. Acesso em: 07 set. 2007.

A votação teve um mês de duração, iniciou-se em julho e os resultados foram divulgados, no dia 27 de agosto, em cerimônia que contou com a presença de políticos (Prefeito Gilberto Kassab e secretários municipais), do diretor do Museu do Ipiranga, representantes de associações comerciais e outras autoridades da cidade de São Paulo. O evento aconteceu na Marquise do Parque do Ibirapuera, o primeiro dos eleitos. A classificação final desse concurso resultou na seguinte lista de maravilhas paulistanas:

1. Parque do Ibirapuera;
2. Avenida Paulista;
3. Rua 25 de Março;
4. Mercado Municipal;
5. *Shopping Centers*;
6. Pizza;
7. Museu do Ipiranga.

Considerando a diversidade e os múltiplos aspectos que povoam o imaginário dos ouvintes participantes, não foram eleitos apenas monumentos e edificações que representam o patrimônio material da cidade – aqueles que podem ser visitados e indicados como "atrativos turísticos", como o Parque do Ibirapuera, o Mercado Municipal e o Museu do Ipiranga.

Alguns espaços, também, ganham notoriedade na cidade (Avenida Paulista, Rua 25 de Março e os *shopping centers*). Além disso, há um importante aspecto imaterial da cultura paulistana que é a variedade gastronômica disponível, representada pela menção da pizza.

O *portal UOL*[154] também contabilizou alguns votos e, com expressivo destaque, os primeiros lugares ficaram para os times de futebol paulistanos: Palmeiras (33,8%), Corinthians (29,8%) e São Paulo

154 Segundo informações disponíveis no portal foram contabilizados 268.861 votos dos internautas participantes. VIAGENS UOL. *O UOL e a BandNews FM querem saber*: quais são as sete maravilhas paulistanas? Disponível em: <http://viagem.uol.com.br/enquete/enquete.jhtm?id=1741>. Acesso em: 07 set. 2007.

(9,6%). Seguidos pela Parada *Gay* (3,5%) e pelo bairro da Liberdade (3,3%). Somente em sexto e sétimo lugares aparecem dois dos anteriormente eleitos: Avenida Paulista e Mercado Municipal (ambos com 2,4% cada). Em oitavo, o Mosteiro de São Bento (2,1%), depois o Parque do Ibirapuera (1,3%). O Museu do Ipiranga e o Teatro Municipal tiveram pouco menos de 1% dos votos dos internautas.

Comparando a campanha do *Jornal da Tarde* com a da *BandNews FM,* podemos notar como a noção de patrimônio é ampla e possibilita várias representações e multiplicidade de significados. O concurso promovido pela *BandNews FM* incorporou um maior número de aspectos imateriais para representar a metrópole paulistana.

As diferenças e os pontos de semelhança das três listas, aqui apresentadas, demonstram a diversidade cultural da metrópole paulistana e, ao mesmo tempo, quanto o sentimento de pertencimento pode estar condicionado a elementos como o futebol e a comida. Elementos que, em princípio, não são nem mesmo tipicamente paulistanos ou brasileiros. No mundo globalizado, que atinge tanto o tempo de trabalho quanto o tempo de lazer da metrópole paulistana, o esporte e a gastronomia podem formar um conjunto harmonioso com os monumentos representativos da história e os espaços representativos da vida cotidiana, que se integram ao imaginário para formar uma ideia mais humana e imaginativa da cidade.

Vários instrumentos oficiais de entidades internacionais e nacionais têm buscado firmar o entendimento sobre que bens devem ser preservados e como devem ser preservados. Essas cartas patrimoniais constituem o referencial para a compreensão da evolução do conceito de patrimônio alcançando, mais recentemente, os bens de natureza imaterial.

4. As Cartas Patrimoniais e a Posição Brasileira

[...] Fechado. Largado. O velho sobrado colonial
de cinco sacadas, de ferro forjado, cede.
Bem que podia ser conservado, bem que devia ser retocado,
tão alto, tão nobre-senhorial.
O sobradão dos Vieiras cai aos pedaços, abandonado.
Parede hoje. Parede amanhã.
Caliça, telhas e pedras se amontoando com estrondo.
Famílias alarmadas se mudando.
Assustados - passantes e vizinhos.
Aos poucos, a 'fortaleza' desabando.
Quem se lembra? Quem se esquece?[..]

Cora Coralina

O interesse comum da humanidade em torno da proteção de certos bens culturais não está adstrito à ideia de sobrevivência. Hiroshi Daifuku[155] afirma que o século XX é um período marcado por intensas mudanças em virtude do rápido progresso tecnológico e que, nesse contexto, a preservação é permeada pelo espírito de romantismo e nostalgia, motivada pelo interesse das pessoas em encontrarem um passado marcado pela estabilidade e prosperidade. Outros entendem a preservação dos bens culturais como uma ideia elitista, em que a manutenção de certas tradições constitui uma justificativa para a conservação do *status quo* de determinados setores sociais. Daifuku sustenta, também, que a 'desumanização' e o 'anonimato', em função da

155 DAIFUKU, Hiroshi. *International assistance for the conservation of cultural property. Why preserve the past?* The challenge to our cultural heritage. Paris: Yuhishtir Raj Isar; Unesco; Smithsonian Institution, 1986, p. 53.

estandardização da produção em massa e dos grandes conglomerados urbanos, favorecem reações contrárias que se manifestam por meio de movimentos conservacionistas. Nas grandes cidades, encontram-se, atualmente, vários movimentos organizados pela sociedade civil contrários à sucessão violenta de estilos arquitetônicos que impossibilitam a manutenção de quaisquer resquícios do passado.

Segundo Fernando Fernandes da Silva, a proteção internacional do patrimônio material vem ganhando destaque e:

> Ao longo do século XX, a proteção internacional dos bens culturais imóveis ocorre em três níveis: direito internacional *interestatal* – caracterizado pelas grandes conferências diplomáticas convocadas para o debate de problemas globais, até mesmo para a adoção de convenções multilaterias, organizações não-governamentais – realização de congressos internacionais de arquitetos e restauradores que adotam *diretrizes* relacionadas à proteção dos bens culturais; direito das organizações internacionais – instituição de convenções internacionais, elaboradas e adotadas segundo procedimentos estabelecidos pelas organizações internacionais.[156]

Seguindo a mesma direção, o Estado também tem aumentado a proteção aos bens culturais, como afirma Isaura Botelho:

> [...] sabe-se que a lógica do mercado é a da visibilidade, e que nele não se quer correr riscos. Dessa forma, alguém acredita ser possível que a arte inovadora, experimental, portanto não legitimada e altamente arriscada, poderá vicejar sem o concurso do apoio governamental? Ou aquelas manifestações de caráter mais local, que não têm a visibilidade necessária para interessar potenciais patrocinadores? E como fica a produção cultural nos

156 SILVA, Fernando Fernandes da. *Op. cit.*, p. 49.

> Estados menos industrializados, onde a captação de recursos junto às empresas é mais difícil ainda, já que as matrizes das empresas se localizam nas regiões Sul e Sudeste? Como dar conta da nossa diversidade cultural? Como dar conta das necessidades específicas de cada região?[157]

Complementando essa ideia, explica Carlos Alberto Dória que:

> [...] só o Estado pode proteger a cultura das forças corruptoras do mercado, mas se ele se põe a administrar a cultura entre os cidadãos – ele que é o promotor da igualdade – é porque na sociedade, por razões várias (nascimento, educação formal, renda, filiação étnica, etc.), a cultura é um domínio 'defeituoso' que se distribui de forma desigual entre detentores dos mesmos direitos. Nesse particular, o acesso à cultura, suprimindo as diferenças inerentes às desigualdades, passa a depender do sistema educacional e de outros mecanismos públicos compensatórios. Mas, a cultura, no seu espectro mais amplo, resiste a reducionismos: transborda a escola, ganha as ruas, os teatros, os museus, a ópera, os recônditos onde se diverte o proletariado, renovando sempre as sensações de inclusão/ exclusão, de pertinência e estranhamento. Por isso é que, para além da 'administração das coisas', precisa o Estado situar-se no terreno movediço dos conteúdos simbólicos da vida e escolher uma perspectiva de ação.[158]

O Estado é um dos agentes de maior poder decisório e atua como legitimador na constituição dos bens culturais que serão considerados como patrimônio oficializado. Preservar os suportes materiais de nossa história, os bens de valor artístico e os recursos imateriais que caracterizem e identifiquem nossa

157 BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 2, 2001, p. 79.

158 DORIA, Carlos Alberto. *Op. cit.*, p. 84-85.

cultura é função do legislador. A chancela oficial concedida pelo Estado obedece às normas e diretrizes que foram sendo promulgadas ao longo da História.

4.1 Evolução da proteção internacional nas cartas patrimoniais

A I Guerra Mundial deixou um largo espectro de destruição e destroços. A atividade de restauração que passou a ser promovida, em toda a Europa, depois da Grande Guerra, demonstrou a falta de conhecimento técnico necessário para a empreitada. A partir de então, começou a discussão sobre a necessidade de cooperação entre as nações, bem como a necessidade de se desenvolver uma consciência global sobre os bens culturais e sua preservação. Nesse sentido, as organizações internacionais, as organizações não-governamentais e os Estados têm desenvolvido todo um esforço para a regulamentação, preservação e conservação dos bens culturais.

Pensando na preservação em esfera global, ocorreram várias reuniões, convenções, colóquios e seminários internacionais, dos quais surgiram cartas, resoluções, normas e declarações, recomendações e convenções que vieram a consolidar o entendimento sobre o patrimônio material e imaterial, sobre as intervenções e os métodos de restauração, sobre as políticas públicas, os inventários, a utilização econômica e social dos bens culturais. Convém ressaltar que muitas delas influíram ou foram influenciadas pela atividade turística.

Este trabalho apresenta, a seguir, reflexões sobre o patrimônio cultural, por meio de breve análise das principais reuniões internacionais referentes ao patrimônio e aos bens culturais, bem como dos principais documentos gerados a partir dessas reuniões.[159]

159 Os textos integrais das Cartas e Recomendações, com exceção das Convenções de Haia e de Genebra, encontram-se em IPHAN. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 02 ago. 2007.

a) As Convenções de Haia

As Convenções multilaterais de Haia, de 1899 e 1907, foram as primeiras convenções codificadoras dos costumes de guerra. Além de tentar "humanizar" a guerra, essas convenções dispunham que todas as medidas necessárias deveriam ser tomadas para poupar, tanto quanto possível, os edifícios consagrados aos cultos, às artes, às ciências e à beneficência, os monumentos históricos, os hospitais, os locais de ajuntamento de enfermos e de feridos, salvo no caso de estarem empregados ao mesmo tempo para fins militares.

b) As Duas Cartas de Atenas

Em 1928, realiza-se o primeiro de uma série de Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), sob a liderança do arquiteto Le Corbusier, e teve a intenção de reunir e sistematizar pesquisas realizadas por arquitetos sobre o patrimônio edificado de seus países.

Em 1931, é publicada a *Primeira Carta de Atenas,* a partir das discussões da Conferência Internacional de Museus da Sociedade das Nações. Esse documento surge em função da reunião de agentes culturais preocupados com a preservação de bens patrimoniais, especialmente com a iminência de desastres, nas ruínas da Acrópole, e possíveis degradações advindas de uma nova guerra. Essa Carta prega a cooperação técnica e moral entre as nações para a conservação do patrimônio artístico e arqueológico, defende a necessidade de que cada Estado publique inventários com fotos e informações sobre os monumentos nacionais e, também, que deposite no Escritório Internacional de Museus suas publicações.

Já em 1933, realiza-se o quarto encontro do CIAM, na cidade de Atenas. O tema do congresso – a cidade funcional - propunha uma 'nova maneira de viver' com base em uma ocupação racional do solo urbano. Desse congresso, nasce a *Segunda Carta de Atenas*, que se constitui de diretrizes de caráter universal instituídas por uma organização não-governamental para a proteção ao patrimônio histórico, através da salvaguarda de edifícios isolados ou conjuntos urbanos que constituam expressão de uma cultura anterior.

A Carta de Atenas estabelece a necessidade de respeito à comunidade do entorno das áreas tombadas, pesquisadas ou gerenciadas como ponto turístico e afirma que "um culto estrito do passado não pode levar a desconhecer as regras da justiça social", mas defende, em alguns casos, a demolição de cortiços ou casas insalubres nas adjacências de monumentos significativos. A Carta é enfática, ao afirmar que "o interesse privado está subordinado ao interesse coletivo".

Com a Conferência de Atenas teve início a aceitação do método *arqueologista* como o mais adequado para a restauração de monumentos. Segundo Carlos Lemos, esse método:

> Aceita tão-somente a pura consolidação de ruínas, não admitindo recomposições fantasiosas ou imitativas, mas aceita aproveitamento de espaços através de obras modernas. Admite, somente, conforme o caso e a iconografia existente, a anastilose, isto é, a reconstrução baseada nos elementos originais dispersos ainda conservados. Condena, também, a demolição gratuita de acréscimos nas 'purificações' quando eles possuem valor histórico ou artístico, qualquer que seja a sua época.[160]

Até hoje, a Carta de Atenas continua sendo um importante ponto de referência para qualquer reunião sobre patrimônio mundial ou local, embora suas definições tenham sofrido aprimoramentos com o passar dos anos, a essência de seus valores continua impregnando o universo das discussões e decisões sobre os bens culturais em todo o planeta.

c) A União Pan-Americana

Em 1890, são aprovados pela I Conferência Internacional Americana, realizada em Washington, dois projetos de convenções para a proteção de bens culturais: um tratado sobre a proteção de instituições científicas e artísticas e monumentos históricos, ou *Pacto Roerich* e um

160 LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Op. cit.*, p. 72.

tratado sobre a proteção de bens móveis de valor histórico contra o tráfico ilícito.

O 'Pacto Roerich' proclamava o respeito e a proteção aos monumentos históricos, museus e instituições científicas, artísticas, educativas e culturais, tanto em tempo de paz quanto de guerra.

Os países participantes assumem o compromisso oficial de respeitar as decisões internacionais referentes à neutralidade e à proteção do patrimônio cultural, artístico e científico.

d) A criação da Unesco e as Convenções da Entidade

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) é uma organização internacional de caráter governamental, criada em 1945, durante a Conferência de Londres, e está vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), especializada em promover uma política de cooperação cultural e educacional.

O Tratado de Constituição da UNESCO determina que ela zele "pela conservação e proteção do patrimônio universal de livros, obras de arte e monumentos de interesse histórico ou científico e recomendar às nações interessadas as convenções internacionais que sejam necessárias para tal fim." [161]

Com relação à proteção dos bens culturais, a UNESCO atua em duas frentes principais: a promoção na comunidade internacional da adoção de convenções e recomendações internacionais e a organização de movimentos de solidariedade internacional, especialmente campanhas internacionais para a salvaguarda de monumentos.

As instituições previstas, na Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, são formadas, basicamente, pelo Comitê Intergovernamental da Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, ou Comitê do Patrimônio Mundial; pelo Conselho Internacional de Monumentos e Lugares de Interesse Artístico e

161 SILVA, Fernando Fernandes da. *Op. cit.*, p. 55-56.

Histórico (Icomos)[162]; pelo Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais (Iccrom) ou Centro de Roma e pelo Fundo para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, ou Fundo do Patrimônio Mundial.

Os bens culturais pertencentes ao patrimônio cultural definidos pela Convenção são:

- os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência. Aqui, são incluídas as *cidades mortas* – cidades antigas que não possuem vida contemporânea, outrora habitadas por civilizações, hoje, desaparecidas –, as *cidades históricas vivas* – que possuem uma função contemporânea, sem perderem vestígios significativos de antigas civilizações –, as *cidades novas do século XX* – que possuem uma organização urbana de inegável autenticidade e claramente identificada.
- os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, até mesmo lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Os bens culturais e naturais de valor universal excepcional são aqueles inscritos pela UNESCO, na *Lista do Patrimônio Mundial,* e cabe ao Comitê do Patrimônio Mundial organizar, manter em dia e

162 Em inglês: *International Council on Monuments and Sites*.

publicar a lista desses bens que representam o patrimônio cultural e natural da humanidade.[163]

A lista foi concebida sem a ideia de incluir um número equilibrado de bens culturais e naturais de todas as regiões do planeta, mas para atingir apenas bens de valor universal excepcional, alertar a opinião pública mundial sobre a importância e os perigos que ameaçam os bens culturais de interesse universal, estimulando o interesse e a contribuição do público para a sua conservação e para servir de instrumento de divulgação a serviço de campanhas internacionais promovidas para angariar fundos.

Segundo Cecília Rodrigues dos Santos:

> A partir do início dos anos 90, o conceito de universalidade foi sendo substituído pelo de representatividade. A lista de bens considerados patrimônio da humanidade passou a contemplar novas categorias de patrimônio cultural (pode-se mesmo dizer: todas as categorias da expressão cultural), sensível à abertura conceitual na área da cultura e à reivindicação dos direitos culturais dos cidadãos do mundo na sua diferença e especificidade. [...] A listagem inchou, perdeu os contornos, pretendendo assumir a forma e a dimensão da geografia cultural do planeta. Por outro lado, a inscrição na lista passou a ser considerada uma espécie de 'reconhecimento' e, portanto, um 'direito' a ser reivindicado, ou então um 'selo de qualidade', conferindo-lhe importância para alavancar inclusive operações econômicas, como a exploração turística.[164]

Como a UNESCO é um organismo internacional, que depende de seus componentes para as votações nas inscrições dos bens culturais, é compreensível a crescente ingerência política, em detrimento da

163 IPHAN. *Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, 1972, Artigo 11, § 4º. Disponível em: <http://www.portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 02 ago. 2007.

164 SANTOS, Cecília Rodrigues dos. *Op. cit.*, p. 47.

argumentação técnica, que acaba acarretando a diminuição da importância de ter um bem inscrito.

e) A Convenção de Genebra

A Convenção de Genebra, de 1949, trata da proteção dos civis em tempo de guerra e proíbe, em seu artigo 53, o Estado ocupante de destruir bens móveis e imóveis pertencentes, individual ou coletivamente, a grupos privados, ao Estado, ou às coletividades públicas, às organizações ou cooperativas, salvo quando, absolutamente necessárias, tais destruições são autorizadas em razão de operações militares.

Em Protocolos Adicionais (I e II), de 1977, a Convenção faz menção ao termo "bens culturais", referindo-se a monumentos históricos, obras de arte e templos religiosos que constituam a herança espiritual ou cultural dos povos e que não devem, portanto, sofrer qualquer ato de hostilidade ou ser usados em apoio do esforço militar.

f) A Carta de Veneza

Durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado na cidade de Veneza, em 1964, após uma inundação sem precedentes, na Europa, foi aprovada a *Carta de Veneza*. Essa Carta nasce em função da crescente preocupação com a deterioração dos monumentos históricos, sobretudo, daqueles destruídos, durante a Segunda Guerra Mundial. O referido texto foi concebido para tratar exclusivamente da proteção de monumentos, embora retome a preocupação da Carta de Atenas em relação à proteção do patrimônio histórico.

Fernando Fernandes da Silva destaca que:

> [...] a noção de monumento concebida pela Carta compreende a 'criação arquitetônica isolada', bem como o 'ambiente no qual ela se insere'. Assim, o monumento 'é inseparável do meio no qual ele se situa e da história da qual é o testemunho'. Reconhece-se, então, tanto o valor monumental

> dos grandes conjuntos arquitetônicos quanto o das obras modestas que, com o tempo, adquiriram uma significação cultural e humana.[165]

A *Carta de Veneza* prega a noção de *revitalização do monumento* em seus princípios, ao indicar que conjuntos urbanos históricos podem ser adaptados às necessidades modernas, podendo ser reutilizados a despeito de sua função original.

Em seu preâmbulo, a Carta de Veneza declara a responsabilidade da humanidade pela salvaguarda das obras monumentais que integram seu patrimônio comum para que possam alcançar as futuras gerações.

A Carta de Veneza leva à adoção do método científico para a restauração de monumentos. Esse método proíbe reconstruções de ruínas e o uso de seus espaços disponíveis, exigindo que, nos trabalhos de consolidação, estejam de modo visível e claro os materiais e recursos da nova tecnologia empregada. Em seu artigo 5º, a Carta estabelece que:

> A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Ela visa a conservar e a revelar o valor estético e histórico do monumento. Apóia-se no respeito à substância da coisa antiga ou sobre documentos autênticos e deverá deter-se onde começa a conjuntura. Além disso, todo trabalho complementar, verificado indispensável, deverá se destacar da composição arquitetônica e levará a marca de nosso tempo.[166]

Entre as principais recomendações dessa Carta está a de que os trabalhos de preservação, restauração e escavação devem ser sempre documentados sob a forma de relatórios detalhados e críticos, ilustrados por desenhos e fotografias – antes e depois da realização de obras.

165 SILVA, Fernando Fernandes da. *Op. cit.*, p. 53.

166 IPHAN. *Carta de Veneza*. Disponível em: <http://www.portal.IPHAN.gov.br>. Acesso em: 02 ago. 2007.

g) Normas de Quito

Em dezembro de 1967, a Organização dos Estados Americanos (OEA) reuniu, em Quito, autoridades e técnicos ligados à preservação de monumentos para, a partir do texto da Carta de Veneza, tratar dos problemas do mundo latino-americano.

Entre as principais considerações gerais, as Normas de Quito estabelecem que todo o monumento nacional está implicitamente destinado a cumprir uma função social e que cabe ao Estado fazer que a mesma prevaleça e, também, determinar, em medida a função é compatível com a propriedade privada e o interesse dos particulares.

Os participantes da Reunião de Quito entenderam que os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem recursos econômicos semelhantes às riquezas materiais do país e que este "capital" deve ser mantido, rendendo vantagens principalmente através do turismo.

Outra contribuição das Normas de Quito é a indicação da necessidade do diálogo entre países americanos como forma de preservar a identidade das nações, mesmo diante de um contexto multicultural.

h) Encontro de Nairobi

A grande preocupação demonstrada no Encontro de Nairobi, realizado em 1976, transparece nas recomendações concernentes à salvaguarda de patrimônios em função de seu papel contemporâneo como áreas históricas em contraposição com a autonomia do Estado e da propriedade individual.

Nesse Encontro, é firmada a obrigatoriedade do governo responder pela preservação e integração do seu patrimônio com a sociedade, devendo prever recursos, estabelecer estratégias, pesquisas e projetos de integração, criar legislação e fiscalizar, através de parcerias com a comunidade, a salvaguarda do patrimônio histórico.

i) Encontro de Machu Picchu

O Encontro Internacional de Arquitetos, ocorrido em 1977, no Peru, reafirmou a validade das definições estabelecidas pela Carta de Atenas, mas estabeleceu a necessidade de planejamento estratégico

das cidades, especialmente em função da duplicação da população mundial desde 1933.

O Encontro de Machu Picchu defende que, na conjectura atual, alcançou-se a consciência de que o processo urbanístico não consiste em *setorizar*, como ensina a Carta de Atenas, mas em criar, definitivamente, uma integração *polifuncional* e contextual. A qualidade de vida e a integração com o meio ambiente natural devem ser objeto básico na concepção dos espaços habitáveis.

Em Machu Picchu, prevalece o entendimento de que se deve preservar e conservar o patrimônio histórico monumental, mas sem deixar de assumir a defesa do patrimônio cultural, conservando os valores que são de fundamental importância para afirmar a personalidade comunal ou nacional e/ou aqueles que têm um autêntico significado para a cultura em geral.

j) A Carta de Washington

A Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas, de 1986, conhecida como Carta de Washington, declara que "todas as cidades do mundo são as expressões materiais da diversidade das sociedades através da história e são todas, por essa razão, históricas".

Essa Carta complementa as resoluções da Carta de Veneza (1964), definindo princípios e objetivos, métodos e instrumentos de ação apropriados para salvaguardar a qualidade das cidades históricas, para favorecer a vida individual e social e para perpetuar o conjunto de bens que, mesmo modestos, constituem a memória da humanidade.

A Carta de Washington frisa que a salvaguarda das cidades e bairros – no sentido das medidas necessárias para a sua proteção, restauração, conservação e sua adaptação harmoniosa à vida contemporânea – diz respeito primeiramente a seus habitantes sendo, portanto, indispensável o seu comprometimento. O documento complementa esta ideia, ao afirmar que a melhoria do *habitat* deve ser um dos objetivos fundamentais da salvaguarda.

Prudência, sensibilidade, método e rigor são as recomendações da Carta para intervenções num bairro ou cidade histórica, levando-se em conta

os problemas específicos de cada caso, em particular, sem dogmatismos.

A Carta destaca a importância de contribuir para um melhor conhecimento do passado das cidades históricas, através da facilitação das condições para as pesquisas arqueológicas urbanas, da apresentação adequada das descobertas, sem o prejuízo da organização do tecido urbano.

k) Carta de Turismo Cultural

A partir do Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo, realizado em Bruxelas, no ano de 1976, os membros do Icomos (Conselho Internacional de Monumentos e Lugares de Interesse Artístico e Histórico) lançaram o documento intitulado *Carta de Turismo Cultural,* na qual expressam que, tendo em vista o desenvolvimento massivo do turismo e os efeitos tanto positivos quanto negativos do mesmo sobre os monumentos e sítios que constituem uma parte privilegiada do patrimônio da humanidade, há a necessidade de se educar o ser humano, desde a idade escolar e, também, através dos meios de comunicação para o conhecimento e respeito ao patrimônio cultural.

Essa Carta define que turismo cultural é a forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos, o que pode contribuir para a proteção e manutenção dos mesmos, e recomenda que os especialistas encarregados de planejar e levar a cabo o uso turístico do patrimônio cultural e natural recebam formação adequada à natureza multidisciplinar dos problemas relacionados à área.

l) Outras Cartas Patrimoniais

Muitos são os documentos internacionais relativos ao patrimônio cultural. Esboçamos algumas reflexões sobre alguns deles, os que consideramos de maior interesse, especialmente com foco nos possíveis desdobramentos do estudo do turismo cultural. Entretanto, vale ressaltar que cada uma das reuniões internacionais promovidas para discutir o patrimônio cultural contribuiu em algum ponto para o melhor entendimento e salvaguarda dos bens culturais ou naturais.

Cumpre destacar a importância das várias recomendações da

UNESCO, que têm servido de base para as políticas públicas de quase todos os Estados do planeta.

Graças a todas as discussões e resoluções internacionais sobre o patrimônio cultural e natural, muito se tem feito no mundo para conhecer, estudar, divulgar e salvaguardar os bens culturais, naturais e as comunidades envolvidas. Contudo, as diferenças de entendimento, motivadas especialmente por questões econômicas e políticas, continuam causando danos ao patrimônio da humanidade, como os que foram observados nos recentes conflitos no Oriente Médio.

4.2 A posição do Brasil

O Brasil iniciou, tardiamente, a ação pela salvaguarda dos bens culturais. Somente a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, iniciou-se uma discussão mais sistematizada sobre a importância da riqueza cultural do país. Apenas durante o Estado Novo surge o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN[167], órgão de Estado responsável pela área cultural.

Muito do passado mais distante do país perdeu-se e muito ainda se perde por falta de conscientização, descaso, ausência da iniciativa pública e das comunidades, ou por especulações econômicas. Contudo, o Brasil foi signatário das cartas patrimoniais internacionais e teve sua legislação diretamente influenciada pelas resoluções delas constantes.

Alguns encontros internacionais foram realizados, no Brasil, entre eles, o Encontro de Civilizações nas Américas, realizado em outubro de 1989, em Cabo Frio, que defendeu a ideia da necessidade de rever a história americana, reconhecendo o papel das populações do continente. Em 1992, aconteceu, no Rio de Janeiro, a Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, da

167 Ao longo de sua história, o SPHAN teve diferentes denominações: serviço, diretoria, secretaria, subsecretaria, instituto. Atualmente, é denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

qual resultou a *Carta do Rio.* Outro encontro importante aconteceu em Brasília, em 1995, reunindo representantes dos países do Cone Sul, ocasião em que foi firmada a *Carta de Brasília de 1995,* que trata da autenticidade do patrimônio cultural dos países do Cone Sul.

Além das reuniões internacionais, o Brasil tem promovido encontros nacionais para a discussão e tomada de posições em relação ao patrimônio cultural do país. Entre eles, destacamos o Encontro do qual emanou o *Compromisso de Brasília*, assinado pelo Ministro de Educação e Cultura, seis governadores e representantes dos demais estados, que ocorreu, em abril de 1970, na capital do país. Esse Compromisso reconhece a inadiável necessidade da ação supletiva de Estados e Municípios à atuação federal, quanto à proteção dos bens culturais de valor nacional. Estabelece, também, que "sendo o culto do passado elemento básico da formação da consciência nacional", deverão ser incluídos nos currículos escolares, de todos os níveis de ensino, matérias sobre o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico e da cultura popular, entre outras.

A expressão "culto do passado", empregada pelo documento de 1970 – época de Ditadura Militar, no Brasil –, é conceitualmente problemática, remetendo à ideia de adoração, de perpetuação de um passado glorioso. O barroquismo dessa expressão, que beira ao clichê, no entendimento mais moderno, demonstra o quanto a noção de patrimônio está relacionada ao momento histórico e aos valores eleitos como símbolos representativos para a formação da identidade nacional.

Gilberto Velho ensina que:

> A cidade e o seu patrimônio trazem à tona essas questões de interesse para as teorias sociológica e antropológica. A heterogeneidade da sociedade complexa moderno-contemporânea, manifestada dramaticamente nas grandes cidades e nas áreas metropolitanas, aponta para as dificuldades e as limitações de uma ação pública responsável pela defesa e pela proteção de um patrimônio cuja escolha e definição implica necessariamente arbítrio e, em algum nível, exercício do poder. Voltamos à velha questão de saber se sempre há vencedores e perdedores, ou seja, em cada caso e situação é

> preciso estar atento para procurar avaliar os custos e os ganhos das decisões que são tomadas e dos valores que as sustentam.[168]

Como observou Jurema Machado, a legislação do patrimônio não correspondia a uma necessidade socialmente reconhecida; ao contrário, buscava criar a necessidade, a partir da crença da elite, de que a cultura era fundamental à formação dos cidadãos.[169] Segundo Carlos Alberto Dória:

> Pode-se dizer, portanto, que ao longo dos séculos XIX e XX o Estado brasileiro definiu para a sociedade o que reconhece como cultura, instituiu-a legalmente e organizou em torno dela uma complexa e variada máquina administrativa. Nesse processo, criou uma burocracia interessada na reprodução desse aparato e, por várias políticas, solidarizou artistas e intelectuais com os parâmetros que adotou para essa atividade pública. Burocratas e intelectuais gravitando em redor dos recursos públicos constituíram o 'povo da cultura' (por oposição à 'cultura do povo' – essa só existente nos tratados de folclore ou no remoto sertão, onde o Estado ainda hoje pouco chega).[170]

No caso brasileiro, segundo Maria Cecília Londres Fonseca, "as políticas de preservação se propõem a atuar basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos".[171]

A inscrição de cidades brasileiras na lista de 'tesouros' do patrimônio mundial da UNESCO constituiu mais uma maneira de intensificar essa política de reforço de identidade coletiva.

168 VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *MANA*, n. 12, v. 1, 2006, p. 248.

169 MACHADO, Jurema. A preservação do patrimônio cultural a partir do município: perspectivas e estratégias. Curitiba, mar. 1999, mimeo. *Apud* DORIA, Carlos Alberto. A merencória luz do Estado. *São Paulo Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 2, 2001, p. 87.

170 DORIA, Carlos Alberto. *Op. cit.*, p. 87-88.

171 FONSECA, Maria Cecília Londres. *Op. cit.*, p. 111.

4.2.1 A inscrição de cidades brasileiras na lista de tesouros do patrimônio mundial

No Brasil, segundo Doia Freire e Lígia Leite Pereira:

> [...] ao final dos anos setenta, quando o país procurava retomar o caminho para a democracia, reacendeu-se com intensidade o debate sobre as raízes de nossa identidade cultural. Os órgãos responsáveis pelo patrimônio buscaram ampliar e aprofundar a política de preservação, até aquele momento direcionada para o registro e a proteção de monumentos arquitetônicos e artísticos da nossa história colonial. Desde então, vêm se realizando debates, pesquisas, projetos e ações que tratam das múltiplas expressões materiais e imateriais da dinâmica cultural brasileira.[172]

As cidades coloniais, com sua arte essencialmente religiosa, foram testemunhas de uma época em que a riqueza brotava do chão e impregnava os lugares de memórias e histórias, inclusive dos desafios lançados à Coroa portuguesa. Segundo Celina Albano:

> Em curto espaço de tempo, pequenos povoados, com casa e capelas cobertas de palha, deram lugar a núcleos urbanos dotados de sólidas edificações públicas e religiosas. Pontes, chafarizes e igrejas foram construídos nos largos e nos altos dos morros, acompanhando harmoniosamente os contornos da natureza. A sequência do casario, entremeado pela arquitetura imponente dos sobrados nobres, e a elegante simplicidade das casas térreas xpressavam a condição socioeconômica de seus moradores.[173]

172 FREIRE, Doia; PEREIRA, Lígia Leite. *Op. cit.*,, p. 122.

173 ALBANO, Celina. O sentido da interpretação nas cidades do ouro: São João Del Rei e Tiradentes. *In*: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). *Interpretar o patrimônio:* um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002, p. 273.

No final do século XVIII, veio a decadência da atividade mineradora e as cidades coloniais passaram por um processo de estagnação. Entretanto, a necessidade de tornar mais visíveis as identidades culturais do país fez com que, de acordo com Celina Albano:

> [...] as cidades coloniais mineiras recebessem, por parte do órgão nacional do patrimônio (SPHAN), criado em 1937, cuidados especiais no que diz respeito à preservação de seus monumentos e edificações mais importantes. Consideradas como obras de arte e monumentos nacionais, essas cidades se inserem no espaço emblemático escolhido para referenciar a história e a memória coletiva.[174]

Coube ao governo federal, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, encaminhar a inscrição do patrimônio cultural de *cidades brasileiras*, mediante dossiês encaminhados ao Icomos. Esses dossiês, inicialmente, foram preparados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão federal competente para tombar bens culturais em âmbito nacional. As propostas incluíam o nome do patrimônio e dos bens que o constituem, sua localização geográfica, as medidas de proteção e a justificativa de seu valor universal excepcional.

As cidades brasileiras inscritas foram Ouro Preto (MG), Congonhas (MG), Olinda (PE), Salvador (BA), São Luís (MA), Diamantina (MG), Cidade de Goiás (GO) e Brasília (DF).

No Brasil, temos 18 tesouros do patrimônio mundial: Brasília, no Distrito Federal; Congonhas do Campo, em Minas Gerais; Olinda, em Pernambuco; Ouro Preto, em Minas Gerais; Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná; Salvador, na Bahia; São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul; Centro Histórico de Goiás, em Goiás; Parque Nacional Serra da Capivara, no Piauí; Centro Histórico de São Luís, no Maranhão; Praça São Francisco em São Cristovão, Sergipe; Reserva Mata Atlântica, em São Paulo e

174 ALBANO, Celina. *Op. cit.*, p. 274.

Paraná; Pantanal Matogrossense, no Mato Grosso; Diamantina, em Minas Gerais; Parque Nacional do Jaú, no Amazonas; Costa do Descobrimento, na Bahia e no Espírito Santo; Reservas do Cerrado – Parque Nacional das Emas e Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros –, em Goiás e Ilhas Atlânticas – Fernando de Noronha e Atol das Rocas –, em Pernambuco.

4.2.2 O patrimônio histórico no Brasil

A Corte portuguesa chega ao Brasil, em 1808, e cria lugares de memória, como a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional que, consoante Marly Rodrigues:

> [...] acabariam reforçados como instrumentos da constituição da nacionalidade brasileira após a independência, quando, em 1838, foram instituídos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Arquivo Nacional, responsáveis, respectivamente, pela criação da História e manutenção da memória histórica nacional.[175]

A partir de então, inicia-se o registro e um maior cuidado com o patrimônio, os objetos e ações caracterizadores da identidade brasileira. Carlos Lemos relata a incorporação de soluções e técnicas indígenas, no modo de construir dos portugueses colonizadores, da seguinte maneira:

> Vemos o sistema construtivo vernáculo do índio caracterizado pela estrutura autônoma de madeira determinando espaço abobadado de palha trançada ser usado para satisfazer programa de necessidades europeu cristão nada afeito à promiscuidade das famílias aborígines. Desse empréstimo de soluções técnicas e de matérias disponíveis vemos o surgimento de uma arquitetura sincrética até hoje representada pelos mucambos do nordeste. Aos poucos, a arquitetura portuguesa foi se adaptando às condições locais e, sabiamente, foi determinando partidos compatíveis

175 RODRIGUES, Marly. *Op. cit.*, p. 19.

> aos materiais disponíveis e, principalmente, ao clima tão diversificado em nosso país de grandeza continental. No campo da arquitetura foi se consolidando, então, uma série de exemplares já definidos como brasileiros, próprios da firmação cultural da colônia miscigenada e afastada onde o índio e o negro logo puderam deixar a sua marca no viver cotidiano. Não só a casa propriamente dita como todo seu equipamento mostram também as consequências da aculturação havida sob o sol dos trópicos.[176]

A adoção de elementos de outras culturas, em alguns momentos, chegou a estar tão presente nas construções brasileiras a ponto de podermos identificar essas produções como pertencentes a outra cultura. Aracy Amaral recorda que:

> Já pouco antes da Guerra, o ex-presidente do Conselho francês, Georges Clemenceau, registraria em sua crônica de viagem: 'A cidade de São Paulo é tão curiosamente francesa em certos aspectos que, ao longo de toda uma semana, eu não me recordo de ter tido a sensação de que eu estava no exterior'.[177]

Cabe resgatar a ideia já apresentada, em capítulo anterior, sobre as influências dos migrantes e imigrantes no Brasil. Os modos, a moda, a cultura em voga era a que imitava a francesa, considerada a grande cultura internacional. Desde o fim do século XIX, até o princípio do XX, antes do advento da ascensão socioeconômica americana, era a França o ideal a ser seguido. Assim, no Brasil, construíram-se prédios, casas e monumentos à moda francesa. São exemplos expressivos os teatros municipais de São Paulo e do Rio de Janeiro – inspirados no Teatro de Ópera de Paris – e vários dos antigos palacetes da Avenida Paulista, em São Paulo.

De uma parte da geração que compartilhou essa época da apologia francesa é que viria o sentimento de busca da nacionalidade brasileira.

176 LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Op. cit.*, p. 15-16.

177 AMARAL, Aracy. *Artes plásticas na Semana de 22*. São Paulo: Perspectiva, 1970, p. 38.

Afinal, o que é brasileiro e quem é o brasileiro? Retornaremos a este assunto mais adiante.

4.3 A proteção de bens culturais imóveis nas constituições brasileiras

As constituições brasileiras de 1824 e 1891 não trataram da proteção dos bens culturais imóveis. A primeira Constituição brasileira a fazer referência à proteção de bens culturais imóveis foi a de 1934, ao dispor que "compete concorrentemente à União e aos estados proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte".[178]

Segundo Carlos Alberto Dória:

> Já nos anos 30, assiste-se a uma verdadeira revolução na relação do poder público com a cultura, lançando-se as bases da atividade cultural moderna do Estado. As grandes contribuições advêm de dois processos paralelos: a redefinição de conteúdos culturais; a institucionalização de formas modernas de administração cultural. Quanto à redefinição dos conteúdos culturais da nação tem papel crucial a obra de Gilberto Freyre, de um lado e, de outro, dos modernistas de 22. Eles cristalizam a ideia de uma matriz tripartite de contribuições para a formação do povo brasileiro: os brancos (portugueses), os índios e os negros. Além disso, definiram um estilo como nosso: o 'barroco brasileiro'.[179]

Somente, nos anos 30, a definição estatal deixa de gravitar, exclusivamente, em torno do livro como elemento de cultura a ser protegido. Além das obras impressas e do direito autoral, a Constituição de 1937 ampliou o conjunto de bens culturais sob a proteção do Estado e estendeu aos municípios a responsabilidade pela preservação desses recursos:

178 BRASIL. *Constituição de 1934*. Artigo 10, III. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao46.htm>. Acesso em: 22 nov. 2007b

179 DÓRIA, Carlos Alberto. *Op. cit.*, p. 86.

> Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam de proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos estados e dos municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.[180]

É, no governo Vargas, mediante a ação de Gustavo Capanema, à frente do Ministério de Educação e Saúde, que se institui o princípio do tombamento de bens históricos integrantes do patrimônio cultural nacional regulamentado pelo Decreto-Lei nº. 25/37.

Coube ao poeta modernista da primeira geração, Mário de Andrade, autor do projeto de decreto que criou o 'Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional' (SPHAN), definir a cultura para o moderno Estado brasileiro. Nessa tarefa, Mário de Andrade contou com a colaboração de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade. Passa, então, a constituir patrimônio histórico e artístico nacional, o conjunto de bens móveis e imóveis.

Segundo José Cretella Júnior:

> [...] se tombar é inscrever, registrar, inventariar, cadastrar, tombamento é a operação material da inscrição de bem, móvel ou imóvel, no livro público respectivo. Tombamento é também o ato administrativo que concretiza a determinação do poder público no livro do tombo.[181]

O Decreto-Lei n. 25/37 institui quatro livros do tombo, nos quais deverão ser realizadas as inscrições de bens culturais:

180 BRASIL. *Constituição de 1937*. Artigo 134. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao37.htm>. Acesso em: 22 nov. 2007c.

181 CRETELLA JÚNIOR, José. *Comentários à Lei da Desapropriação (Constituição de 1988 e leis ordinárias)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1992, p. 189.

- Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico;
- Livro do Tombo Histórico;
- Livro do Tombo das Belas-Artes;
- Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

Segundo Carlos Alberto Dória, "os livros de tombo concebidos por Mário de Andrade definem, portanto, o estoque de bens culturais de propriedade ou administrados pelo poder público como signos da nacionalidade."[182]

A Constituição de 1946, por sua vez, adota a mesma sistemática da de 1937, mas fazendo referência à expressão "poder público", do que se infere, segundo Fernando Fernandes da Silva, a "responsabilidade da União, dos Estados e dos municípios pela proteção".[183]

A Constituição de 1988 inova em relação às anteriores. Em seu artigo 216 utiliza a expressão 'patrimônio cultural' especificando: "Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira", portanto, dilata a ideia de patrimônio. Como bens culturais imóveis, a Constituição reconhece as "edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais". Manifestações provenientes "das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional".[184]

No inciso V, do artigo 216, a atual Constituição amplia o universo dos bens culturais imóveis, ao reconhecer os conjuntos urbanos e sítios também de valor paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Fernando Fernandes da Silva afirma que, na Constituição de 1988, "os meios de proteção são tratados pela primeira vez em nível

182 DÓRIA, Carlos Alberto. *Op. cit.*, p. 87.

183 SILVA, Fernando Fernandes da. *Op. cit.*, p. 120.

184 BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Artigo 216. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

constitucional" através da introdução dos conceitos de inventário, registro, vigilância, tombamento, desapropriação, entre outras formas de acautelamento e preservação.[185]

Ainda, segundo Fernando Fernandes Silva, "A inscrição dos livros do tombo determina uma diretriz de conservação estabelecida pelo órgão responsável pelo tombamento, conferindo-lhe, também, critérios para apurar eventual dano sobre o bem cultural [...]."[186]

O tombamento, quanto ao procedimento, pode ser de ofício, voluntário ou compulsório; quanto à eficácia pode ser definitivo ou provisório; quanto aos efeitos jurídicos produzidos sobre o bem tombado, pode induzir a limitações como a restrição à alienabilidade ou à vizinhança, vedação à modificação do bem, obrigações de conservação; quanto a sanções, pode levar a aplicação de sanções administrativas e penais.

Segundo os relatórios de atividades do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), continua em expansão o acervo de bens protegidos por lei federal no Brasil. Foram realizados 37 novos tombamentos entre os anos de 2001 e 2004, englobando bens edificados isolados e com acervos, conjuntos arquitetônicos e sítios históricos. Entre os vários monumentos tombados, em 2006, encontram-se o Elevador Lacerda, um dos principais cartões postais de Salvador, na Bahia, e a Bolsa do Café, de Santos, que abriga o Museu do Café, em São Paulo.[187]

A amplitude das questões patrimoniais demanda olhares das diversas áreas do conhecimento. Vai além de questões antropológicas e sociológicas, engloba o direito, a economia, as políticas públicas e também o turismo. Particularmente, com relação ao 'turismo cultural', foco deste trabalho, as questões patrimoniais têm assumido cada vez mais um papel preponderante na pauta das discussões nacionais e internacionais e têm incluído, também, os recursos culturais de natureza imaterial.

185 SILVA, Fernando Fernandes da. *Op. cit.*, p. 121.

186 Idem. Idibem.

187 IPHAN. *Relatório de Atividades 2001/2002*. Brasília: IPHAN, 2003. IPHAN. *Relatório de Atividades 2003/2004*. Brasília: IPHAN, 2005.

5. A Base do Patrimônio Imaterial Brasileiro

O que somos é a nova Roma. Uma Roma tardia e tropical [...]
Mais alegre, porque mais sofrida. [...]
Mais generosa, porque aberta à convivência com todas as raças e culturas
e porque assentada na mais bela e luminosa província da terra.

Darcy Ribeiro

O patrimônio cultural, em sentido geral, inclui grupos de edifícios e áreas que tenham valores históricos, estéticos, arqueológicos, científicos, etnológicos ou antropológicos.

A Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 216, considera entre os bens que constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial e inclui: a) formas de expressão; b) modos de criar, fazer e viver; c) criações científicas, artísticas e tecnológicas; d) obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações artístico-culturais; e) conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.[188]

Aparentemente, a noção de patrimônio cultural remete ao conhecimento da arquitetura ou de áreas próximas de caráter tangível, formal e construtivo, embora seja lembrado por outros, por exemplo

188 BRASIL. *Op. cit.*, 2001.

Américo Pellegrini[189], como um conceito mais amplo que inclui "produtos do sentir, do pensar e do agir humano", inscrições dos povos pré-históricos, arqueologia, escultura, pintura, textos, arquivos e coleções bibliográficas, desenhos artísticos e científicos, tudo que pode ser incluído no que Pellegrini denomina de meio ambiente artificial.

O campo de conhecimento cultural é infinito, dando margem a tudo que nos cerca. O conceito de cultura tem uma longa história, segundo Clarice Cohn, "se civilização é um resultado final de um processo que culmina, no Ocidente, cultura designa as particularidades das populações ocidentais – os modos franceses, ingleses, alemães".[190] E, no caso brasileiro, a identidade nacional está diretamente ligada ao patrimônio do país e sua cultura formada por valores e bens que se alteram, constantemente, periodicamente, com a agregação de produções, saberes e celebrações distintas. Afinal:

> Uma nova concepção do turismo, mais adequada a novas tendências de mercado, vê o turista como uma pessoa que participa com imaginação, cultura, prazer e inteligência. É desta forma que o turismo fornece ao turista o acesso ao mundo, com uma percepção mais ampla e interessada por bens culturais e estilos de vida.[191]

Discutir sobre cultura implica discutir o processo social concreto. Cultura é uma construção histórica, é um produto coletivo da vida humana e resultado de um momento particular, incluindo suas relações

189 PELLEGRINI, Américo. *Ecologia, cultura e turismo*. Campinas: Papirus, 1995.

190 COHN, Clarice. Culturas em transformação: os índios e a civilização. *São Paulo Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 2, 2001, p. 36.

191 LEITE, Edson. Turismo cultural: algumas abordagens e experiências. *In:* LAGE, Beatriz Helena Gelas (Org.). *Turismo, hotelaria & lazer*. V 3. São Paulo: Atlas, 2004, p. 172.

com outras culturas.[192] Daí a importância de demonstrar sua trajetória e providenciar, quando necessário, o tombamento ou registro dos bens para salvaguarda e preservação, por meio do reconhecimento oficial. É o caso em que a arte, a cultura, a civilização e seu desenvolvimento geram o conhecimento e propiciam a educação de seu povo.

5.1 Conceito Ampliado de Patrimônio Cultural

José Reginaldo Santos Gonçalves defende a ideia de que patrimônio sempre foi e é "material". Tanto é assim que:

> [...] foi necessário nos discursos contemporâneos, criar a categoria do 'imaterial' ou do 'intangível' para designar aquelas modalidades de patrimônio que escapariam de uma definição convencional limitada a monumentos, prédios, espaços urbanos, objetos, etc. É curioso, no entanto, o uso dessa noção para classificar bens tão tangíveis e materiais quanto lugares, festas, espetáculos e alimentos.[193]

A concepção antropológica moderna de cultura dá ênfase às relações sociais, às trocas simbólicas e não, especificamente, aos objetos materiais e às técnicas. Deve-se compreender que a cultura acompanha o tempo, que não é homogênea nem coerente que, raras vezes, está fechada aos intercâmbios e à experiência do compartilhamento e da negociação.[194] Ainda, nessa direção, José Reinaldo Santos Gonçalves assinala que o importante é que:

192 LEITE, Edson. *Op. cit.*, 2004.

193 GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre, v. 11, n. 23, jan.-jun., 2005, p. 20.

194 SIMONICCA, Alessandro. *Antropologia del turismo*: strategie di ricerca e contesti etnografici. Roma: Carocci, 2001.

> [...] se trata de uma categoria ambígua e que na verdade transita entre o material e o imaterial, reunindo em si as duas dimensões. O material e o imaterial aparecem de modo indistinto nos limites dessa categoria. A noção de patrimônio cultural desse modo, enquanto categoria do entendimento humano, na verdade, *rematerializa* a noção de 'cultura' que, no século XX, em suas formulações antropológicas, foi desmaterializada em favor de noções mais abstratas, tais como estrutura, estrutura social, sistema simbólico, etc.[195]

Marcel Mauss[196] também discute a questão da materialidade do objeto e questiona: o que é um objeto se ele não pode ser manuseado? Contudo, ele observa que objetos materiais e técnicas corporais não precisam ser, necessariamente, entendidos como 'suportes' da vida social e cultural e que podem ser pensados como a própria substância da vida social e cultural.

Como esclarece José Reginaldo Santos Gonçalves, não há patrimônio que não seja ao mesmo tempo condição e efeito de determinadas modalidades de autoconsciência individual ou coletiva. Gonçalves inclui, então, a questão da arbitrariedade:

> [...] os patrimônios não estão centrados na sociedade, na história ou na natureza; eles próprios é que, na verdade, constituem um centro que é histórica e culturalmente constituído, podendo assumir múltiplas formas no tempo e no espaço – formas institucionais, rituais, textuais.[197]

Os bens culturais estão impregnados de sentidos que vão além de sua materialidade. A razão de um monumento ser considerado um

195 GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Op. cit.*, p. 21.

196 MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.

197 GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Op. cit.*, p. 29.

patrimônio cultural está não apenas em sua materialidade, mas na demonstração da engenhosidade humana que contém sua construção e, geralmente, no simbolismo que lhe é atribuído. Da mesma maneira, não há bem cultural de natureza imaterial que não se materialize de alguma forma, mesmo que frugalmente.

A dança, a música, o saber fazer, a transmissão de conhecimentos, e outras formas de cultura que são desenvolvidas no tempo, às vezes podem ser registradas mecanicamente, às vezes, são vividas em instantes; mas, nesse curto tempo de existência, tiveram uma materialidade. Portanto, entende-se que não há patrimônio material privado de imaterialidade, nem patrimônio imaterial privado de materialidade.

A distinção entre patrimônio material e imaterial surge em função de um processo histórico que se desenvolve para encorajar e valorizar a salvaguarda de bens culturais menos sólidos quanto aos seus materiais formadores – que não correspondem à noção tradicional de monumento[198] –, e que podem ser significativos para uma pequena comunidade.

5.2 Patrimônio Imaterial

Neste trabalho, considera-se a expressão *patrimônio imaterial* a mais apropriada em função de sua utilização na legislação federal brasileira, mas compreendem-se como sinônimas as expressões *patrimônio intangível*, *cultura tradicional e popular* ou *patrimônio oral*, todas igualmente problemáticas e simplificadoras do ponto de vista conceitual.

No Relatório Final das Atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial[199], explica-se que as duas primeiras expressões procuram realizar uma delimitação em oposição ao chamado *patrimônio*

198 Construções materiais com *monumentalidade* e excepcionalidade.

199 BRASIL. *O registro do patrimônio imaterial*: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Fundação Nacional de Arte, jul. 2003.

material ou construído, pretendendo ressaltar a importância dos processos de criação e manutenção do conhecimento sobre o seu produto. Ou seja, enfatizam o interesse sobre o conhecimento, o processo de criação sobre o resultado, embora este seja sua expressão, indubitavelmente, material. A principal crítica a essas expressões é que desconsideram o resultado da manifestação e suas condições materiais de existência.

Quanto à expressão *patrimônio oral,* ela dá ênfase ao modo de transmissão dessas manifestações culturais e não supera os problemas conceituais contidos nas expressões *patrimônio imaterial* ou *intangível*.

A expressão *cultura popular e tradicional* tende a excluir expressões contemporâneas e pode vincular critérios rígidos de temporalidade, classe e autenticidade.

Atualmente, a conceituação do patrimônio cultural inclui três grandes categorias: os elementos pertencentes à natureza, os elementos não tangíveis – como o conhecimento, as técnicas, o saber e o saber fazer – e toda a sorte de objetos obtidos a partir do meio ambiente e do saber fazer. De um discurso patrimonial sobre os grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como fatos destacados de uma civilização, avançou-se para uma concepção que entende patrimônio como o conjunto dos bens culturais, referentes às identidades coletivas, manifestações ou testemunhos significativos da cultura humana, que podem valorizar os vestígios de um passado distante ou a contemporaneidade, os processos e a produção.[200]

5.3 Patrimônio Cultural Imaterial para a UNESCO

A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO considera o patrimônio cultural imaterial como aquele que se manifesta por meio de expressões e tradições orais, pelas artes *performáticas* e práticas sociais, incluindo rituais e eventos

200 BABELON, J. P.; CHASTEL, A. *Op. cit.*, 1994.

festivos, por conhecimentos e práticas relacionados à natureza e pelo artesanato tradicional.[201]

A UNESCO passou a definir patrimônio cultural imaterial como sendo as práticas, as representações, as expressões, os conhecimentos e as técnicas, bem como os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados, além das comunidades, dos grupos e, em alguns casos, dos indivíduos que se reconhecem como parte integrante dessa riqueza de recursos. O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, sendo, constantemente, recriado pelos povos, em razão de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Embora, desde 2001, venha adotando uma política de salvaguarda do patrimônio imaterial muito próxima aos princípios da UNESCO, no dia 1º de março de 2006, o governo brasileiro ratificou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial aprovada, em Paris, pela UNESCO, em 17 de outubro de 2003. Essa Convenção, que determina as diretrizes para a salvaguarda do patrimônio imaterial, expressões sociais, culturais e artísticas, vigora, no Brasil, desde 1º de junho de 2006.

Até certo ponto, a imaterialidade pode integrar a magnitude do que Mário Jorge Pires define por identidade cultural, como "o conjunto de caracteres próprios de um corpo de conhecimentos ou de um conjunto de traços psicológicos repercutidos no modo de ser, sentir e agir de um grupo que se reflete nas atitudes, ações e na própria cultura material".[202]

Pensar em patrimônio, sua conservação, seu uso político ou sua utilização como atrativo turístico supõe, como afirma Beatriz Martín de la Rosa, um processo no complexo mundo das identidades culturais

201 IPHAN. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Aprovada pela Unesco em 17 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 02 ago. 2007.

202 PIRES, Mário Jorge. *Op. cit.*, p. 102.

em que o patrimônio pode ser politicamente manipulado para reforçar ou mesmo criar uma identidade cultural concreta, objetivando uma postura ideológica.[203]

5.4 O Fenômeno das Viagens em sua Relação com a Cultura

Viajar implica sempre uma busca. Pode ser uma busca por alegrias, por emoções, pelo desconhecido, pelo encontro com o amigo, pela procura do novo ou pelo encontro com o velho, pela contemplação do belo ou até mesmo do horror, como acontece com quem busca cenários de uma Transilvânia 'habitada' por vampiros. A busca, na viagem, pode ser até mesmo a procura pela felicidade. O fenômeno das viagens não é novo, na História da humanidade, afinal, desde que se formaram as primeiras sociedades, o homem sempre viajou. A política e a economia foram possibilitadoras, ou não, de muitas viagens, mas foram o folclore, a arte e a gastronomia que, em muitos momentos, inspiraram o ser humano a buscar outros povos e lugares. John Urry explica que:

> [...] os lugares são escolhidos para serem contemplados porque existe uma expectativa, sobretudo através dos devaneios e da fantasia, em relação a prazeres intensos, seja em escala diferente, seja envolvendo sentidos diferentes daqueles com que habitualmente nos deparamos.[204]

Esses sentidos, muitas vezes, estão associados às práticas artísticas características da localidade, especialmente à música, ao prazer de experimentar novos sabores e ao contato com manifestações ligadas à cultura popular e ao folclore. A cultura popular, em sentido amplo, pode incorporar todas essas práticas e trazer consigo o estímulo à

203 DE LA ROSA, Beatriz Martín. *Op. cit*.

204 URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. 3. ed. São Paulo: SESC; Studio Nobel, 2001, p. 18.

curiosidade e ao prazer estético, além da sensação de retorno a tempos ancestrais:

> O interesse por tesouros históricos, culturais e arqueológicos, a busca em compreender a cultura e o estilo de vida de outros povos é, hoje, um dos grandes atrativos do turismo. A ascensão do atrativo cultural determina a adoção de estratégias de incremento ao turismo cultural. Estratégias que incluem não apenas os eventos específicos em museus e localidades históricas, como forma de maximizar a visitação turística, mas também o uso de toda a criatividade e planejamento possíveis para que se possa atender bem ao turista.[205]

A globalização e os novos meios de transporte – especialmente os aéreos –, unindo distâncias, possibilitando encontros de cultura, aproximaram civilizações, e os homens gostaram dessa crescente possibilidade. Longe ou perto, por meio rodoviário, aéreo, náutico, ferroviário, o ser humano aproveita cada vez mais seu tempo de lazer para viajar e obter ganhos culturais, especialmente relacionados à cultura popular e ao folclore.

No caso brasileiro, busca-se, na miscigenação original – entre índios, portugueses, africanos – e nas influências dos estrangeiros, que 'invadiram' o país, a razão da originalidade do Brasil. Contudo, é muito difícil comprovar apenas com base na miscigenação o jeito diferente e especial de viver, de pensar, de agir e sentir do povo brasileiro. Um jeito que não tem tradução, que aparece nas diferenças de temperaturas, temperos, sotaques, malícias, camaradagens e praças desse imenso, unido e contrastante país que envolve, em sua formação cultural, mais que as três etnias consagradas no art. 216 da Constituição Federal de 1988. Estudiosos como Gilberto Freyre[206], Sérgio

205 LEITE, Edson. *Op. cit.*, 2004, p. 175-176.

206 FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 2 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

Buarque de Hollanda[207], Darcy Ribeiro[208] e tantos outros nos levam à conclusão de que os brasileiros são tantos, tão variados e diversificados, a ponto de não sabermos de fato quem são os brasileiros, esses seres impregnados pelas várias etnias tácita ou explicitamente.

5.5 O Patrimônio Folclórico, Artesanal, Gastronômico e Musical

A questão do registro dos patrimônios folclórico, artesanal, gastronômico e musical merece especial atenção. Entendemos que o registro possa constituir, em alguns casos, uma necessidade para a preservação de uma tradição, especialmente de um fazer coletivo. Contudo, esses recursos culturais, ligados à essência da formação do povo e da cultura do Brasil deveriam encontrar espaços de sobrevivência e divulgação, independentemente da formalização de um registro oficial do governo federal.

Embora alguns municípios tenham requerido o registro de suas receitas culinárias como patrimônio imaterial brasileiro, nenhum bem gastronômico obteve ainda este *status*. Em princípio, isso se deve ao fato de que o que poderia ser registrado não é a receita, a comida, mas o modo participativo de sua preparação na comunidade. O fazer coletivo é que deve ser o objeto de registro. Talvez, com a pressão política de municípios e demais interessados, essa situação venha a ser alterada, mas é necessário cuidado para não desvirtuar os princípios fundadores da preservação e apoio aos fazeres que podem ser registrados.

Muitos outros recursos imateriais da cultura brasileira mereceriam análise e, eventualmente, inclusão nos registros oficiais para salvaguardar a história, os recursos e os valores, ampliando e promovendo o conhecimento. A partir da pesquisa, documentação e informação, deve-se buscar a implementação de mecanismos para a efetiva proteção da

207 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

208 RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

cultura, quando os bens existentes encontram-se em situação de risco, além de respeitar e proteger direitos difusos ou coletivos relativos à preservação e ao bom uso do patrimônio.

As manifestações culturais tradicionais são um resíduo da cultura de outras épocas ou lugares e como afirma Cláudio Basto: "o povo é um clássico que sobrevive"[209]; porém, acrescentaríamos a essa ideia, a de que o povo sobrevive, todavia, sobrevive com as mudanças condicionantes de sua época na história. A cristalização absoluta dos saberes é quase impossível, existe um "eterno desaparecimento"[210], afinal, cultura é um processo dinâmico, em constante transformação. Saberes do mundo globalizado e novas tecnologias vão influindo diretamente nas culturas regionais, podendo transformá-las ou até mesmo levá-las ao seu término.

Beatriz Lage e Paulo Milone constatam que o turismo pode ser um aliado ou um detrator das manifestações culturais tradicionais e explicam:

> Certamente, o turista tem contribuído para a preservação ou revitalização das artes nativas pela criação da demanda para tais produtos. No entanto, alterações nas formas da cultura artística original poderiam, também, ser causadas pela demanda gerada pelo turismo. Infelizmente, o tipo de arte que o turismo encoraja é freqüentemente de produção de objetos falsos e reproduções, consequentemente diminuindo a qualidade e os padrões de arte. Essas cópias assumidas como quinquilharias folclóricas ou 'kitsch' são muito comuns nos negócios turísticos. [...] A cultura passa a ser mercadejada, e muitas imitações são oferecidas aos turistas, estimulando a farsa e a proliferação de obras de pouco valor [...]. Todavia, o contrário também é verdadeiro. O turismo tem ajudado a preservar e promover formas de arte que,

209 BASTO, Cláudio, *apud* CASCUDO, Luís da Câmara. *Tradição:* ciência do povo. São Paulo: Perspectiva, 1967, p. 18.

210 ARANTES, Antonio Augusto. *O que é cultura popular*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 21.

> de outra maneira, teriam morrido. E, assim o fazendo, tem ajudado a preservar a cultura nativa.[211]

A Organização Mundial do Turismo, no mesmo sentido, afirma que:

> Costumes e tradições locais poderão ser afetados pela atividade turística desenvolvida na região, tanto pelo aparecimento de novos hábitos que virão com os turistas, quanto pelo desejo dos moradores de adaptar seus próprios costumes aos gostos, momentos e anseios dos visitantes.[212]

Essas são características próprias da cultura globalizada, cada vez mais aberta ao que é externo.

A promoção e divulgação dos bens culturais, bem como a capacitação de agentes para o acompanhamento e a realização de novos estudos permitirá maior visibilidade da diversidade cultural brasileira, uma das maiores do mundo, envolvendo viajantes, residentes e pesquisadores na experiência que toca os sentidos, que faz de cada visitação uma arte que gera preciosas emoções e sensações inesquecíveis para a humanidade.[213]

Exemplificam-se, a seguir, algumas das principais categorias de bens de natureza imaterial sujeitos a registro e salvaguarda:

a) Folclore

A expressão *folk-lore,* aportuguesada para folclore, foi criada pelo arqueólogo inglês, Willian John Thoms (1803-1885), estudioso da bibliografia e das *antiguidades populares*. Segundo Peter Burke, o in-

211 LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. *Economia do turismo*. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001, p. 167-8.

212 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). *Op. cit.*, 2001, p. 169.

213 Considerando a ideia de: MURTA, Stela; ALBANO, Celina (Org.). *Interpretar o patrimônio:* um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

teresse pela cultura popular, surgiu no momento em que ela tendia a desaparecer sob o impacto da revolução industrial.[214] Numa tradução, ao pé da letra, a palavra folclore significa, basicamente, sabedoria popular. Segundo Rossini Tavares de Lima:

> Em 1846, Willian Thoms endereçou carta à revista The Atheneum, de Londres, sob o pseudônimo de Ambrose Merton, com a principal finalidade de pedir apoio para um levantamento de dados sobre usos, tradições, lendas e baladas regionais da Inglaterra. Dessa maneira, surgiu a palavra "folclore", formada de dois vocábulos do inglês antigo "folc", com a significação de povo; e "lore", traduzindo estudo, ciência ou mais propriamente, o que faz o povo, sentir pensar, agir e reagir. Entretanto, só foi confirmada em 1878, com a fundação da Sociedade de Folclore, em Londres, da qual foi primeiro presidente Willian John Thoms, e cujo objetivo era "a conservação e a publicação das tradições populares, baladas lendárias, provérbios locais, ditos vulgares, superstições e antigos costumes e demais matérias concernentes a isso". E daí por diante, passou a ser adotada por quase todos os estudiosos do mundo. Os estudos e investigações da matéria a que Thoms deu o título de "folclore" são, no entanto, anteriores ao aparecimento da palavra.[215]

A palavra folclore ainda encontra resistência em alguns países e no trabalho de alguns estudiosos. Ainda de acordo com Rossini Tavares de Lima:

> Apesar da larga aceitação do vocábulo *folclore,* que acabou substituindo 'antiguidades populares', 'literatura popular' ou mesmo 'antiguidades literárias', estudiosos das mais diversas origens têm utilizado outros títulos para designar a matéria, ingleses

214 BURKE, Peter. *A cultura popular na idade moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

215 LIMA, Rossini Tavares de. *Abecê do folclore*. 5. ed. São Paulo: Ricordi, 1972, p.9.

> mesmo usam 'folkways'; franceses: 'tradicionismo', 'antropopsicologia', 'demopsiquia'; espanhóis: 'demosofia', 'demopedia', 'tradições populares'; italianos: 'demopsicologia', 'ciência dêmica', 'etnografia'; alemães: 'volkskunde' e 'volkehre'; portugueses: 'etnografia'. No Brasil, Joaquim Ribeiro sugeriu, para substituir 'folclore', a expressão 'populário'. Ultimamente, passou a ser adotada, na Inglaterra e depois, nos Estados Unidos, a expressão 'folklife', que origina do sueco 'folkliv'.[216]

Entretanto, isso não elimina algumas discussões e dúvidas. Por exemplo, quem é o povo que se manifesta folcloricamente? Folclore, por se relacionar com tradição, é sinônimo de antigo, ultrapassado? Folclore e cultura popular são a mesma coisa?

O folclore é considerado quase exclusivo de uma fração específica do povo: pescadores, camponeses, lavradores, bóias-frias, gente da periferia das cidades. No entanto, modalidades folclóricas são praticadas, cotidianamente, por intelectuais, pessoas urbanas, profissionais liberais que manifestam um gesto, cantam uma canção de ninar e pronunciam provérbios. Ele se manifesta nos vários domínios do saber, da expressão e da comunicação, valorizando o que há de original, criativo e inteligente, em cada manifestação, uma vez que a cultura de um povo é viva e está em constante transformação.

Dotadas de impressionante e opulenta diversidade cultural, a beleza das festas folclóricas brasileiras é evidente e constitui um atrativo para os turistas. Com música e dança, roupas e apetrechos, reconstituem-se lutas e rendem-se homenagens aos heróis, personalidades e mitos. Entre as principais festas podemos incluir o Carnaval, a Festa do Divino, o Círio de Nazaré, as Festas Juninas, entre outras, todas elas, bem como as outras atividades relacionadas ao folclore nacional, constituem um grande patrimônio cultural de nosso país.

Pedro Paulo Funari e Jaime Pinsky esclarecem que:

216 LIMA, Rossini Tavares de. *Op. cit.*, p.11.

> Em certo sentido, o folclore pode ser considerado como a expressão cultural mais legítima de um povo, sua alma expressa de forma figurada em mil histórias e rituais que, além de encantarem o turista, permitem que se trave contato direto com as muitas manifestações de identidade. Neste âmbito, inserem-se os eventos culturais como fator de movimentação turística, compreendendo ações educacionais, comunitárias e sociais que visam a promover o maior acesso do cidadão aos bens e serviços da cultura.[217]

Os manuais de folclore costumam dividir as manifestações em diversas categorias, entre as quais: mitos e assombrações[218], lendas[219], adivinhas[220], promessas[221], quadrinhas ou poesias[222], trava-línguas[223],

217 FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. *Op. cit.*, p. 9.

218 Alguns exemplos: o Lobisomem, a Mula-sem-cabeça, o Saci-Pererê, o Curupira, a Iara, o Boitatá, a Cuca.

219 Geralmente, iniciando com "Era uma vez...". Algumas das lendas mais conhecidas: Lenda da Iara, Lenda do Casamento da Raposa, Lenda do Boitatá, Lenda do Saci, Lenda da Mula-sem-Cabeça, Lenda da Vitória-Régia.

220 Alguns exemplos: O que é o que é? Cai em pé e corre deitado? (a chuva)/ O que é que quanto maior é menos se vê? (a escuridão)/ O que é que quanto mais cresce, mais baixo fica? (o rabo do cavalo)/ O que é o que é? São sete irmãos, cinco têm sobrenome e dois não? (os dias da semana)/ Qual é o céu que não tem estrelas? (o céu da boca)/ O que é inteiro e tem o nome de pedaço? (a meia)/ O que é que sendo grande ou pequeno tem sempre o tamanho de um pé? (o sapato).

221 Exemplos: Menino Jesus da Lapa/ Vestido de azul celeste/ Vou fazer a minha prova/ Por favor, seja meu mestre.

222 Exemplo: Já fui cravo, já fui rosa,/ Hoje sou manjericão,/ D'aquele mais miudinho/ Que as moças trazem na mão!

223 Exemplo: O tempo perguntou pro tempo/ Quanto tempo o tempo tem?/ O tempo respondeu pro tempo/ Que o tempo tem tanto tempo/ Quanto tempo o tempo tem.

parlendas[224], fórmulas de escolha[225], ditados populares[226], superstições ou simpatias[227], frases de para-choque de caminhão[228], jogos populare tradicionais[229], folguedos populares[230], além do artesanato, das bebidas e alimentos populares e da música que trataremos com maior detalhamento em itens seguintes.

José Helder França realiza uma bela apologia em seu poema intitulado "Dia do Folclore":

224 Exemplo: Amanhã é Domingo,/ Pé de cachimbo,/ Cachimbo é de barro,/ Bate no jarro./ Jarro é de ouro,/ Bate no touro./ Touro é valente,/ Bate na gente./ Gente é fraco,/ Cai no buraco./ Buraco é fundo,/ Acaba o mundo.

225 Exemplos: 1) Lá em cima do piano/ Tem um copo de veneno,/ Quem bebeu morreu! 2) Uma pulga na balança/ Deu um pulo e foi à França,/ Os cavalos a correr,/ Os meninos a brincar,/ Vamos ver quem vai pegar!

226 Exemplos: Quem usa cuida./ Deus ajuda quem cedo madruga./ Quem tem boca vai à Roma./ Quem vê cara não vê coração./ A mentira tem perna curta./ Casa de ferreiro, espeto de pau./ Tamanho não é documento./ Cão que ladra não morde./ Criou fama e deitou na cama./ Devagar se vai ao longe./ Quem sai na chuva é pra se molhar./ Água mole em pedra dura tanto bate até que fura./ Pra quem ama o feio, bonito lhe parece./ Pior cego é aquele que não quer ver.

227 Exemplos: Trevo de quatro folhas traz sorte para quem o colhe./ Ao encontrar uma amiga, deve-se dar três beijinhos para não ficar solteirona./ Colocar a vassoura atrás da porta para que uma visita indesejável vá embora, é de muita eficiência./ Devemos varrer a casa assim que sair um enterro./ Beber três golinhos de água faz parar o soluço./ O número 13 dá azar, o 7 dá sorte./ Arco-íris é sinal de felicidade.

228 Exemplos: Não há vitória sem luta./ Não tenha inveja de mim, trabalhe./ Carona? Homem, não! Mulher, de montão!/ Não tenho tudo o que amo, mas amo tudo o que tenho./ Vou com Deus e os carinhos teus./ Turista forçado.

229 Exemplos: Cabra-cega, Ciranda, Amarelinha, Bolinha de gude, Pega-pega, Esconde-esconde, Lenço atrás, Galinha gorda.

230 Nesta categoria podemos incluir o maracatu, a congada, o moçambique, o reisado, o guerreiro, a folia de Reis, a dança dos tapuios, os caboclinhos, o caiapó, o bumba-meu-boi, os folguedos do boi, as cheganças, os fandangos e as marujadas.

Faço este verso disposto / E quero que alguém decore
Em vinte e dois de agosto / Que é a data do folclore
Esta palavra bonita / Que traduz danças de fita
Maneiro-Pau e xaxado / Pau-de-sebo e embolada
Vaqueiros e vaquejada / Banda de pife e reisado
Boneco feito de barro / Boneca feita de pano
Velhas fechando cigarro / Fogão de lenha e abano
Um cantador de viola / Moça fazendo gaiola
Velho fazendo cangalha / Velha fazendo almofada
Pão de milho, carne assada / Cigarro e chapéu de palha
Cantoria e farinhada / Repente e renovação
Desafio e cavalhada / Xote, mazurca e baião
Retreta, "samba" e seresta / Roleta em noite de festa
Engenho de páu e alfinim / Carro de boi que não disse
Reza, feitiço, crendice / "Rasga-mortalha" e "Vim-vim"
Santo feito de madeira / Barrica, taxo, ancoreta
Lampião, Mulher rendeira / Carabina e baioneta
Corrimboque, tabaqueiro / Doutor de gado e ferreiro
Bolo de puba, paçoca / Bastião, Mané, Pompilo,
Chico, Chiquim, Otacilo / Zeca, Zuca, Bento e Joça
Candinhêro, lamparina / Fogueira de São João
Aluá e cajuína / Bila de aço e pinhão
Bola de pano, peteca / Jarra, caneco, caneca
Palmatória na lição / Gingibirra com cachaça
Manzapo e bolo de massa / Foguete e bomba rojão
Não importa que demore / Fazendo esta explicação
Pois tudo isso é folclore / Folclore da região
Que também tem o seu dia / Razão desta poesia
Que faço com muito gosto / Receba folclore amigo
Parabéns no que te digo / Em vinte e dois de agosto

b) Artesanato

Em geral, o artesanato é feito por uma pessoa ou por um pequeno grupo, via de regra, com características domésticas. É feito à mão ou com o auxílio de ferramentas simples. Bergamin dá o seguinte depoimento sobre o artesanato brasileiro:

> Continuo achando lindas as lojas da Europa, de Nova York, da Índia, os mercados do Vietnã, o artesanato africano e oriental, mas abri meu coração e meus olhos para o Brasil. Que surpresa fantástica! O artesanato brasileiro tem uma diversidade, uma riqueza, um encantamento que não deixam nada a dever para ninguém. E quer saber de uma coisa? Eu, que me considerava tão moderno, tão antenado, me flagrei como um caipira deslumbrado. Caipira, sim senhor! Achando que era cidadão do mundo, estava me tornando um provinciano, que só dava valor ao que "vinha de fora", como se tudo que viesse "do estrangeiro" fosse naturalmente melhor, mais bonito e, claro, de qualidade superior. É como se Deus tivesse esquecido de dotar os brasileiros de talento para essas coisas. A gente já não tem a música, o carnaval, as praias? Pois isso era suficiente... [...] Aprendi, nas minhas andanças, a distinguir bico-de-pato, céu-estrelado, maria-morena, tramoia(sic)– é assim que são chamados os pontos da renda de bilro que, em Santa Catarina, é tecida basicamente em branco e bege, diferentemente do Nordeste. Como cantava Elis Regina com fina ironia: "O Brasil não conhece o Brasil..."[231]

Exemplos característicos do artesanato brasileiro são os potes, vasos, panelas, canecas, moringas, feitas com argila; as cestas, balaios, peneiras, feitos com fibra vegetal; as colchas de retalhos ou de fuxico; os brinquedos feitos com materiais diversos, como a boneca de pano, o caminhão de madeira; as redes; as esculturas e utensílios em pedra-sabão; as rendas do Nordeste; as colheres e garfos grandes feitos em madeira; as flores em palha de milho e os artefatos indígenas.

231 BERGAMIN, Sig. *Adoro o Brasil*. São Paulo: A Girafa, 2003, p. 17-19.

O produto artesanal, segundo Maria Sonia Madureira de Pinho, deveria ser:

> [...] o legítimo representante e a memória material de uma comunidade, revelada através de traços, formas, funções e cores. Deveria ser o porta-voz das histórias e da cultura das comunidades produtoras, elaborado por mãos talentosas, mestres surpreendentes e grupos de aprendizes. O objeto artesanal deveria ser o portador autêntico de raízes originais, o mensageiro dinâmico, transformador de sonhos e ideais em matéria, sem que, para isso o enfoque fosse dado à autoria isolada. Deveria representar o espírito da ação coletiva, de almas unidas, inconscientes e conscientes, inseridos num contexto que funde magia e história. Deveria constituir-se no valor do objeto que se solidifica e se processa em transformação constante, sem perda de pés ou mãos das raízes culturais de origem.[232]

A montagem de atrações, como "ver fazendo" para os produtos tradicionais, deve ser encorajada, organizando e abrindo oficinas e ateliês de arte, artesanato e culinária à visitação. Além disso, é importante implantar pontos de venda, não apenas nos corredores turísticos, mas também nos *shoppings* e em outros lugares frequentados pela população consumidora local. Enfim, para promover a inclusão social de milhões de artesãos e artistas brasileiros, acreditamos que se deveria buscar mercados para a produção artesanal de origem, tanto dentro da cidade, nos *shoppings*, quanto fora dela, nos *resorts,* nos mercados nacional e internacional.

É fundamental ressaltar que o produto artesanal de origem deve ser o legítimo representante e a memória material de uma comunidade, revelada através de traços, formas, funções e cores. Ele não deve se confundir com a indústria de *souvenirs*, ou com a *cultura bastarda*,

232 PINHO, Maria Sonia Madureira. Produtos artesanais e mercado turístico. *In*: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). *Interpretar o patrimônio:* um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002, p. 169.

como afirma Augustín Santana Talavera.[233] Para que um produto artesanal turístico possa ter qualidade e ser comercializado ele deve manter como características: a autenticidade, a originalidade, deve possuir dimensões e peso reduzidos, preço compatível e vir acompanhado de certificado de autenticidade – preferivelmente em dois idiomas.

A autenticidade pretendida para o visitante deve se estender para além do consumido – do produto cultural –, deve alcançar os processos culturais em que se encontra envolvido o consumidor.[234]

c) Gastronomia brasileira

Duas expressões de cultura altamente apreciadas pelos turistas e, indispensáveis na composição do produto turístico, são os alimentos e as bebidas populares. O patrimônio cultural gastronômico brasileiro é vasto e variado, os pratos e bebidas típicos são numerosos e revelam a fusão de influências de várias tradições com os costumes de cada lugar. A multiplicidade de frutas, verduras, legumes, carnes, cores, sabores e temperos da gastronomia nacional resultam em pratos inigualáveis.

Segundo Andréa Ciaffone, "no Brasil, o patrimônio cultural gastronômico é tão rico que não só pode como deve ser objeto de roteiros gastronômicos, os quais, ao mostrar as cozinhas regionais, ajudam a preservá-las."[235]

O churrasco do gaúcho, a *pizza* e a *esfiha* ao estilo paulistano, o bauru[236], o pão de queijo mineiro, o uso das pimentas em abundância,

233 TALAVERA, Augustín Santana. Patrimonio cultural y turismo: reflexiones y dudas de un anfitrión. *Revista Ciência y Mar*, v. 6, 1988, p. 39.

234 TALAVERA, Augustín Santana. Turismo cultural, culturas turísticas. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 9, n. 20, out. 2003, p. 31-57.

235 CIAFFONE, Andréa. Turismo e gastronomia: o verdadeiro sabor da descoberta. *In:* FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs). *Turismo e patrimônio cultural*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 120.

236 Sanduíche inventado, em 1934, por Casemiro Pinto Neto, nascido no Município de Bauru em São Paulo. Conta-se que Casemiro teria inventado o sanduíche no Bar *Ponto Chic*, em São Paulo, ao pedir ao

na Bahia, a tapioca do Nordeste brasileiro, são alguns dos itens gastronômicos que fazem parte do patrimônio cultural do país.

Alguns exemplos de comidas e bebidas típicas brasileiras são: o bolo de fubá, o bolinho de chuva, o doce de batata doce, o arroz-doce, o arroz-carreteiro, o arroz com pequi, o tutu de feijão, a famosa feijoada, a moqueca, o vatapá, o caruru, a canjica, a cocada, o pé de moleque, o guaraná, o suco de acerola, o suco de graviola, a macaxeira, o aipim, a mandioca doce, o cará, o sarapatel, o tacacá, o pato no tucupi, a maniçoba etc.

Luís da Câmara Cascudo esclarece que:

> Naturalmente, cada iguaria tem uma história através do tempo. A feijoada completa é uma glória maciça da culinária nacional porque nenhum outro povo a possui nos seus pormenores, embora se glorifique de pratos ainda mais complicados e perturbadores, "cozido à portuguesa" e a "olla española", com muitos dos ingredientes básicos da feijoada. Também sabemos que ela, tal qual existe, ainda não conta cem anos de existência providencial. Todos os pratos "nacionais" são convergências experimentais, construídos lentamente, fundamentados na observação e no paladar. [...] O cardápio brasileiro é uma manobra aquisitiva de valores sápidos. Quanto tivemos do ameraba e do africano, no século XVI, transformou-se nas vilas e cidades, ajustando-se ao sabor reinol, ao tempero português, às exigências da aparelhagem cozinheira européia, o uso do sal, a grelha, o frigir, o refogar, às sopas verdadeiras, aos cozidos legítimos, ao fogão, ao forno de abóbada. Foram os pontos de partida para as nossas refeições. Houve um processo aculturativo incessante e que não terminou. Conservam, às vezes, o nome africano ou indígena, mas quase nada existe de autêntico na substância real. No primeiro caso, o vatapá e a feijoada completa. No segundo, o caruru, a moqueca de peixe.[237]

atendente que formasse para ele um sanduíche com pão francês sem miolo, fatias de *roast beef*, queijo derretido e rodelas de tomate. O sanduíche passou a integrar o cardápio do bar e o apelido "Bauru" veio em função do orgulho que Casemiro tinha de seu município de origem.

237 CASCUDO, Luís da Câmara. *Folclore do Brasil.* Brasil; Portugal: Fundo de Cultura, 1967, p. 101.

A base alimentar, no Brasil, dos primeiros anos de colonização era a farinha de mandioca, usada pelos indígenas. Os africanos contribuíram com o inhame, o quiabo, o azeite-de-dendê, a galinha-d'angola e a pimenta. Os portugueses trouxeram o gado bovino, cabras, porcos, galinhas, revelaram o sal e fizeram com que os escravos africanos e os indígenas provassem o açúcar, quando os primeiros engenhos funcionaram no Brasil.

Em quase todas as cidades brasileiras é comum que hotéis e restaurantes sirvam bebidas e comidas populares e incluam pratos típicos em seus cardápios e *Buffet*. Vale ressaltar, contudo, que o turista cultural, geralmente, gosta de visitar mercados e feiras tradicionais para, além de experimentar iguarias, apreciar o burburinho da compra e venda dos variados produtos oferecidos. Essa movimentação demonstra a multiplicidade étnica e cultural do país. Esses lugares devem, portanto, receber cuidados especiais para que possam atender à comunidade e aos turistas com segurança, sem que sejam descaracterizados.

Algumas receitas brasileiras são marcas características de nossa gastronomia e têm, até mesmo, histórias pitorescas, como é o caso do doce *brigadeiro*, criado em 1946, e que tem esse nome em homenagem ao Brigadeiro Eduardo Gomes – candidato à Presidência da República, pela UDN. Conta-se que um grupo de senhoras do bairro do Pacaembu, em São Paulo, resolveu organizar uma festa para ajudar na campanha do Brigadeiro e serviu aos convidados o *brigadeiro*[238]. A oposição usou a homenagem como sátira ao Brigadeiro, recordando que o *brigadeiro* é um dos poucos doces brasileiros que não leva ovo, em sua receita, e que o Brigadeiro Eduardo Gomes perdeu um dos testículos durante um tiroteio urbano. De qualquer maneira, não se pode pensar numa festa infantil, no Brasil, sem essa preciosidade gastronômica.

A aguardente, conhecida como 'cachaça', é um outro marco gastronômico. A história da cachaça remonta ao começo do século XVI.

238 A receita básica do *brigadeiro* usa como ingredientes leite condensado, achocolatado em pó, manteiga e chocolate granulado.

Inicialmente, a cachaça era um produto secundário, sem teor alcoólico, o nome dado à espuma da caldeira em que se purificava o caldo de cana. Após o século XVI, a cachaça passa a ser produzida em alambiques sob a forma de aguardente. Era, também, dada aos escravos na primeira refeição do dia. Atualmente, a cachaça é um dos aperitivos mais famosos do Brasil, especialmente quando transformada em *caipirinha*.[239] Estima-se que existam mais de 5 mil marcas de cachaça, no país, e que ela seja conhecida por mais de 500 nomes, entre eles: *pinga, manguaça, água que passarinho não bebe, abre coração, bafo-de-tigre, danadinha, esquenta-aqui-dentro, limpa-goela, tome-juízo, venenosa* etc. João Calasans comenta:

> Os licores vinham de Portugal, mas nunca mereceram predileção popular. Bebida de mulher. E a sociedade média fazia-os com jenipapo, maracujá, caju, tamarindo, este vindo da Índia. Nenhum pôde enfrentar o predomínio avassalante da *cachaça*, com tantos nomes quanto de gotas possuísse.[240]

Luís da Câmara Cascudo complementa, afirmando que:

> *Não há banho, salão ou cajuada,*
> *Petisqueira, folia, jogatina,*
> *Mão de vaca, pastéis ou feijoada,*
> *Que não tenha um golinho da mais-fina.*
> *'Não há mulher sem graça nem festa sem cachaça',*
> *diz o cearense.*[241]

A cachaça não é apenas consumida como bebida de preferência nacional, mas é, também, lembrada na poesia e na música popular

239 A receita da caipirinha usa os seguintes ingredientes: cachaça, gelo, suco de limão, açúcar e limão em cubos ou rodelas.

240 CALASANS, José. *Cachaça, Moça Branca*. Bahia: s.e., 1951.

241 CASCUDO, Luís da Câmara. *Op. cit.*, p.116.

brasileira. Uma canção, em especial, fez e faz muito sucesso, até hoje, na interpretação da cantora e folclorista Inezita Barroso, que recolheu esses versos em suas andanças, pelo interior do Brasil, trata-se da canção *Moda da Pinga*, também conhecida como *Marvada Pinga*, que conta em seus versos:

Co'a marvada pinga é que eu me atrapaio,
Eu entro na venda e já dô meus taio,
Pego no copo e dali num saio,
Ali mesmo eu bebo, ali mesmo eu caio,
Só pra carregá é queu dô trabaio, oi lá!
O marido me disse, ele me falô:
Largue de bebê, peço pro favor,
Prosa de home nunca dei valor,
Bebo com o sor quente pra esfriá o calô
E bebo de noite pra fazer suado, oi lá!
Venho da cidade, já venho cantano,
Trago um garrafão, que venho chupano,
Venho pros caminho, venho tropicano,
Chifrando os barranco, venho cambeteano,
E no lugar que eu caio, já fico roncano, oi lá!
Cada vez que eu caio, caio diferente,
Meaço pa trás e caio pra frente,
Caio devagar, caio de repente,
Vô de rodopio, vô deretamente.
Mas seno de pinga, eu caio contente, oi lá!
Pego o garrafão e já balanceio,
Que é pa mor de vê se ta mesmo cheio,
Não bebo de vez porque acho feio,
No primeiro gorpe chego inté no meio.
No segundo trago é que desvazeio, oi lá!
O marido me disse: largue de bebê,
Eu disse pra ele, largue de trelê.

Pois quem se embriaga, num é fácio um sê
E eu com uma caninha ei de cumbatê.
Só largo da pinga quando eu morrê, oi lá!
Eu fui numa festa no rio Tietê,
Eu lá fui chegando no amanhece.
Já me deram pinga pra mim bebê.
Tava sem fervê, eu bebi demais e fiquei mamada,
Eu caí no chão e fiquei deitada
Aí eu fui pra casa de braço dado,
Ai de braço dado com dois sordado. Muito obrigado!

d) Música

Em todo o mundo, as pessoas tocam e ouvem música. Ela afeta diretamente as células e os órgãos e age sobre as emoções, influenciando numerosos processos corporais[242], como assinala Georg Solti:

> [...] existem tantos gêneros de música quantos povos e lugares diferentes. Em todos os cantos do planeta, a música desempenha uma parte muito importante na vida das pessoas: nos ofícios religiosos, como entretenimento, como um meio de comunicação ou simplesmente como um prazeroso passatempo.[243]

Nos dias atuais, o turismo, as viagens e as possíveis atividades de lazer têm servido como tema para letras de canções. Ouvimos canções sobre lugares – próximos ou distantes, conhecidos ou não – sobre uma rede balançando à sombra de uma árvore, sobre um lugar distante onde o mundo é melhor, mais alegre e feliz.

Os recursos musicais de uma cidade estão entre os seus aspectos

242 TAME, David. *O poder oculto da música*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993, p. 147.

243 *O MUNDO maravilhoso da música: arte, história, instrumentos, tecnologia*. Georg Solti (Apres.). São Paulo: Melhoramentos, 1997, p. 9.

mais atrativos[244]. Os discos e DVDs de espetáculos podem ser uma boa lembrança ou preparação para uma viagem, mas não substituem o contato direto com as músicas e sons de um outro lugar. Segundo David Tame:

> Pouca gente no mundo moderno deixa de ouvir certo número de horas de música por dia. Na verdade, a maior parte dela não é sequer 'ouvida'; apesar disso, até a música de fundo, de que a nossa mente consciente não toma conhecimento, nos afeta do mesmo modo o ritmo cardíaco e as emoções.[245]

Cantando em prosa ou verso, os músicos enaltecem a imagem de um lugar e podem estimular o lazer e a motivação para as viagens. O mesmo acontece com as melodias e harmonias de obras características de um determinado país ou região.

E a marca brasileira? Basta um toque de berimbau ou de cuíca para nos sentirmos ambientados no Brasil. Entre o universo infindável de canções brasileiras, podemos lembrar, a título de exemplo, os seguintes títulos: *Ronda,* de Paulo Vanzolini; *Maringá,* de Joubert de Carvalho; *Asa branca,* de Luiz Gonzaga; *O que é que a baiana tem* e a genial intérprete Carmem Miranda; *Cidade maravilhosa,* de André Filho; *Valsa de uma cidade*, de Ismael Netto e Antonio Maria; *Moro num país tropical,* de Wilson Simonal; *Garota de Ipanema,* de Tom Jobin e Vinícius de Moraes; *Aquarela do Brasil,* de Ari Barroso.

As canções folclóricas, transmitidas de geração para geração, sempre foram alvo de atenção dos viajantes e, em muitos casos, buscadas pelos músicos e musicólogos como fonte de conhecimento antropológico e de inspiração para obras mais nacionalistas. No Brasil, a busca

244 GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J. R. Brent; McINTOSH, Robert W. *Op. cit.*, p. 198.

245 TAME, David. *Op. cit.*, p. 28.

pelo folclore, especialmente na música, provocou muitas viagens pelos recantos, muitas vezes, longínquos e de difícil acesso.

Mário de Andrade (1893-1945), que compôs uma única canção – *A viola quebrada* –, pesquisou a fundo as tradições musicais do Brasil. Viajou por todo o país e escreveu livros falando da música de feitiçaria, no Brasil, de música e medicina, de danças dramáticas brasileiras etc.

Heitor Villa-Lobos foi outro artista interessado em conhecer seu país e sua música. Quando jovem, vendeu uma biblioteca que herdou do pai e viajou por todo o Brasil. Conta-se que sua mãe, após um longo período sem notícias do filho, chegou a mandar rezar uma missa por sua alma, considerando que ele estivesse morto. Ela estava enganada, pois algum tempo depois, Villa-Lobos retorna para casa são e salvo, cheio de novas histórias, melodias, ritmos e entusiasmo pelo país.

Geralmente, não são conhecidos os autores da música folclórica e ela costuma ser transmitida oralmente. A classificação mais comum da música folclórica engloba as cantigas de roda, de ninar, os cantos religiosos, os pregões e as modas de viola.

Veríssimo de Melo recorda que:

> A verdade é que muito pouco nessas manifestações folclóricas é especificamente brasileiro. Mário de Andrade e Renato de Almeida, dois dos mais autorizados musicólogos patrícios, observaram o problema, estudando a nossa música popular. Influências de várias culturas, principalmente lusitana, africana, ameríndia, espanhola e francesa plasmaram de tal sorte a contextura dessa cantiga infantil, que hoje não é fácil precisar, cientificamente, onde começa a influência lusitana ou termina a africana ou indígena. É inegável que a mais vasta contribuição que recebemos nesse setor do folclore nacional foi de procedência portuguesa. E de Portugal, - acentuou Mário de Andrade, - "o que mais incorporamos à nossa música popular foram os textos das

> canções, sejam acalantos, rodas, quadrinhas soltas e os já quase esquecidos 'romances velhos'".[246]

Algumas das canções do folclore brasileiros mais conhecidas, apenas para citar algumas, são: *Terezinha de Jesus*; *O sapo não lava o pé*; *Sapo Jururu*; *Peixe vivo*; *A barata diz que tem*; *São João, da-ra-rão*; *Rosa amarela*; *Eu sou pobre, pobre, pobre*; *Capelinha de melão*; *Pai Francisco entrou na roda*; *Atirei o pau no gato* (*Dona Chica*); *Ciranda, cirandinha*; *Se esta rua, se esta rua*; *O cravo brigou com a rosa*; *Pirulito que bate, bate*.

A música popular também traz lembranças de muitas viagens, e é apoiada, quase sempre, pela letra, com texto simples, curto – tal como a própria melodia –, mas capaz de provocar poderosas emoções e transportar com mais velocidade, para mais distante e com mais eficiência que qualquer outro meio de transporte, para uma grande viagem, especialmente quando ela chega a ser veiculada massivamente e a integrar filmes, *videoclipes*, telenovelas etc.

Na música popular está um dos campos em que mais se pensa o que é ser de algum lugar. A conscientização e a valorização do patrimônio musical de um espaço geográfico podem ser um contributo aos atrativos turísticos de uma região, podem ser a marca e o orgulho de uma comunidade, podem inspirar sentimentos de cidadania e melhoria na qualidade de vida de um povo. Podem nos fazer valorizar pequenas coisas, como um pássaro, um pequeno sabiá, como na canção de Antônio Carlos Jobim e Chico Buarque de Holanda que diz: "vou voltar, sei que ainda vou voltar para o meu lugar. Foi lá e é ainda lá que eu hei de ouvir cantar uma sabiá."

Chico Buarque pode nos levar por um caminho muito especial, em sua canção *Paratodos*, quando diz em seus versos: "O meu pai era paulista, meu avô pernambucano, o meu bisavô, mineiro, meu tataravô, baiano, meu maestro soberano foi Antonio Brasileiro" e, ainda, Ary Barroso pode nos fazer pensar no lirismo de nossa terra, quando diz na *Aquarela do Brasil*: "Deixa cantar de novo o trovador, à merencória

246 MELO, Veríssimo de. *Folclore infantil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985, p.166.

luz da lua, toda a canção do meu amor. Oi, esse Brasil lindo e trigueiro, é o meu Brasil brasileiro, terra de samba e pandeiro."

Todas as manifestações culturais – algumas aqui destacadas – refletem a complexidade desses recursos e indicam as dificuldades na nomeação e registro das mesmas como bens culturais com *status* de patrimônio oficializado, principalmente, por suas peculiaridades, envolvendo a intangibilidade, particularmente, do turismo cultural.

6. Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial no Brasil

Eu ouço as vozes
eu vejo as cores
eu sinto os passos
de outro Brasil que vem aí
mais tropical
mais fraternal
mais brasileiro.

Gilberto Freyre

Em 1937, Mário de Andrade cria o Serviço de Patrimônio, prevendo a inclusão dos saberes populares no rol de atividades tradicionalmente conhecidas. Posteriormente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sucessor daquele órgão, passou a se destacar, internacionalmente, como um dos protagonistas na elaboração de acordos sobre o patrimônio imaterial, sobre a diversidade cultural e sobre os direitos de propriedade intelectual associado aos conhecimentos e expressões culturais tradicionais.

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) do IPHAN tem como objetivo promover o inventário, o registro e a salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial, de maneira a contribuir na preservação da diversidade étnica e cultural do país e a promover a constituição de uma rede de parceiros, visando à preservação, valorização e ampliação dos bens que compõem o patrimônio cultural do país, além de incentivar e apoiar iniciativas e práticas de preservação desenvolvidas pela sociedade.[247]

247 IPHAN. *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI)*. Disponível

Instituído pelo Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, o registro é o instrumento legal para o reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Ele objetiva viabilizar projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural. Os bens registrados devem ser inscritos em um dos quatro livros a seguir especificados:

a) *Livro de Registro dos Saberes*: no qual são registrados os saberes, conhecimentos ou modos de fazer tradicionais. Atividades desenvolvidas por atores sociais conhecedores de técnicas e de matérias-primas que identificam um grupo social ou uma localidade.

b) *Livro de Registro das Celebrações*: em que são registrados festividades e ritos associados à religiosidade, à civilidade e aos ciclos do calendário, que participam fortemente da produção de sentidos específicos de lugar e de território.

c) *Livro de Registro das Formas de Expressão*: no qual são registradas formas não-linguísticas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, traduzidas em manifestações musicais, cênicas, plásticas, lúdicas ou literárias.

d) *Livro de Registro dos Lugares*: em que são registrados os lugares ou espaços em que ocorrem práticas culturais coletivas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, que constituem referência para a população.

A Resolução 001/2006 regulamenta o Decreto 3551/2000 e indica os requisitos que devem ser cumpridos para que se dê início ao processo de registro de um bem cultural de natureza imaterial. São eles: a apresentação de requerimento, em documento original, datado e assinado, acompanhado obrigatoriamente da identificação do proponente, da justificativa do pedido, da denominação e descrição do bem

em: <http://www.iphan.org.br>. Acesso em: 02 ago. 2007.

proposto para registro, com indicação da participação e/ou atuação dos grupos sociais envolvidos com o lugar onde ocorre ou se situa, do período e da forma em que ocorre; informações históricas básicas sobre o bem; documentação mínima disponível, adequada à natureza do bem, tal como fotografias, desenhos, vídeos, filmes, gravações sonoras ou filme; referências documentais e bibliográficas disponíveis; declaração formal de representante da comunidade produtora do bem, ou de seus membros, expressando o interesse e a anuência com a instauração do processo de Registro.

O IPHAN segue metodologia específica para o processo de registro de um bem cultural imaterial. Esse processo inclui, obrigatoriamente, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e serve para subsidiar a instrução de processos de registro, com a aplicação de questionários que abordam os seguintes quesitos: a) identificação do questionário; b) identificação do entrevistado (como é escolhido um entrevistado); c) descrição da entidade, origem da atividade; d) preparação, realização e venda (público) do produto, recursos financeiros, capital, instalação, matéria-prima, ferramenta de trabalho; uso de trajes, adereços, danças, músicas e orações, instrumentos musicais específicos para a atividade, bem como, ações pós-atividade e possíveis alterações na forma de produção.

Cumpre ressaltar que vários Estados e Municípios brasileiros vêm desenvolvendo políticas próprias voltadas para o patrimônio imaterial. São Paulo, por exemplo, instituiu o *Programa Permanente de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial do Município*, visando conservar o que pode ser entendido como uma espécie de "código genético da comunidade".[248] A Lei 14.406, promulgada em 21 de maio de 2007, pelo prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, prevê que a administração municipal deverá conhecer, identificar, inventariar e registrar expressões culturais da cidade, bem como fomentar os bens registrados,

248 REVISTA MUSEU. *São Paulo passará a registrar todo o patrimônio imaterial*. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/noticias/not_imp.asp?id=12918&ano_not=2007>. Acesso em: 15 jan. 2008.

criando condições para a transmissão dos conhecimentos a eles relacionados. A legislação paulistana segue o exemplo da legislação federal referente ao patrimônio imaterial, o que provavelmente acorrerá com o tempo em todo o país, tal como aconteceu com a legislação referente ao tombamento de bens materiais que, a partir da legislação federal, foi reproduzida subsidiariamente em praticamente todos os Estados e Municípios da Federação.

Salvaguardar um bem cultural de natureza imaterial é apoiar sua continuidade e atuar provocando melhoria nas condições sociais e materiais de transmissão e reprodução do que possibilitou sua existência. O conhecimento gerado, durante o processo de inventário e registro, permite identificar formas adequadas de proteção, desde o apoio financeiro até a organização comunitária para a ampliação de pesquisas, documentações e informações.

Cabe, aqui, o entendimento de que salvaguardar não implica colocar o bem cultural em uma *camisa de força.* Para Clarice Cohn:

> A percepção das dinâmicas sociais e culturais exige que se atente não apenas às tradições, como também à inovação; não se nega, assim, a reprodução social, mas amplia-se a noção de reprodução social, de modo que inclua a possibilidade de mudança. Desse modo, vai-se além da proposição de que estas sociedades têm, em todos os seus aspectos, como objetivo único a perpetuação estanque.[249]

A tradição não é um *corpus* fechado que persiste no tempo. Segundo Detienne, "o processo de transmissão de uma tradição diz respeito a uma reprodução social que convive com a mudança, a variação inerente ao ato de repetição".[250] É possível constatar a posição de Detienne, observando as mudanças incorporadas, a cada ano, em manifesta-

249 COHN, Clarice. *Op. cit.*, p. 37-38.

250 DETIENNE, Marcel. *La invención de la mitologia*. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1985, p. 53-54.

ções populares como as festas juninas e o carnaval, por exemplo, em que elementos da tecnologia mais avançada, da moda, da mídia televisiva etc., vão sendo apropriados pela prática cultural. A partir dessa junção, pode surgir uma "nova" manifestação popular, um "nova" festa junina, um "novo" carnaval que una os elementos e práticas oriundos de épocas distintas. Essas manifestações – "antigas" ou "novas" – não são mais ou menos legítimas, são retratos de suas épocas e, portanto, reflexos das dinâmicas sociais, desde que as matrizes culturais ainda possam ser identificadas.

6.1 Bens Culturais Imateriais Registrados[251]

José Reginaldo Santos Gonçalves analisa a questão da importância de pensar cerimônias e objetos materiais enquanto 'patrimônios':

> Qual a vantagem enfim de entendê-los como 'patrimônios'? Eu arriscaria dizer que, à luz dessa categoria, aquelas instituições, ritos e objetos podem ser percebidos simultaneamente em sua universalidade e em sua especificidade; reconhecidos ao mesmo tempo como necessários e contingentes; adquiridos (ou construídas e reproduzidas no tempo presente) e ao mesmo tempo herdados (recebidos dos antepassados, de divindades, etc.); simultaneamente, materiais e imateriais; objetivos e subjetivos; reunindo corpo e alma; ligados ao passado, ao presente e ao futuro; próximos, ao mesmo tempo em que distantes; assumindo tanto formas sociais quanto formas textuais (por exemplo, nas etnografias e nos ensaios em que foram representados). O sentido fundamental dos 'patrimônios' consiste talvez em sua natureza total e em sua função eminentemente mediadora.[252]

251 Esta pesquisa procedeu ao levantamento dos bens registrados até o final do ano de 2007.

252 GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Op. cit.*, p. 9.

O Quadro, a seguir, apresenta os bens culturais imateriais já registrados pelo IPHAN, as datas e os livros em que foram registrados, bem como o local onde cada ofício ou prática é realizado. O período compreendido por esse quadro vai de 2002, quando o IPHAN realizou os primeiros registros, até o final do ano de 2010.

Bens Culturais de Natureza Imaterial Registrados pelo IPHAN (Até Dezembro de 2010)

Data de Registro	Bem Registrado	Local da Prática	Livro de Registro
20/12/02	Ofício das Paneleiras de Goiabeiras	Espírito Santo (Goiabeiras Velha, na cidade de Vitória)	dos Saberes
20/12/02	Arte Kusiwa – Pintura e Arte Gráfica Wajãpi	Amapá (área de fronteira entre Brasil e Guiana Francesa)	das Formas de Expressão
05/10/04	Círio de Nazaré	Belém do Pará	das Celebrações
05/10/04	Samba de Roda do Recôncavo Baiano	Bahia	das Formas de Expressão
14/01/05	Ofício das Baianas de Acarajé	Bahia (Salvador)	dos Saberes
14/01/05	Modo de Fazer Viola-de-Cocho	Mato Grosso (Região Centro-Oeste e pantanal)	dos Saberes
15/12/05	Jongo no Sudeste	Vale do Rio Paraíba do Sul, ao sul do Rio de Janeiro e ao norte de São Paulo	das Formas de Expressão
18/10/06	Cachoeira de Iauaretê	Amazonas (Região do Alto Rio Negro, município de São Gabriel de Cachoeira)	dos Lugares
07/12/06	Feira de Caruaru	Pernambuco (Caruaru)	dos Lugares
09/02/07	Frevo	Pernambuco (Olinda e Recife)	das Formas de Expressão
18/06/07	Tambor de Crioula do Maranhão	Maranhão	das Formas de Expressão
09/10/07	Matrizes do Samba do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	das Formas de Expressão
15/05/2008	Queijo Mineiro	Minas Gerais (Serro, Serra da Canastra e do Salitre)	dos Saberes
21/10/08	Roda de Capoeira	Bahia, Rio, Pernambuco	das Formas de Expressão
21/10/08	Ofício dos Mestres de Capoeira	Bahia, Rio, Pernambuco	dos Saberes
27/11/08	Renda Irlandesa	Sergipe	dos Saberes

Data de Registro	Bem Registrado	Local da Prática	Livro de Registro
30/12/09	Toque dos Sinos	Minas Gerais (São João Del Rey e cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes)	dos Saberes
30/12/09	Ofício de Sineiros	Minas Gerais	dos Saberes
13/05/10	Festa do Divino Espírito Santo	Goiás (Pirenópolis)	das Celebrações
05/11/10	Ritual Yaokwa - Povo Indígena Enawene Nawe	Mato Grosso	das Celebrações
05/11/10	Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro	Amazonas (ao longo do Rio Negro)	dos Saberes
10/12/10	Festa de Sant'Ana de Caicó	Rio Grande do Norte (Região do Seridó)	das Celebrações

Na interpretação do quadro supra, pode-se perceber que apenas algumas das unidades da federação brasileira foram contempladas com registros e que alguns estados e regiões foram privilegiados.

Embora a natureza imaterial dos bens registrados demande metodologias e mecanismos peculiares de identificação, documentação e salvaguarda, a implementação de políticas públicas, nesse sentido, tem demonstrado o acanhamento dos administradores federais. Afinal, nove anos seria tempo suficiente para o aprimoramento da metodologia, finalização dos processos de inventário e consequente registro de um número bem maior de bens pelo IPHAN, incluindo, possivelmente, mais estados brasileiros.

Pode-se observar que todos os livros de registro já possuem ao menos duas inscrição. O Livro dos Saberes é o que apresenta maior número de registros, nove. O Livro das Formas de Expressão apresenta sete registros já efetuados, demonstrando uma tendência a privilegiar as práticas culturais ligadas à música – seis registros. Pelo mapeamento realizado, observa-se o esforço do governo em registrar ao menos dois bens, em cada livro, como que para demonstrar a correta categorização adotada.

Cumpre ressaltar que, por ser o registro dos bens, uma ação recente que opera na complexa área da intangibilidade influenciada por inúmeras variáveis, é possível perceber o grau de dificuldade que cerca a

patrimonialização desses recursos.

Analisa-se a seguir, resumidamente, cada um dos bens registrados.

6.1.1 Ofício das Paneleiras de Goiabeiras

O primeiro bem cultural inscrito no Livro de Registro dos Saberes, em 2002, foi o *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras*. Esse bem consiste na fabricação artesanal de panelas de barro indispensáveis para fazer e servir a moqueca capixaba, em Goiabeiras Velha, na cidade de Vitória, no Espírito Santo.

A culinária capixaba faz parte da miscigenação das etnias indígena, africana e portuguesa e tem um perfil bem brasileiro. Tradicionalmente, a moqueca capixaba deve ser feita e servida na panela de barro. Diz o ditado popular: "moqueca, só capixaba, o resto é peixada".

A confecção das panelas é uma atividade principalmente feminina[253], que utiliza técnicas da cerâmica de origem indígena, e constitui um saber repassado de geração a geração e um meio de subsistência para mais de 120 famílias na região. Inicialmente, as *paneleiras* trabalhavam individualmente em suas casas. Atualmente, estão agrupadas na Associação das Paneleiras de Goiabeiras, que funciona num galpão, que já se tornou um ponto turístico da cidade, onde se pode admirar o trabalho dessas mulheres.

Além das panelas, as artesãs confeccionam, em barro, potes, travessas, bules, caldeirões e frigideiras de diferentes tamanhos e formas. As peças, uma vez modeladas, ficam em local ventilado e protegido do Sol até estarem bem secas. Só, então, é efetuada a queima em fogueiras a céu aberto, tal como faziam as antigas tribos indígenas.

Nas cidades vizinhas a Goiabeiras, fábricas imitam as panelas artesanais e as vendem como se fossem produtos artesanais. Por isso, tem

253 Embora tenha sido uma atividade totalmente desenvolvida pelas mulheres no passado, atualmente, tem contado com a ajuda dos homens para amassar o barro.

sido desenvolvido um selo para confirmar a procedência das panelas legitimamente artesanais de Goiabeiras.

Em função da tradição na produção das panelas, em Goiabeiras, a cidade tem promovido uma festa anual que conta com grande participação da comunidade local, de visitantes da região e turistas. Nessa ocasião, grupos folclóricos, bandas e *shows* de música popular brasileira completam o cenário da cidade e incentivam o comércio das panelas artesanais.

6.1.2 Arte Kusiwa – Pintura e Arte Gráfica Wajãpi

Outro recurso cultural registrado foi a Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi, que consiste na técnica de pintura e arte gráfica da população indígena wajãpi, do Amapá, área de fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa.

A Arte Kusiwa utiliza a combinação de motivos básicos de desenho que vão se tornando complexos pela associação de motivos diferentes, possibilitando a construção de tramas intrincadas. Kusiwa significa "o caminho do risco" e é o nome dado à tradição gráfica dos índios wajãpi. Os padrões da arte, que representam animais, partes do corpo, criação da humanidade e diversos mitos dos wajãpi, são uma forma de representar o mundo ao seu redor, substituindo imagens reais por padrões que simbolizam temas e figuras sagradas de sua mitologia, tais como cobras, peixes e onças.

O grafismo indígena já era relatado pelos primeiros cronistas e viajantes europeus, no Brasil, que se surpreendiam com a beleza e a insistência dos grafismos, que podiam ter como suporte o corpo humano, cestos, cuias, tecelagens e objetos de madeira.

As diferentes versões dos mitos wajãpi estão ligadas à ideia de que, quando um índio decora seu corpo com determinado padrão, ele sofre uma metamorfose que o aproxima dos espíritos, dos animais etc.

Na decoração de seus corpos, os wajãpi utilizam três cores: o vermelho, claro, o vermelho escuro e o preto azulado. As tintas são elaboradas

com sementes de urucum, gordura de macaco, suco de jenipapo e resinas perfumadas. A pintura é realizada no âmbito familiar; os homens pintam as esposas e as esposas pintam os maridos e os filhos.

O registro da Arte Kusiwa foi assinalado no Livro de Registro das Formas de Expressão e, em 2003, recebeu da UNESCO o título de "Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade".

O registro como patrimônio imaterial brasileiro e o título recebido pela UNESCO podem tornar-se importantes aliados dos esforços da comunidade, que tem dificuldades em proteger seus padrões gráficos do uso industrial indiscriminado e em estimular os interesses dos mais jovens pelos conhecimentos orais e suas formas de transmissão. O valor dessa forma de expressão está na sua capacidade de sintetizar o modo particular como os wajãpi concebem o universo e agem sobre ele.

6.1.3 Círio de Nossa Senhora de Nazaré

O Círio de Nazaré é uma festa instituída a partir de 1793. Trata-se de um bem imaterial brasileiro que teve seu registro no Livro de Registro das Celebrações, referindo-se a uma celebração religiosa e de devoção, embora envolta, também, por práticas profanas.

Conta a lenda sobre o achado, em 1700, da imagem de Nossa Senhora de Nazaré por um caboclo de nome Plácido, que teria encontrado uma pequena estátua da Santa – réplica em madeira da original portuguesa – nas imediações do Igarapé Murucutu, onde hoje estão os fundos da basílica. Inexplicavelmente, a estátua sempre retornava ao lugar onde fora encontrada, mesmo depois de ter sido levada para outros altares e abrigos. Entendeu-se que deveria ser construída uma ermida para a Santa no local do *achamento* e, posteriormente, a grande Basílica de Nossa Senhora de Nazaré.

Em 1774, a imagem foi enviada para Portugal a fim de ser restaurada. Quando retornou, em outubro do mesmo ano, foi transportada do porto até o santuário pelos fiéis em romaria. Essa foi considerada a primeira festa do Círio de Nazaré. Essa festividade é realizada, todos

os anos, na forma de uma procissão que acontecia, inicialmente, no fim da tarde ou início da noite – daí a origem do termo "círio", do latim "cereus", que significa "vela grande". Em razão das chuvas, que costumeiramente se abatem sobre a cidade de Belém à tarde, foi transferida para o período da manhã.

Essa festa, em Belém do Pará, tem seu ápice, na segunda semana do mês de outubro, e costuma atrair, anualmente, aproximadamente 1,5 milhão de pessoas em peregrinações para pagar promessas, agradecer pedidos atendidos, criando um grandioso fluxo de turistas nacionais e estrangeiros. É, possivelmente, a maior festa cristã do planeta. As etapas da celebração incluem a romaria rodo-fluvial, a romaria rodoviária, a romaria fluvial, a moto-romaria, a trasladação da imagem, a procissão do círio, o círio e o *recírio*.

Os principais símbolos do Círio são a berlinda – que leva a imagem da santa –, a corda de sisal – com 700 metros de comprimento e 400 quilos –, o manto, as velas – ou círios –, os carros de promessas ou de milagres, as crianças vestidas de anjos e os fogos de artifício.

No domingo da procissão, é bastante comum o almoço em família, quando são saboreados o pato no tucupi e a maniçoba, pratos característicos da culinária paraense que têm sua base na tradição indígena do uso da mandioca.

6.1.4 Samba de Roda do Recôncavo Baiano

No Livro de Registro das Formas de Expressão, encontra-se o Samba de Roda do Recôncavo Baiano, uma forma de expressão musical, coreográfica, poética e festiva, presente em toda Bahia, mas especialmente na região do Recôncavo, desde 1860.

O registro desse patrimônio imaterial exigiu o mapeamento de um percurso que se iniciou com os africanos escravizados, trazidos para trabalhar nos engenhos e lavouras de cana-de-açúcar do Recôncavo, e constitui uma das expressões da diversidade cultural brasileira.

O samba de roda faz parte da tradição da cultura afro-brasileira

e do legado deixado pelas fábricas de tabaco. Enquanto as operárias enrolavam os charutos, entoavam cantigas e usavam suas ferramentas como percussão.

Até hoje, nas festas religiosas, as mulheres vestidas de baianas, levando o tabuleiro de quitutes, na cabeça, cantam e dançam acompanhadas por pandeiros, violas e cavaquinhos as canções que aprenderam com as avós.[254]

A espontaneidade é uma característica do samba de roda do Recôncavo Baiano. Se alguém puxa um samba que todo mundo conhece, num grupo familiar ou de amigos, segue-se a marcação do ritmo nas palmas e, depois, com os pandeiros. A roda se forma e todos começam a sambar.

Trata-se de uma das fontes do samba carioca, uma completa celebração presente, na origem da música, que virou um forte símbolo de brasilidade. A diversidade e multiplicidade de "tipos de samba" existentes em todo o país, com suas variações que incorporam a influência da cultura de massa e a valorização exagerada dada pela mídia, presente na *espetacularização* dos desfiles das escolas de samba, do pagode comercial e tantos outros "tipos", faz com que o samba de roda necessite e mereça ter sua continuidade e identidade preservadas.

6.1.5 Ofício das Baianas de Acarajé

Outro recurso cultural imaterial é o Ofício das Baianas de Acarajé, em Salvador, Bahia. Consiste na prática tradicional de produção e venda da gastronomia baiana, ou comida de azeite, que inclui o acarajé e o bolinho de feijão fradinho frito no azeite de dendê, foi registrado no Livro de Registro dos Saberes em 2004.

Trazida pelas escravas negras, no período colonial, a feitura do acarajé está associada ao culto de divindades do candomblé. Acarajé é

254 A cultura portuguesa está presente nesta manifestação cultural por meio da viola, do pandeiro e da língua utilizada nas canções.

uma palavra *ioruba* e significa "comer bola de fogo". É considerado um alimento sagrado, oferecido em rituais do candomblé e é comercializado, nas ruas, pelas baianas. É uma forte marca da culinária regional, além de valorizar uma profissão da mulher negra historicamente presente no país.

A comercialização do acarajé inicia-se com as "escravas de ganho", que trabalhavam, nas ruas, para as suas senhoras – geralmente empobrecidas –, incluindo entre as atividades a venda de quitutes em seus tabuleiros. Trabalho que continuou sendo importante para muitas mulheres mesmo depois da libertação dos escravos.

As baianas de tabuleiro vendem o acarajé, seus complementos (como o vatapá e o camarão) e outras "comidas de santo": abará, lelê, queijada, passarinha, mingaus, bolo de estudante e as deliciosas cocadas branca e preta.

Atualmente, são as filhas de santo que praticam esse ofício, que compreende os rituais da produção do acarajé, a arrumação do tabuleiro, a preparação do lugar onde elas se instalam, o uso das roupas características das baianas, seus turbantes e colares de contas. As baianas têm sofrido com a concorrência do comércio do acarajé em bares, restaurantes e supermercados. Além de estar sendo tratado como *fast food*, o acarajé tem sido, também, vendido como "bolinho de Jesus" por grupos evangélicos que acrescentam a Bíblia em seus tabuleiros.

O modo de fazer o acarajé está diretamente ligado ao cotidiano das baianas que o produzem, seja para uso religioso ou não, e está diretamente relacionado aos grupos afro-brasileiros.

Um selo de qualidade foi criado para comprovação da higiene na produção dos acarajés. Para receber o direito de uso do selo, cerca de cem baianas participaram do curso do Programa Alimentos Seguros (PAS), uma parceria da CNI/Senai com o Sebrae e que conta com a participação do Sesc e do Sesi, além do Instituto de Hospitalidade da Bahia. Outro curso foi planejado pelo Pelourinho Cultural[255] em

255 Programa voltado para incentivar o desenvolvimento sócio-cultural no Pelourinho.

parceria com outras entidades, objetivando, através de seis módulos, preparar as baianas para receber melhor o público, especialmente com relação ao conhecimento das tradições e simbologia relativas ao acarajé.

6.1.6 Modo de Fazer Viola-de-Cocho

No Livro de Registro dos Saberes também está registrado o Modo de Fazer Viola-de-Cocho. A viola é o instrumento por excelência do povo interiorano e a viola-de-cocho é um instrumento musical de sonoridade singular, produzido artesanalmente, na Região Centro-Oeste do Brasil, especialmente no pantanal do Mato Grosso.

Seu nome vem da maneira como é produzida, escavando-se a caixa de ressonância em uma tora de madeira inteiriça com a mesma técnica utilizada na fabricação dos cochos, recipiente onde se deposita o alimento para o gado. É um instrumento primitivo que, provavelmente, deriva do alaúde árabe. Se assim for, tem-se uma outra vertente de troca e assimilação cultural.

São várias as madeiras utilizadas em sua fabricação: para o corpo do instrumento, a ximbuva e o sarã; para o tampo, a raiz de figueira branca; para as demais peças, o cedro. A colagem das partes é feita usando o sumo da batata de sumbaré – espécie de capim – ou pelo cozimento da cola de peixe – feita de tripas de piranha. As cordas podem ser feitas de tripas de porco espinho, bugio – macaco de grande porte –, irara ou macaco-prego. Portanto, matéria-prima local. Atualmente, muitos violeiros usam as linhas de pescar como cordas em seus instrumentos.

Roberto Corrêa relata que "os violeiros tradicionais acreditam que a arte da viola é um dom de Deus: quem não nasceu com ele nem adianta tentar" e completa, ensinando que outra possibilidade de alcançá-lo está em realizar um pacto com o diabo, fazer a simpatia da cobra coral, ou ainda a simpatia do cemitério.[256]

256 CORRÊA, Roberto. *CD Uroboro.* Brasília: Viola Corrêa Produções Musicais, 1994.

A viola-de-cocho é usada nas manifestações musicais e coreográficas do cururu e siriri, assim como para o *rasqueado*, entre outras. Alguns violeiros trazem no interior de suas violas um chocalho de cascavel, acreditando na forte magia e proteção do guizo da cobra. Conta-se que, nas disputas, alguns violeiros conseguem, magicamente, quebrar as cordas e, até mesmo, as violas de seus adversários.

A cultura vivida e produzida pelos violeiros está desaparecendo. Poucos ainda conhecem as tradições oriundas de seus pais e avós. O registro pode possibilitar a valorização e consequente continuidade desse bem cultural.

6.1.7 Jongo no Sudeste

O Jongo, no Sudeste, é mais um dos bens imateriais registrado pelo IPHAN como patrimônio cultural imaterial brasileiro no Livro das Formas de Expressão. Tem origem na formação histórica, a partir da herança cultural dos negros de língua banto – reinos de Angola e do Congo – trazidos para o Brasil para trabalhar como escravos, nas fazendas de café e cana-de-açúcar, do Vale do Paraíba.

A manifestação do jongo era comum nas noites de festas dos santos católicos, quando os escravos costumavam reunir-se, aproveitando que os senhores estavam fora, participando dos festejos das igrejas. É inserido no âmbito das "danças de umbigada" e pode ter a participação de homens e mulheres, embora, em sua forma original, sempre tenha estado restrito aos iniciados ou mais experientes da comunidade. Nos terreiros – espaço onde acontece a roda –, acendia-se uma fogueira que servia para esquentar os jongueiros e o couro dos tambores quando ficavam roucos e, também, para assar batatas e amendoim.

O jongo envolve pontos – espécie de provérbios – e é dançado e cantado com o acompanhamento do urucungo (hoje, conhecido como berimbau), viola e pandeiro, além de três tambores cerimoniais: o "caxambu", o "candongueiro" e o "ngoma-puíta" (que deu origem à cuíca do samba).

O jongo é, ainda, bastante praticado em diversas cidades de sua região original: o Vale do Rio Paraíba do Sul, ao sul do Estado do Rio de Janeiro e ao norte do Estado de São Paulo e influiu na formação do samba carioca.

6.1.8 Cachoeira do Iauaretê – Lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri

O oitavo recurso cultural, registrado em agosto de 2006, no Livro de Registro dos Lugares, foi a Cachoeira do Iauaretê[257] – localizada na região do Alto Rio Negro, no município de São Gabriel de Cachoeira, no Amazonas – lugar de referência fundamental para dez comunidades locais que habitam a região banhada pelos rios Uaupés e Papuri, na fronteira do Brasil com a Colômbia.

Trata-se de um município que tem 85% da população constituída por indígenas e a cachoeira é considerada um lugar sagrado pelos povos da localidade. As ilhas, pedras, lages e paranás da cachoeira simbolizam episódios, descritos nos mitos de origem e nas narrativas históricas desses povos, relacionadas à criação da humanidade e ao surgimento de suas respectivas etnias.

Espera-se que, registrada como bem imaterial, a cachoeira passe a ter ampla divulgação e possa contar com um plano de salvaguarda elaborado, em conjunto com o Ministério da Cultura e a comunidade, podendo ser preservada, admirada e conhecida pelas próximas gerações, especialmente de descendentes das dez comunidades locais.

6.1.9 Feira de Caruaru

A Feira de Caruaru foi registrada, em 08 de dezembro de 2006, no Livro dos Lugares, tem sua história, iniciada na Praça da Conceição,

257 Iauaretê significa "cachoeira das onças" em *nheengatu*.

datada, anteriormente, a 1848, e foi a base do desenvolvimento da cidade de Caruaru, em Pernambuco, conhecida como a capital do Agreste. O local onde inicialmente se estabeleceu a feira era ponto de parada para vaqueiros que traziam o gado do Sertão para o Litoral e de mascates que faziam o sentido inverso. Atualmente, o Parque 18 de Maio abriga as várias feiras e os, aproximadamente trinta mil, feirantes que formam a Feira de Caruaru, ocupando duzentos e dezoito mil metros quadrados.

Centenas de barracas coloridas concentram toda a riqueza cultural do Nordeste, comercializando uma grande variedade de produtos, principalmente objetos de artesanato popular, roupas, frutas, verduras, chapéus de palha, de couro e tecido, cestas, objetos de barro e cerâmica, brinquedos, gaiolas. Há um setor chamado "torca-troca", onde nada se vende, apenas se trocam objetos depois de muita negociação.

Cegos tocam sanfona, cantadores e violeiros lançam seus desafios; vende-se literatura de cordel; bandas de pífanos e conjuntos musicais completam a festa de comércio e arte em que os artistas populares criam e preservam a cultura nordestina. E, desse centro popular, surgiram grandes nomes como o de Mestre Vitalino com seus bonecos de barro que representam os personagens do povo e as cenas da vida nordestina. Luiz Gonzaga tornou célebre o baião de Onildo Almeida que resume a feira de Caruaru:

A feira de Caruaru
Faz gosto a gente ver:
De tudo que há no mundo,
Nela tem prá vender:
Na feira de Caruaru.
Tem massa de mandioca,
Batata assada, tem ovo cru.
Banana, laranja e manga,
Batata-doce, queijo e caju.
Cenoura, jabuticaba, guiné,
Galinha, pato e peru.

Tem bode, carneiro e porco
E se duvidar inté cururu.
Tem cesto, balaio, corda,
Tamanco, gréia, tem tatu.
Tem fumo, tem tabaqueiro,
Tem peixeira e tem boi zebu.
Caneco, alcoviteiro, peneira,
Beoa e mel de urucu.
Tem calça de alvorada,
Que é prá matuto não andá nu.
A feira de Caruaru...
Tem rede, tem baleeira,
Móde menino caçá lambu,
Maxixe, cebola verde, tomate,
Coentro, couve e chuchu.
Almoço feito na corda,
Pirão mexido que nem angu,
Tem fia de tamborete, que
Dá de tronco de mulungu.
Tem louça, tem ferro velho,
Sorvete de raspa que faz jaú,
Gelado caldo de cana,
Planta de palma e mandacaru.
Boneco de Vitalino, que são
Conhecido inté no Sul.
De tudo que há no mundo
Tem na feira de Caruaru.
A feira de Caruaru...

6.1.10 Frevo

O frevo característico do carnaval das ladeiras de Olinda e Recife foi registrado, no Livro das Formas de Expressão, como patrimônio imaterial brasileiro, em 09 de fevereiro de 2007, data da comemoração

oficial do centenário do frevo[258]. A tradição do frevo remonta ao século XIX, tendo surgido a partir da mistura do repertório das bandas militares com os ritmos do maxixe, da modinha, da polca e do tango. O nome 'frevo', segundo Pereira da Costa[259], deriva de ferver – 'frever' – com significado de efervescência, agitação, confusão, bagunça.

Em Pernambuco, em meados do século XIX, a prática da capoeira era proibida e os praticantes eram perseguidos pela polícia. Era comum que alguns capoeiristas ficassem na frente da banda, nos desfiles de rua, para defendê-la, fazendo piruetas, modificando seus golpes de acordo com o ritmo da música. Esses novos passos, conhecidos como o ferrolho, a tesoura e a pernada e, também, o uso da sombrinha colorida, antigamente, um guarda-chuva velho utilizado como arma branca pelos capoeiristas, deram origem à dança do frevo.

O frevo é um sistema no qual música e dança não podem ser separadas sem prejuízo da alegria e da festa. Instrumentos de percussão, como o surdo e a caixa, estão sempre presentes no frevo, que costuma ser classificado por músicos e compositores em:

a) *frevo-de-rua*: inclui o *frevo-abafo (ou frevo-de-encontro),* com predominância dos instrumentos de metal; o *frevo-ventania*, no qual se destacam os saxofones em seqüências sem interrupção; e o *frevo-coqueiro*, com notas agudas;

b) *frevo-de-bloco*, executado por instrumentos como o banjo e o cavaquinho e predomínio do público feminino;

c) *frevo-canção*, cuja principal diferença com relação aos demais tipos de frevo é o fato de ser cantado.

258 Em 09 de fevereiro de 1907 a palavra frevo apareceu, pela primeira vez, nos jornais de Pernambuco.

259 COSTA, F. A. Pereira da. Vocabulário pernambucano. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*. Recife: Imprensa Oficial, 1937. *Separata* do v. XXXIV.

A *Marcha n. 1 de Vassourinhas* é o frevo-canção mais famoso do carnaval recifense e tem sua autoria creditada a Matias da Rocha:

Somos nós os Vassourinhas
Todos nós em borbotão
Vamos varrer a cidade
Ah! Isto não! Ah! Isto não!
Tu bem sabes o compromisso
Ah! Isto não! Não pode ser
A mostrar nossas insígnias
E a cidade se varrer
Ah! Reparem meus senhores
O pai desse pessoal
Que nos faz sair à rua
Dando viva ao carnaval.[260]

A *Revista Horizonte Geográfico* relatou que o processo de inventário para registro do frevo, como patrimônio imaterial, contou com mil e duzentas fichas e questionários preenchidos por pesquisadores, passistas e músicos e com um dossiê de "270 páginas reunindo os motivos pelos quais o frevo deveria ganhar o título, relações de músicas, compositores, maestros, blocos e agremiações e uma lista com 15 mil assinaturas apoiando a iniciativa."[261] Essa informação demonstra a metodologia utilizada pelo IPHAN para a apuração da importância dessa manifestação cultural.

260 COLLECTORS STUDIOS LTDA. *Marcha n. 1 de Vassourinhas*. Disponível em <http://www.collectors.com.br/CS06/cs06_05e.shtml>. Acesso em: 18 nov. 2007.

261 REVISTA HORIZONTE GEOGRÁFICO. É frevo no pé: dança típica do carnaval pernambucano comemora 100 anos. São Paulo, n. 109, ano 20, 2007, p. 10-11.

6.1.11 Tambor de Crioula no Maranhão

O Tambor de Crioula é uma dança de origem africana, praticada por descendentes de negros, no Maranhão, marcada por muito movimento e descontração e foi registrada como patrimônio imaterial brasileiro, no Livro das Formas de Expressão, no dia 18 de junho de 2007.

Em geral, o Tambor de Crioula é dançado no carnaval e nas festas juninas, mas os pretextos que as comunidades utilizam para a prática dessa dança são variados, incluindo o pagamento de promessas a São Benedito[262], a chegada ou despedida de parentes, a comemoração de aniversários ou um nascimento, na comunidade, as vitórias dos times de futebol preferidos e as festas de preto velho, embora as reuniões de amigos já sejam consideradas um pretexto suficiente para a atividade.

A marcação da dança é feita por três tambores, de confecção bastante rústica feitos com troncos de mangue, pau d'arco, soro ou angelim, denominados parelha. A cobertura dos tambores é feita com couro de boi, cavalo, veado ou tamanduá. Os tamanhos são diferentes, o tambor grande é chamado de *rufador*, o médio de *meião* ou *chamador* e o pequeno de *crivador* ou *perengue*. Os tambores são esquentados na fogueira, durante a dança, para que atinjam a afinação correta.

O canto é puxado por um homem, com uma toada já existente ou improvisada, seguida pelo coro dos homens e das mulheres acompanhados pelos tambores e pela palmas dos cantores.

As mulheres usam saias rodadas, com estampas coloridas, blusas rendadas decotadas, adornos como flores, colares, pulseiras e torços coloridos nas cabeças. Elas se apresentam individualmente no interior da roda formada pelo grupo, ressaltando cada parte do corpo e realizando a *punga*, que consiste em dirigir-se a uma companheira da roda, tocando-a com a barriga e indicando, dessa maneira, que a companheira será a próxima a se apresentar no centro da roda.

262 São Benedito era o santo mais popular entre os escravos brasileiros, considerado seu protetor.

6.1.12 Samba do Rio de Janeiro

Em 09 de outubro de 2007, foi realizado o registro das matrizes do Samba do Rio de Janeiro – samba de terreiro, partido-alto e samba-enredo – no livro de Registro das Formas de Expressão.

O Centro Cultural Cartola, com apoio da Associação das Escolas de Samba do Rio de Janeiro e da Liga Independente das Escolas de Samba (Liesa), motivado pelo registro, em 2005, do samba de roda do Recôncavo Baiano e, temendo o enfraquecimento das matrizes do samba do Rio de Janeiro, encaminhou ao IPHAN o pedido de registro do samba carioca como patrimônio imaterial brasileiro.

O samba é um fenômeno cultural que passou de elemento de expressão da identidade da população negra, alvo de discriminação e perseguição, nas primeiras décadas do século XX, a símbolo nacional brasileiro, agregando diversas camadas da sociedade. José Ramos Tinhorão afirma que o samba carioca nasceu após longa gestação:

> [...] da África à Bahia, de onde veio para ser batucado nos terreiros da Saúde e, finalmente, tomando nova forma rítmica a fim de adaptar-se ao compasso do desfile de um bloco carnavalesco. [...] Ao contrário do que se imagina nasceu no asfalto; foi galgando os morros na medida em que as classes pobres do Rio de Janeiro foram empurradas do Centro em direção às favelas, vítimas do processo de reurbanização provocado pela invasão da classe média em seus antigos redutos.[263]

O samba é uma arte de senzala, ligado às línguas, aos cultos africanos e à capoeira e que sofreu a influência da miscigenação. Foi discriminado pela sociedade – havia perseguição e violência aos sambistas – até que jovens intelectuais do Rio de Janeiro passaram a reconhecer, nessa música, um elemento cultural significativo para o país. Em 1917, surge *Pelo Telefone*, o primeiro samba oficialmente reconhecido, composto

263 TINHORÃO, José Ramos. *História da Música Popular Brasileira:* samba. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 4-5.

por Mauro de Almeida e Donga (Ernesto dos Santos), ambos nascidos no Rio de Janeiro. O sinal de aceitação foi o selo do disco de 78 rotações por minuto, que fazia, pela primeira vez, referência ao samba como gênero musical. Ocorre, portanto, a legitimação do samba como bem cultural aceito pela intelectualidade e que deixa a característica de marginal para tornar-se legítimo aos olhares para além da com unidade de origem.

Em 1932, o jornal esportivo *O Mundo* criou o primeiro desfile de escolas de samba no Rio, na Praça Onze, localizada próxima a vários bairros de população negra. As autoridades perceberam que os desfiles atraiam turistas e aumentavam a ocupação hoteleira durante as festividades e começaram a apoiar oficialmente os desfiles e a apresentação das escolas de samba.[264] O capital simbólico, a partir do turismo, passa a gerar recursos financeiros que impactam diferentes esferas sociais.

O fato de a capital do país ser o Rio de Janeiro facilitou o entendimento do samba como símbolo nacional. A difusão do samba, no rádio, foi outro fator que interferiu, favoravelmente, em seu favor, bem como a intervenção de Villa-Lobos e Mário de Andrade, intelectuais que orientavam as políticas culturais do Estado.

Para o registro foi considerado todo o conjunto de referências históricas sobre o samba nos morros, nas ruas, nos quintais e nos blocos, constituído por monografias, teses, livros, vídeos, reportagens, discografia antiga e testemunho de sambistas da velha guarda. Também foram mapeadas as mais antigas escolas de samba do Rio de Janeiro, como a Mangueira, a Portela, a Salgueiro, a Vila Isabel, a Império Serrano e a Estácio de Sá[265].

O registro considerou três modalidades de samba:

264 ENEIDA, Moraes. *História do Carnaval Carioca*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

265 LEOPOLDI, José Savio. Escola de Samba, Ritual e Sociedade. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

1) o *samba de terreiro*: criado no terreiro, espaço social em que a comunidade se reúne para conversar, cantar, discutir. Geralmente, cantado fora do período dos ensaios de samba-enredo das escolas de samba. Ele anima as festas do terreiro.

2) o *samba de partido alto*: nascido nas rodas de batucada, tipo de samba em que os cantores – *partideiros* – improvisam as estrofes de acordo com o tema, desafiando um outro a continuar a improvisação. Geralmente, o tema tem associação com a realidade dos morros e das regiões mais carentes.

3) o *samba-enredo*: criado a partir de um tema que também serve para a coreografia e cenografia utilizadas pelas escolas de samba.[266]

O registro do samba do Rio de Janeiro engloba a arte de fazer e salvaguardar a memória do samba e várias outras atividades, além da musical, como a cena da roda dos sambistas, as manifestações de religiosidade dos grupos, as comidas, os instrumentos, as bandeiras, a velha-guarda, os terreiros, atualmente, chamados de 'quadras' e a tradição das baianas. A salvaguarda das matrizes do samba é um dos caminhos possíveis para se atingir um equilíbrio social. As comunidades necessitam de espaços culturais e físicos que possibilitem as ricas trocas sociais. O ambiente de interação existente, nessas práticas, pode constituir um espaço estratégico para o enfrentamento de questões relativas à violência e à criminalidade tão presentes no Rio de Janeiro e nas demais metrópoles brasileiras.

Zé Kéti eternizou o Rio de Janeiro no samba A Voz do Morro - de 1954/55 - composto para o filme RIO 40º, de Nelson Pereira dos Santos:

Eu sou o samba
A voz do morro
Sou eu mesmo sim senhor
Quero mostrar ao mundo

266 VIANNA, Hermano. *O Mistério do Samba*. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; UFRJ, 2004.

Que tenho valor
Eu sou o rei do terreiro
Eu sou o samba
Sou natural daqui
Do Rio de Janeiro
Sou eu quem levo a alegria
Para milhões de corações brasileiros
Salve o samba, queremos samba
Quem está pedindo
É a voz do povo de um país
Salve o samba, queremos samba
Essa melodia de um Brasil feliz
Eu sou o samba
A voz do morro
Sou eu mesmo sim senhor
Quero mostrar ao mundo
Que tenho valor
Eu sou o rei do terreiro
Eu sou o samba
Sou natural daqui
Do Rio de Janeiro
Sou eu quem levo a alegria
Para milhões de corações
Brasileiros.

6.1.13 Queijo Mineiro

Em 13 de junho de 2008, o modo artesanal de fazer o queijo de Minas Gerais, nas Regiões do Serro, da Serra da Canastra e do Salitre, foi registrado como patrimônio imaterial brasileiro no Livro de Registro dos Saberes.

Há muitos tipos de queijo, talvez centenas, produzidos em todo o planeta. Diz a lenda, que Aristeu, um dos filhos de Apolo, foi quem

descobriu o queijo e que ele era muito apreciado, desde a Antiguidade, pelos Caldeus, Assírios, Egípcios, Gregos e Romanos. Foi justamente em Roma que nasceu o comércio do queijo e ele fazia parte da alimentação dos soldados e atletas.

O queijo artesanal de Minas Gerais, descende da tradição das técnicas típicas da Serra da Estrela, em Portugal, chega, ao Brasil, com o colonizador e está ligada a sua sobrevivência no país. Sua confecção se estabelece, com variações, por todo território do Estado de Minas Gerais. Esse modo artesanal de fazer queijo parte de um conjunto de experiências enraizadas na comunidade, relativas ao aproveitamento da produção leiteira regional, e que definem a identidade do mineiro.

Cada uma das regiões designadas no registro possui um modo de fazer próprio, expresso na forma de manipulação do leite, dos coalhos e das massas, na prensagem e no tempo de maturação (cura). Cada queijo tem aparência e sabor específicos, embora o processo sempre conste do uso do leite cru e da adição de um fermento láctico natural, conhecido como 'pingo'.

O preparo do queijo mineiro exige higiene e tranquilidade. Na região do Serro, a atividade é quase exclusivamente masculina. Nas outras duas regiões, cabe à mulher a produção. O queijo é produzido, praticamente, todos os dias do ano, é costume que apenas, na sexta feira, da Semana Santa, não se faça queijo. Nesse dia, o leite é distribuído às pessoas e destinado ao doce de leite.

6.1.14 Roda de Capoeira

A roda de capoeira foi registrada como patrimônio imaterial brasileiro, em 21 de outubro de 2008, no Livro de Registro das Formas de Expressão. Ela constitui um elemento estruturante da manifestação, espaço e tempo, nos quais se expressam, simultaneamente, a dança, a luta e o jogo.

Através do canto, do toque dos instrumentos, da dança, dos golpes, do jogo, da brincadeira, dos símbolos e dos rituais de herança africana –

notadamente banto – recriados, no Brasil, através da roda de capoeira se batizam os iniciantes, formam-se e se consagram os grandes mestres. Nessa forma de expressão se transmitem e se reiteram práticas e valores afro-brasileiros.

A capoeira é uma manifestação cultural presente em mais de 150 países e, praticamente, em todo o território nacional. Entre as modalidades mais conhecidas estão a "capoeira angola" e "capoeira regional". Os instrumentos musicais, todos de percussão, utilizados na capoeira, incluem o berimbau, o atabaque, o pandeiro, o agogô e o reco-reco.

Profundamente ritualizada, a roda de capoeira congrega cantigas e movimentos que expressam uma visão de mundo, uma hierarquia e um código de ética que são compartilhados pelo grupo.

A capoeira foi perseguida, especialmente no Rio de Janeiro, e seus praticantes desafiavam a ordem policial, hostilizavam a população, provocavam brigas e correrias, marcadas por cabeçadas, rasteiras e navalhadas. Na Bahia, os capoeiristas tinham funções de carregador e estivador, atividades ligadas à região portuária, ou carroceiros, peixeiros, marítimos, engraxates, pedreiros, marceneiros, chapeleiros, donos de botecos e casas de jogo, vendedores ambulantes, leões de chácara e policiais.

Por outro lado, a capoeira também era um tipo de brincadeira de rua, realizada nas folgas do serviço, nas festas e até mesmo durante o trabalho dos negros. Nas festas, especialmente na Bahia, ocorriam as grandes rodas de capoeira.

Para Katarina Real, as origens do passo do frevo possuem uma história em comum com a capoeira. Para a autora:

> As origens dos passos do frevo vêm diretamente da capoeira de angola trazida, ao Brasil, pelos negros angolenses, dança guerreira na sua forma original que produziu não somente o passo como também a pernada carioca.[267]

267 REAL, Katarina. *O Folclore no Carnaval de Recife*. Rio de Janeiro: MEC, 1967, p. 27.

A roda de capoeira é transmitida pelos mestres, depositários do saber imaterial da capoeira e que a estabelecem como significativo acervo da cultura popular brasileira.

6.1.15 Ofício dos Mestres de Capoeira

O Ofício dos Mestres de Capoeira foi registrado, em 21 de outubro de 2008, como patrimônio imaterial brasileiro no Livro de Registro dos Saberes. Na mesma data do registro da Roda de Capoeira.

Esse registro destaca o ofício exercido pelos detentores dos conhecimentos tradicionais da capoeira, responsáveis pela transmissão oral e gestual de suas práticas, rituais e herança cultural de forma participativa e interativa, nas rodas, ruas e academias.

A capoeira depende da manutenção da cadeia de transmissão de seus mestres para sua continuidade como manifestação cultural. Ela é ensinada por mestres, contramestres, professores e instrutores em todo o mundo. O Brasil não é o único país onde a capoeira é praticada, ele é ponto de passagem para sua difusão internacional.

Os mestres brasileiros são os responsáveis por articular os aspectos culturais da capoeira, de maneira a que ela não fique restrita a uma manifestação marcial; mas que, ao contrário, seja reconhecida por sua rica tradição associada à história dos povos africanos no Brasil. A partir de seu surgimento, como prática urbana de resistência dos escravos, a capoeira evoluiu como patrimônio vivo e que possui o relato de seus mestres que continuam em atividade.

6.1.16 Modo de Fazer Renda Irlandesa

O Modo de Fazer Renda Irlandesa, tendo como referência este ofício em Divina Pastora, no Sergipe, foi registrado como patrimônio imaterial brasileiro, em 28 de janeiro de 2009, no livro do Registro dos Saberes.

As rendeiras do interior sergipano dão novo significado ao bordado que remonta à Europa do século XVII, a partir desse fazer associado à própria condição feminina, na sociedade brasileira, desde o período colonial até a atualidade. Esse saber fazer tem passado dos baús de enxovais às passarelas da moda.

A renda irlandesa é uma renda de agulha que tem como suporte o lacê, cordão sedoso achatado que, preso a um debuxo ou risco de desenho sinuoso, deixa espaços vazios a serem preenchidos pelos pontos que compõem uma trama original e sofisticada, com motivos tradicionais e da cultura brasileira, criados e recriados pelas rendeiras, sob a liderança de uma mestra reconhecida pelo grupo.

Fazer renda irlandesa é uma atividade desenvolvida em grupo, que permite a conversa e a troca de ideias sobre projetos, técnicas, pontos e sobre a vida geralmente sofrida da mulher nordestina, que fez desse ofício o seu meio de vida.

Divina Pastora é uma cidade ligada à tradição dos engenhos canavieiros e se tornou o principal pólo da renda irlandesa em função de razões históricas e das mudanças econômicas, as quais culminaram na apropriação popular do ofício restrito originalmente à aristocracia. Em Divina Pastora, há a maior concentração de rendeiras do Sergipe, onde essa atividade tem maior importância socioeconômica e simbólica.

6.1.17 Toque dos Sinos em Minas Gerais

O Toque dos Sinos, em Minas Gerais, foi registrado, no Livro do Registro dos Saberes, como patrimônio imaterial brasileiro, em 30 de dezembro de 2009, tendo como referência as cidades de São João del-Rei, Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes.

Essa expressão está ligada à tradição da Igreja Católica, que utiliza o toque dos sinos para anunciar as missas e celebrações, como as festas dos santos e padroeiros, a Semana Santa, o Natal, os casamentos, batizados, atos fúnebres e a marcação das horas.

Em São João del-Rei e Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes ainda se conservam os diversos toques praticados em antigas vilas e cidades da América portuguesa. Essa prática tem sido sustentada por irmandades religiosas leigas, constituídas, durante o ciclo do ouro, e que se responsabilizam, desde então, pelos ofícios oferecidos à população, incluindo entre eles o de tocar os sinos.

A comunidade reconhece sua continuidade histórica e uma de suas expressões da memória coletiva, conseguindo decodificar a linguagem dos sinos e entender seus significados: em celebrações festivas, ritmos acelerados; em ocasiões fúnebres, ritmos mais lentos e solenes; com o sino paralisado, são tocadas pancadas, badaladas e repiques; já com o sino em movimento, tocam-se os dobres.

Os repiques são, geralmente, executados com um conjunto de três sinos que "conversam" entre si. O sino menor (mais agudo) faz a marcação, o médio (meião) "pergunta" e o grande (grave) "responde"[268].

Os habitantes dessas cidades se reconhecem e se distinguem de outras cidades porque atribuem significado particular ao toque dos sinos, um significado que remonta ao período barroco, com sua visão de mundo, e que constitui a expressão particular de algumas cidades coloniais brasileiras.

A canção de Tavinho Moura e Fernando Brant, intitulada *Paixão e Fé*, relata o toque dos sinos da seguinte maneira:

Já bate o sino, bate na catedral
E o som penetra todos os portais
A igreja está chamando seus fiéis
Para rezar por seu Senhor
Para cantar a ressurreição
E sai o povo pelas ruas a cobrir

268 IPHAN. *Bens culturais registrados*. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/folBemCulturalRegistradoE.jsf;jsessionid=9DEEEC02CDDFA4BE3EC32B2CBD4E6B68> Acesso em: 13 mai. 2011.

De areia e flores as pedras do chão
Nas varandas vejo as moças e os lençóis
Enquanto passa a procissão
Louvando as coisas da fé
Velejar, velejei
No mar do Senhor
Lá eu vi a fé e a paixão
Lá eu vi a agonia da barca dos homens
Já bate o sino, bate no coração
E o povo põe de lado a sua dor
Pelas ruas capistranas de toda cor
Esquece a sua paixão
Para viver a do Senhor

6.1.18 Ofício dos Sineiros

A tradição do Ofício dos Sineiros foi registrado como patrimônio imaterial brasileiro, no Livro de Registro dos Saberes, em 30 de dezembro de 2009, mesma data do registro do Toque dos Sinos, nas cidades de São João del-Rei, Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes.

Trata-se de uma atividade eminentemente masculina e que se mantém viva, nessas cidades mineiras, como referência de identidade cultural da população local, e como atividade afetiva, lúdica e devocional dos sineiros.

O Ofício dos Sineiros está na memória e na habilidade de sineiros voluntários e profissionais, que conhecem um repertório não-escrito de variados tipos de toques dos sinos, constituídos de pancadas, badaladas e repiques (executados com o sino paralisado) e de dobres (executados com o sino em movimento), adequados às ocasiões festivas ou fúnebres. Esse ofício requer observação, envolvimento e dedicação daqueles que passam a frequentar as torres das igrejas para ouvir, ver e acompanhar a execução dos toques.

O dossiê descritivo do IPHAN esclarece que os sineiros se *auto-classificam* da seguinte maneira:

> [...] como antigos sineiros – aqueles que tocam os sinos esporadicamente e são chamados para esclarecer dúvidas; jovens sineiros - os que tocam os sinos no dia-a-dia; zeladores sineiros - os que devem dar condição aos jovens sineiros de executar a sua tarefa e tocar os sinos quando estes não conseguem; e mestres sineiros – os sineiros já falecidos que fazem parte da história da localidade e são referências desse saber e do seu ofício.[269]

O registro do Ofício dos Sineiros, nas cidades mineiras, pode ser o ponto de partida para as ações de difusão e transmissão dos toques, com a gravação sonora e audiovisual dessa prática associada a ações de reprodução e divulgação da mesma.

6.1.19 Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis

O Divino vem chegando
Com seu belo resplendor
Vai dizendo viva, viva!
Viva o nobre morador!
(Canto de Chegada da Folia)

A Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, em Goiás, foi o segundo bem registrado como patrimônio imaterial brasileiro, no Livro de Registro das Celebrações, o que ocorreu em 13 de maio de 2010.

A celebração da Festa do Divino teve origem portuguesa e foi largamente disseminada no período colonial no Brasil. A estrutura básica

269 BRASIL. *O toque dos sinos em Minas Gerais*: dossiê descritivo. Brasília: IPHAN, 2009, p. 34.

da festa é composta por folias, a coroação de um imperador, e o império. Em Pirenópolis, os agentes da festa vêm, desde 1819, incorporando outros ritos e representações, como as encenações de mascarados e cavalhadas. O clímax da festa ocorre no Domingo de Pentecostes.

O dossiê descritivo do IPHAN apresenta os elementos essenciais da festa:

> A festa é composta por um grande número de eventos e celebrações. As folias da Roça, da Rua e do Padre que "giram" os bairros da cidade e a zona rural do município, recolhendo donativos para a festa. As celebrações do Império, com os cortejos do Imperador, jantares, novena, missas cantadas, alvoradas, levantamento do mastro e queima de fogos. As Cavalhadas, encenação de batalhas medievais entre mouros e cristãos. Os mascarados que, a pé ou a cavalo, circulam irreverentes pelas ruas e no Campo das Cavalhadas. A encenação de dramas e operetas e do auto "As Pastorinhas", além de ranchões, bailões sertanejos e outras formas de expressão associadas à festa. O Reinado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e o Juizado de São Benedito (deslocados de suas datas originais, outubro e abril, respectivamente), antigas festas de pretos, com seus congos e congadas e suas tradicionais distribuições de doces. A Cavalhadinha complementa a festa: realizada essencialmente por crianças, é a reprodução-mirim dos festejos e momento máximo de socialização de uma nova geração nos valores culturais essenciais aos pirenopolinos.[270]

Os "giros" são o trajeto percorrido a cada ano pelas folias. As folias giram no sentido anti-horário (do nascente para o poente), com o cuidado de não repetir, voltar ou cruzar caminhos.

O sítio histórico de Pirenópolis, compreendendo o conjunto arquitetônico e urbanístico, foi tombado como patrimônio nacional em 1990. A região possui inúmeros atrativos naturais, contando com várias

270 BRASIL. *Festa do Divino Espírito Santo*: dossiê descritivo. Brasília: IPHAN, 2010, p. 5.

áreas protegidas. Esses fatores, somados à construção de estradas que ligam Pirenópolis a Brasília e a Goiânia, fizeram aumentar o turismo e trouxe destaque para a Festa do Divino.

Cumpre destacar a importância da realização pelas crianças de até 12 anos de idade, no feriado de *Corpus Christi*, da *Cavalhadinha*. Essa celebração, dentro da festa maior busca, transmitir às novas gerações referências da identidade cultural da comunidade de Pirenópolis, promovendo o estímulo à continuidade da Festa do Divino.

O Divino vai-se embora
Na Bandeira retratado
Ele está se despedindo
De todos os convidados.
Despedida, despedida
Despedida de Belém
O Divino se despede
Prá voltar ano que vem.
(Canto de Despedida da Folia)

6.1.20 Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe

O Ritual Yaokwa, principal cerimônia do calendário ritual dos Enawene Nawe, povo indígena de língua Aruak, localizado na região noroeste do Estado de Mato Grosso, foi registrado como patrimônio imaterial, no Livro de Registro das Celebrações, em 05 de novembro de 2010.

Esse ritual tem duração de sete meses e se inicia com a saída dos homens para a realização da maior de suas pescas – a pesca coletiva de barragem. O Ritual Yaokwa se estende pelo período da seca, época em que ocorrem as interações com os temidos seres naturais do patamar subterrâneo, os Yakairiti, condenados a viver com fome insaciável e que precisam dos Enawene Nawe para satisfazer seu desejo voraz por sal vegetal, peixe e outros alimentos derivados do milho e da mandioca.

Os Enawene Nawe estabelecem uma relação de troca constante com os espíritos para manter a ordem social e cósmica, através de um

complexo ciclo ritual que se distribui ao longo do ano. O povo Enawene Nawe se divide entre os Harikare e os Yaokwa. Os Harikare são os anfitriões responsáveis pela organização do ritual e permanecem na aldeia junto às mulheres, preparando o sal vegetal, cuidando da lenha, acendendo o fogo e oferecendo os alimentos e limpando o pátio e os caminhos. Os Yaokwa partem em expedições para acumular uma grande quantidade de peixe defumado e, assim, poder retornar para a aldeia e oferecer a pesca aos Yakairiti.

A partida dos pescadores é indicada pela floração da gramínea ohã (Gymnopogo foliosu) e pela fase lunar Tonaytiri, que indicam o movimento migratório dos peixes das áreas alagáveis para as calhas dos rios, após a piracema. De volta aos acampamentos, os pescadores constroem a barragem de pesca, que segue procedimentos rigorosos para evitar o rompimento pela força das águas.

Os peixes e os alimentos vegetais produzidos e acumulados abastecem os banquetes festivos que ocorrem, diariamente, por alguns meses, em noites iluminadas por fogueiras, cantos com flautas e danças que englobam um repertório de tradições orais e outros saberes tradicionais.

6.1.21 Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro

O Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, no Amazonas, foi registrado como patrimônio imaterial brasileiro, em 05 de novembro de 2010, no Livro de Registro dos Saberes.

Esse bem cultural é formado por um conjunto estruturado, elementos interdependentes, que incluem as plantas cultivadas, os espaços, as redes sociais, a cultura material – incluindo a cestaria e os trançados com grafismos –, os sistemas alimentares, os saberes etc.

A base desse Sistema está ancorada na mandioca brava (manihot esculenta) e no seu cultivo, por 22 povos indígenas, representantes das famílias linguísticas Tukano Oriental, Aruaque e Maku, localizadas ao longo do Rio Negro, em um território que abrange os municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, no Estado do

Amazonas, até a fronteira do Brasil com a Colômbia e a Venezuela.

Os povos indígenas do Rio Negro cultivam grande diversidade de mandioca, revelando um sistema marcado pela produção de variedades de plantas como um valor em si, sem relação direta entre o uso de uma variedade de mandioca e determinado produto (farinha, beiju, mingau, caxiri etc.). Existem variações nas formas de cada povo da região manejar e pensar a prática agrícola, mas há uma *práxis* compartilhada.

Com o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, os grupos indígenas compartilham formas de transmissão e circulação de saberes, práticas, serviços ambientais e produtos que tornam possível identificá-los como grupo portador de uma identidade comum, vivenciada, constantemente, pela comunidade indígena, detentora do conhecimento sobre o manejo florestal, os locais apropriados para cultivar, coletar, pescar e caçar, explorando as potencialidades do ecossistema da região sem degradá-lo.

6.1.22 Festa de Sant'Ana de Caicó

A Festa de Sant'Ana de Caicó, no Rio Grande do Norte, foi registrada, em 10 de dezembro de 2010, como patrimônio cultural imaterial brasileiro, no Livro de Registro das Celebrações.

Trata-se de uma celebração tradicional que ocorre, anualmente, há mais de 260 anos, em Caicó, região que tem destaque no artesanato de bordados, comidas e bebidas típicas e que reúne rituais religiosos e profanos, além de outras manifestações culturais da região do Seridó, remontando processos de formação da sociedade brasileira no período da colonização portuguesa. A festa ocorre da quinta-feira anterior ao dia 26 de julho, dia de Sant'Ana, até o domingo subsequente e inclui, também, um "ciclo preparatório" que se inicia, geralmente, no mês de abril.

Atualmente, os principais eventos festivos são:

> o "ciclo de preparação da Festa de Sant'Ana" que inclui as Peregrinações Rurais e Urbanas e seus rituais de missa e procissão, assim

> como o Encontro das Imagens e a Peregrinação a Sant'Ana "Caravana Ilton Pacheco"; abertura oficial da Festa marcada por caminhada solene, quando o estandarte de Sant'Ana é hasteado em mastro localizado em frente à Catedral; as programações sócio-culturais promovidas tanto pela paróquia quanto pelo governo e população em geral, entre os quais se incluem: Jantar e a Feirinha de Sant'Ana, Arrastão da Juventude, Marcha dos Idosos, Baile dos Coroas, a Festa da Juventude, eventos na Ilha de Sant'Ana, Festa do Re-encontro, Festas dos Ex-alunos; as novenas, bênçãos, missas, demais ritos litúrgicos e expressões culturais a eles relacionadas, como o Ofício de Sant'Ana e o Hino de Sant'Ana; a Cavalgada e o Leilão de Sant'Ana, expressão de devoção dos vaqueiros e de rememoração; a Carreata de Sant'Ana, momento em que os motoristas, caminhoneiros, motoqueiros, ciclistas e pedestres seguem em cortejo para receber benção e acompanhar a novena em sua homenagem; a Missa Solene na qual ocorre também o fim da ornamentação do andor; o momento do "beija" que ocorre antes e depois da Procissão Solene; a Procissão de encerramento da Festa de Sant'Ana quando o andor circula pela cidade. Além das celebrações, os dias da Festa incorporam muitas outras manifestações culturais que contribuem para a construção das identidades e para a expressão deste complexo cultural. Desta forma, destacam-se também: os ofícios e modos de produção tradicionais das "comidas" do Seridó potiguar e dos muitos artesanatos sertanejos como, por exemplo, os bordados do Seridó; os diversos lugares significativos para a história e a identidade seridoense em geral e caicoense em particular como, por exemplo, o Poço de Sant'Ana; as músicas e bandas, os Hinos, os poemas, o "Beija" e demais formas de expressão do sertão norte-rio-grandense.[271]

A Festa de Sant'Ana é um grande evento cultural e social em que, ao longo do tempo, diferentes tipos de entretenimento passaram a

271 IPHAN. *Bens Culturais Registrados*. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/folBemCulturalRegistradoE.jsf;jsessionid=0204D0992E6FD26F49526F6F6513FEC9>. Acesso em: 13 de mai. 2011.

ocupar os espaços públicos da cidade, contribuindo na formação da identidade do povo seridoense. As oposições entre homens e mulheres, solteiros e casados, adultos e crianças ainda se fazem sentir, mas estão sendo assimiladas e *ressignificadas* para a população do Seridó, entrelaçando o sagrado e o profano, que se misturam a outras expressões culturais da região, reforçando os sentimentos de pertencimento de identidade da comunidade.

6.2. Candidatos ao Registro[272]

Os bens, cujos processos já estão em andamento, têm boa chance de se tornar, em breve, os próximos a conquistarem o registro. Embora este trabalho tenha seu foco nos bens já registrados, entendeu-se que apresentar os bens em processo e em inventário pode contribuir para o melhor entendimento dos desdobramentos da trajetória que leva ao registro.

A instauração do processo administrativo para reunião de documentos e avaliação da relevância cultural do bem dá início à tramitação do processo de registro. O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural é a instância superior à qual será remetido o processo concluído para a decisão final sobre o registro. Os processos de registro, em andamento, no IPHAN, até março de 2011, eram os seguintes:

- Teatro de Bonecos Popular do Nordeste
- Festa do Divino Espírito Santo da Cidade de Paraty – Rio de Janeiro
- Ofício de *Raizeiras* e *Raizeiros* no Cerrado
- Sítio de São Miguel Arcanjo – Tava Miri dos povos indígenas Mbyá-Guarani
- Bico e Renda Singeleza – Alagoas

272 Em conformidade com as informações disponíveis no site do IPHAN, em maio de 2011. Disponível em: <http://www.iphan.org.br>. Acesso em: 13 mai. 2011.

- Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão
- Caboclinho, Cavalo-Marinho, Maracatu Nação, Maracatu Rural – Pernambuco
- Fandango Caiçara – Paraná e São Paulo
- Modo de Fazer Tradicional da Cajuína do Piauí
- Carimbó – Pará
- Modo de Fazer Arte Santeira do Piauí
- Congadas de Minas Gerais
- Festa de São Sebastião de Cachoeira do Arari, na Ilha de Marajó – Pará
- Festa de Nosso Senhor do Bonfim – Salvador, Bahia
- Festa de São Benedito de Aparecida – São Paulo
- Bonecas Karajá – Goiás e Tocantins
- Procissão do Senhor Jesus dos Passos, em Florianópolis – Santa Catarina
- Ofício de *Tacacazeira* na Região Norte
- Região doceira de Pelotas – Rio Grande do Sul
- Literatura de Cordel

Os inventários promovidos pelo IPHAN visam documentar aspectos da vida social que podem ser considerados referências de identidade para um grupo ou uma comunidade e fazem parte da instrução dos processos.

O IPHAN tem contado com algumas parcerias para a realização de inventários de bens culturais. A metodologia utilizada, entretanto, é sempre a do IPHAN, contando com recursos do parceiro ou sua participação até mesmo na aplicação dos questionários. Cabe ao IPHAN o pronunciamento técnico sobre as propostas, mas a instrução poderá ser realizada em parceria com instituições públicas ou privadas, buscando aproveitar, também, o conhecimento já produzido sobre as manifestações culturais.

6.3 Legitimação do Patrimônio

A documentação histórica e etnográfica, levantada, durante a instrução dos processos de registro de patrimônios imateriais, pode impedir a apropriação privada indevida desses bens, além de constituir precioso material para a reivindicação de direitos de propriedade intelectual já que comprova, historicamente, que determinado grupo detinha um conhecimento ou prática. Contudo, a legislação brasileira e as Resoluções da UNESCO ainda deixam muitos pontos em aberto, no que diz respeito à proteção aos bens de natureza imaterial reconhecidos e registrados. Por exemplo, ainda não são claras as salvaguardas dos direitos de imagem e da propriedade intelectual criadas pelo reconhecimento e registro.

A UNESCO criou, em 1997, uma nova distinção internacional intitulada "Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade", concedida a espaços ou locais, onde são regularmente produzidas expressões culturais e a manifestações da cultura tradicional e popular. Em 2003, foram acrescentados 28 itens à lista e entre eles estava a Arte Kusiwa – pintura corporal e arte gráfica Wajãpi. Em 2005, entre os 43 integrantes da nova lista estava o Samba de Roda no Recôncavo Baiano[273].

Em qualquer campo simbólico, vários elementos e agentes interferem no processo de legitimação. O mesmo acontece no caso dos registros dos bens de natureza imaterial pelo IPHAN. Questões políticas podem influir na celeridade de um processo, na seleção dos bens suscetíveis de registro, nas regiões do país que serão contempladas com a distinção. O Registro do Samba de Roda do Recôncavo Baiano foi realizado após um inventário, que contou com qualidade técnica apurada e em tempo recorde de cinco meses para sua confecção. Essa agilidade e apuro técnico possibilitaram a sua candidatura à III Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, promovida pela UNESCO. Entre as críticas possíveis ao

273 Essa "Lista de Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade" não existe mais. Atualmente, esses bens estão inscritos na "Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade".

rito sumário desse processo de registro comenta-se que o fato, do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, ser baiano e que fez com que tudo acontecesse com mais apuro e rapidez. Não se pensa, evidentemente, que esse bem não mereça as honras que tem recebido, mas que são muitos os bens de natureza imaterial, no Brasil, que também mereceriam e que podem ter sido preteridos, estando à espera de uma melhor sorte política para que possam ser reconhecidos.

Reafirma-se a ação de diferentes variáveis, nesse campo simbólico que, por sua complexidade, merece investigações cada vez mais aprofundadas e que balizem, com clareza, as políticas públicas, que garantam a participação cada vez maior da comunidade, evitando que alguma das variáveis sobressaia nesse jogo de poder que, sem equilíbrio, tende a ser favorável para uns em detrimento de outros. Está em estudo a criação do *Livro das Línguas*, que visa à preservação de idiomas e dialetos falados, no território nacional, especialmente por populações indígenas. O artigo 1º do Decreto 3.551/2000, já previa a possibilidade de criação de outros livros de registro, o que certamente facilitará os trâmites, caso se decida realmente pela abertura de um novo livro. A linguagem verbal é uma das mais importantes formas de transmissão e salvaguarda da cultura. Nesse sentido, registrar idiomas e dialetos falados no território nacional é, sem dúvida, um incentivo à preservação desse importante patrimônio *identitário.*

O artigo 7º do Decreto 3.551/2000, prevê, ainda, a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos. Segundo esse artigo, negada a revalidação, deverá ser mantido apenas o registro como referência cultural de seu tempo. Essa medida demonstra a sabedoria do legislador que prevê a avaliação e o rebaixamento da condição do bem sem, contudo, tirar-lhe o mérito de ter sido, significativamente, representativo no contexto histórico-temporal. Com a possibilidade de "reprovação", o governo federal estimula a comunidade, os estados e municípios envolvidos com o bem registrado a tentarem assegurar que o motivo de orgulho gerado pelo registro e o consequente reconhecimento nacional – propiciador, inclusive, de recursos econômicos – sejam preservados, estimulando a sua transmissão às próximas gerações.

A ação do governo é preventiva e tenciona evitar o desaparecimento das práticas registradas. A reavaliação sistemática demonstra que cabe à comunidade o aproveitamento do *status* atingido pelo registro com a manutenção e salvaguarda do bem imaterial.

7. Patrimônio Imaterial e Movimento Turístico no Brasil

Mande-me umas fotografias de sua terra. Há por aí obras de arte coloniais? Imagens de madeira, igrejas interessantes? Conhecem-se os seus autores? Há fotografias? Acredite: tudo isso me interessa mais que a vida. Não tenha medo de me mandar um retrato de tapera que seja. Ou de rio, ou de árvore comum. São as delícias de minha vida essas fotografias de pedaços mesmo corriqueiros do Brasil. Não por sentimentalismo. Mas sei surpreender o segredo das coisas comezinhas da minha terra. E minha terra é ainda o Brasil. Não sou bairrista.

Carta de Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo.

Para que o 'turismo cultural' possa se desenvolver, é necessário que os moradores, empresários e gestores públicos conheçam, apreciem, protejam e promovam o seu patrimônio. Não podemos esquecer que o que dá vida, cor e sabor local à experiência de qualquer visita são as pessoas que aí moram, trabalham e se divertem. Se a população, os hoteleiros, taxistas, comerciantes e vendedores não conhecerem e gostarem de seus ambientes especiais e de suas manifestações culturais, não saberão como comunicar e o que indicar aos visitantes.

Como afirma Brian Goodey, "se uma comunidade não conhece a si mesma, terá pouca chance de se beneficiar dos frutos do turismo ou de enriquecer a experiência do visitante."[274] É por isso que se diz que um lugar só é bom para o turista se for bom para o morador.

Convém recordar o argumento de Marta Anico, no sentido de que:

274 GOODEY, Brian. Interpretação e comunidade local. *In*: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). *Interpretar o patrimônio:* um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002c, p. 52.

> [...] a expansão dos processos de patrimonialização permitiu, por isso, incorporar uma multiplicidade de passados democráticos, domésticos, nalguns casos traumáticos, que remetem para uma visão mais inclusa da história, da memória e da cultura, pelo que os fenômenos de patrimonialização já não se restringem à seleção e ativação de referentes culturais associados às vivências das elites e das classes dominantes, para cada vez mais incluir versões alternativas e/ou ocultas, agora autorizadas pelo abandono das *metanarrativas*.[275]

Entre os instrumentos mais utilizados para ajudar a comunidade a se comunicar com o turista, a fim de viabilizar bens culturais locais, como motor do desenvolvimento turístico, destaca-se a interpretação do patrimônio.

A interpretação do patrimônio, ou interpretação ambiental, é hoje uma tradição técnica e acadêmica muito usada nos países com tradição em turismo cultural e de natureza – como a Inglaterra, por exemplo – e "envolve esclarecimentos, pesquisa, *design* e a transmissão de valores e conhecimentos".[276] Nasceu como interpretação ambiental nos parques americanos, no final da década de 1950, para sensibilizar os visitantes e convencê-los a ajudar a proteger a natureza. Depois, em meados dos anos 70, ganhou as cidades americanas e europeias, foi o tempo das trilhas para caminhadas pelos centros urbanos e suas áreas verdes que, com a ampla participação de professores, estudantes, comerciantes e moradores, recuperaram e valorizaram áreas históricas, comerciais e de lazer para desfrute da população e do crescente número de visitantes.

Na Inglaterra, depois que a preservação e a interpretação do patrimônio ambiental urbano passaram a sensibilizar os cidadãos e grandes segmentos de sua população se engajaram no movimento, o patrimônio cultural se desenvolveu como principal recurso da indústria turística, daquele país, como afirmam Stela Maris Murta e Celina Albano:

275 ANICO, Marta. *Op. cit.*, p. 77.

276 GOODEY, Brian. *Op. cit.*, 2002c, p. 47.

> A tradição da interpretação do patrimônio natural e cultural sinaliza justamente o valor único de um determinado ambiente, buscando estabelecer uma comunicação com o visitante, ampliando seu conhecimento. Em outras palavras, visa estimular suas várias formas de olhar e apreender o que lhe é estranho. Como a experiência turística é fortemente visual, o olhar do visitante procura encontrar a singularidade do lugar, seus símbolos e significados mais marcantes. Os ambientes, sobretudo as cidades, devem ser vistos como um enigma a ser desvendado pela exploração, como um texto a ser interpretado pelo explorador.[277]

Nesse sentido, o *slogan* "Unity through diversity", presente em vários documentos da União Europeia, indica tanto a necessidade da união quanto do reconhecimento da diversidade e o consequente respeito pela identidade do outro, entendida como recurso a ser interpretado e integrado ao contexto da herança cultural europeia.[278]

A imagem do lugar é formada por fatores, muitas vezes, intangíveis, elementos que, aglutinados em uma localidade, oferecem um panorama extremamente convidativo aos visitantes. Nesse sentido, o patrimônio imaterial é um elemento-chave para a constituição dos destinos turísticos.[279] A revitalização de muitas cidades está associada a valores culturais que interferiram na formação de uma concepção positiva das imagens e percepções sobre locais que passaram pelo que poderíamos chamar de um "renascimento urbano", provocado pelos atrativos relacionados aos bens patrimoniais. Cidades que não dispõem de uma oferta cultural minimamente atrativa, dificilmente poderão

277 MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. Interpretação, preservação e turismo: uma introdução. *In*: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). *Interpretar o patrimônio:* um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002a, p. 9.

278 HARRISON, Stephen. Culture, tourism and local community – the heritage identity of the Isle of Man. *Journal of Brand Management*, n. 9, v. 4/5, Apr. 2002, p. 355-371.

279 BIGNAMI, Rosana. *A imagem do Brasil no turismo*: construção, desafios e vantagem competitiva. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2002.

atrair ou manter atividades ligadas ao turismo de forma criativa e competitiva.[280]

A partir de sua implantação, o turismo pode redefinir realidades sociais, criando expectativas em função de imagens projetadas, adaptando as localidades a essas expectativas.[281]

No passado, apenas os museus estavam autorizados a expor referentes culturais *patrimonializados*. Os museus basearam, durante séculos, as suas atividades numa aura de autenticidade histórica e cultural que incluía a questão da raridade ou da genialidade do autor dos objetos colecionados e exibidos. Por outro lado, segundo Marta Anico:

> A própria imagem dos museus, como templos do conhecimento e instituições de reformação cívica e intelectual, baseava-se precisamente na centralidade que conferiam aos objetos e ao mundo material, vindo de encontro à necessidade de criação de uma base empírica destinada a suportar os conceitos de autenticidade e originalidade, na construção de narrativas em torno da autoridade cultural dos museus da modernidade. Nesses contextos *museológicos*, os significados conferidos aos objetos baseavam-se, fundamentalmente, na sua materialidade, ou seja, nas suas características físicas. O estudo aprofundado dos objetos permitia, assim, classificá-los e ordená-los de acordo com taxonomias destinadas a ilustrar uma narrativa de progresso e de evolução protagonizada pela sociedade ocidental, que adquiria um estatuto científico e universal mediante uma epistemologia positivista.[282]

280 GANAU, Joan. El papel de la cultura en el cambio económico y la promoción de las ciudades. El caso de Philadelphia. *Scripta Nova: Revista eletrónica de geografía y ciencias sociales*, v. 11, 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-24561.htm>. Acesso em: 02 fev. 2008.

281 HALL, Michael C. *Tourism and Politics*: policy power and place. London: John Wiley and Sons, 1994.

282 ANICO, Marta. *Op. cit.*, p. 5.

Interpretar é um ato de comunicação. É o que faz um artista quando interpreta uma peça de teatro, uma música, uma dança; é o que faz um guia de viagem, ao contar fatos e histórias sobre determinado lugar ou monumento; é o que faz a chamada sinalização turística para o pedestre, orientando-o e informando-o sobre os vários lugares especiais de uma cidade ou sobre a flora e a fauna de uma mata; é o que faz um contador de histórias para entreter amigos e visitantes; é também o que fazem as publicações como mapas, livros, guias e cartilhas sobre determinado lugar ou país; é finalmente o que faz o artista ou artesão, ao dar forma a sua expressão. Todas essas formas de comunicação são atos de interpretar o mundo e a natureza que nos cerca. Interpretar o patrimônio é acrescentar valor à experiência do turista e visitante e constitui um elemento essencial para a conservação e gerenciamento do patrimônio histórico e cultural.

Desde o século passado, os meios de comunicação de massa têm atuado como amplificadores do interpretar, como mediadores das relações sociais e interpessoais, agendando pautas e orientando a opinião pública.[283] Não resta dúvida de que as mídias modernas têm interferido diretamente na comunicação dos bens culturais aos viajantes, que preferem coisas com mais apelo e mais *glamour*. Nesse sentido, Beatriz Lage adverte:

> Quaisquer que sejam as conjecturas existentes, formuladas no decorrer da Era Moderna, o interessante a ser ressaltado é que estes princípios só foram objeto de destaque porque a sociedade e seus hábitos de consumo também deram sinais de grandes mudanças que, juntamente com o aparecimento das mídias associadas ao revolvimento motivado pelo avanço tecnológico, possibilitaram um enriquecimento ainda maior do produto cultural das experiências humanas.[284]

283 WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação.* 5. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

284 LAGE, Beatriz Helena Gelas. Comunicação de massa e turismo.

Os conceitos ligados à identidade do cidadão e da comunidade estão sendo desafiados a participar de uma nova dinâmica provocada pelas implicações da globalização e do contexto do multiculturalismo.[285] As novas dinâmicas sociais estão sendo experimentadas num contexto histórico determinado, algo que permite o fortalecimento da tradição e das diferenças como forma de encontrar identidades e significados num mundo homogeneizado.[286]

Interpretar o patrimônio é acrescentar valor à experiência do visitante e constitui um elemento essencial para a conservação e gerenciamento dos recursos históricos e culturais, como afirmam Stela Maris Murta e Brian Goodey:

> Enquanto processo de acrescentar valor ou de realçar a experiência de um lugar, a interpretação estimula a apreciação ambiental e promove entretenimento para usuários e visitantes. Enquanto arte de apresentar lugares e expressões culturais, a interpretação é elemento essencial à conservação e gestão do patrimônio, uma vez que orienta o fluxo de visitantes visando à proteção do objeto da visita.[287]

A existência de espaços para manifestação cultural, numa cidade, é importante, pois eles possibilitam a democratização do conhecimento, o incentivo e proteção da produção cultural[288] e o intercâmbio entre as

In: LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César (Orgs.). *Turismo:* teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000, p. 45.

285 Por multiculturalismo entende-se a diversidade de culturas e expressões culturais presentes num mesmo lugar, onde coexistam diversas crenças e modos de vida. SERRANO, Donna Catalina Cabrera. *Op. cit.*, p. 84-93.

286 GIDDENS, Anthony. *Op. cit.*, 1996.

287 MURTA, Stela Maris; GOODEY, Brian. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. *In*: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). *Interpretar o patrimônio:* um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002b, p. 14.

288 MURPHY, Clare; BOYLE, Emily. Testing a conceptual model of

pessoas de um grupo social, entre diferentes grupos e épocas, espaços de excelência para o exercício da democracia.

O grande mérito da interpretação é a popularização da história, da cultura e do conhecimento ambiental, possibilitando ao turista e ao visitante uma melhor compreensão do que vêem, uma experiência mais intensa com as pessoas que os atendem e um enriquecimento com o aprendizado informal que acontece, enquanto se divertem no tempo de lazer. Os visitantes e turistas acabam por dar mais valor à cultura local e o patrimônio é, também, valorizado, economicamente, enquanto produto turístico.[289] Isso constitui um espaço de trocas, no qual vários capitais simbólicos e materiais circulam, promovendo um movimento de mão dupla, beneficiando a todos e agregando valor à localidade.

A interpretação pode resultar em uma experiência inesquecível para o morador e para o visitante e pode partir de um passeio com guias criativos, de assistência a uma roda de samba ou de capoeira, de um sarau em fazendas históricas, da participação em uma roda de contadores de histórias, com sabor e clima local, de uma visita aos ateliês de artistas e artesãos para o "ver fazendo", de uma ida a uma feira ou mercado popular bem apresentado e cheio de vida, da compra e venda da produção local e regional, do compartilhamento das festas populares, nas quais os próprios festeiros interpretam o sentido da celebração com músicas, ritos, danças e vestimentas variadas.

Sobre as festas populares, Marcelo Ribeiro ressalta que elas: "expressam as formas identitárias de grupos locais, cujo motivo de encontro, de fé ou simplesmente de celebração, atrai e identifica a devotos e indivíduos de mesma identidade".[290] Eny Kleyde Vasconcelos Farias esclarece que "ao processo interpretativo agregam-se fontes de revelação baseadas no imaginário: mitos, ritos, arquétipos, símbolos, ícones,

cultural tourism development in teh post-industrial city: a case study of Glasgow. *Tourism and Hospitality Research*, n. 6, v. 2, Fev. 2006, p. 111-128.

289 MURTA, Stela Maris; GOODEY, Brian. *Op. cit.*, 2002b, p. 13.

290 RIBEIRO, Marcelo. *Op. cit.*, p. 49.

alegorias, cotidiano, cotidianidade e lugar."[291]

Outro aspecto da interpretação é o fato de ela se servir de várias artes e da tecnologia, utilizar o desenho, a fotografia, as artes gráficas, a informática e a robótica, para exibir, valorizar e enriquecer lugares e objetos. Entre os recursos mais utilizados estão:

1. a sinalização turística interpretativa voltada para os pedestres, que decifra lugares da cidade, sua história e monumentos, seus personagens, mitos e lendas, a arquitetura de várias épocas;
2. as atrações temáticas que revelam histórias e práticas culturais singulares do lugar, por meio de painéis coloridos e atraentes;
3. os museus e centros de cultura, que promovem uma verdadeira revolução na apresentação de seus acervos de forma dinâmica e interativa, interpretando-os com recursos que dão movimento, imagem, som e até cheiro, levando os visitantes a experimentar paisagens, tecnologias, usos e costumes de épocas passadas e presentes;
4. o texto, impresso ou virtual, que compõe mapas e *folders* ilustrados para orientar a descoberta dos "tesouros" da cidade, promovendo a educação ambiental e patrimonial informal e lúdica, tanto do turista quanto do morador, permitindo a todos a experiência de turistas culturais.

A interpretação associada ao turismo e aplicada aos bens culturais pode gerar diversos benefícios para a comunidade. Para Beatriz Lage e Paulo Milone o turismo:

> [...] tem efeito duplo sobre a cultura; de um lado, criando valor econômico, ele pode ajudar a preservar a cultura, beneficiando tanto os turistas como os receptores. Por exemplo, prédios religiosos, locais arquitetônicos, danças tribais são valorizadas por ambos os grupos; e, por outro lado, a cultura pode ser distorcida

291 FARIAS, Eny Kleyde Vasconcelos. *Op. cit.*, 2002, p. 59.

> pelo turismo quando o mesmo *charme* cultural é substituído por imitações, sejam cópias de artesanatos ou de música tradicional. Igualmente, o desgaste físico excessivo pode prejudicar esse patrimônio natural e artificial.[292]

O efeito multiplicador do turismo traz vários benefícios a uma comunidade, mas também pode ser o gerador de problemas sociais. O Brasil tem sofrido com inúmeros desses efeitos negativos, tais como o chamado 'turismo sexual', a devastação do patrimônio cultural e natural, devido ao desrespeito, à sobrecarga de visitação etc. Esses são apenas alguns dos exemplos do turismo não sustentável. Sem a preocupação e o cuidado preventivo com os bens culturais, que poderiam evitar lacunas, na história da comunidade, podem-se criar espaços que não serão facilmente preenchidos.

Por outro lado, como adverte Cecília Rodrigues dos Santos, há que se ter cuidado com a tentativa extrema para recuperar o patrimônio cultural destruído, ensaiando a construção de simulacros perdidos da história e da identidade de um município que conduzem à multiplicação de:

> [...] processos de *ressemantização* de estruturas vazias com os novos ícones da florescente indústria de cultura de massa, bem como construção de cenários às vezes até animados com personagens, mas isolados de qualquer contaminação com a realidade, espaços esvaziados de vida e conteúdo cultural que, no máximo, poderiam ser identificados como parques temáticos, todos iguais entre si. A justificativa é sempre a 'criação de empregos', quando deveria ser o exercício pleno da cidadania, ou a 'abertura para o mercado', quando deveria ser a abertura para a sociedade.[293]

292 LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. *Op. cit.*, 2001, p. 166.

293 SANTOS, Cecília Rodrigues dos. *Op. cit.*, p. 46.

A restauração, conservação e promoção do patrimônio cultural de uma sociedade devem ser geradoras de trabalho e renda para o conjunto de seus membros, devem assegurar benefícios para a comunidade. Contudo, recuperar o passado não deve ser compreendido como a repetição do tempo, mas sua reinvenção. A tentativa de contar o passado deve adaptar-se a uma nova linguagem, ou seja, a do presente. O objetivo principal deve ser o de reavivar formas anteriores de comunicação coletiva, agregando valor à experiência.[294] Segundo Stela Maris Murta e Brian Goodey:

> Vários planos de revitalização urbana têm utilizado intensamente o planejamento interpretativo como estratégia de desenvolvimento, sobretudo de projetos de lazer, recreação e turismo. Buscar uma nova base econômica para uma comunidade significa compatibilizar seus conhecimentos e habilidades com as pressões do 'progresso', inclusive a demanda turística. Neste sentido, o planejamento interpretativo estimula a capacitação adequada para assegurar o envolvimento local nos novos rumos econômicos, estimulando a ação conjunta dos poderes públicos e da iniciativa privada.[295]

Há um vasto campo de trabalho para o governo e as organizações praticarem a interpretação com a comunidade: ações como oficinas de artesanato, artes e ofícios, oficinas de restauro, oficinas de letreiros, concursos de melhor fachada ou quarteirão, pesquisa para conhecer melhor o perfil do visitante e turista, formação de guias criativos, resgate da história oral com os mais velhos para formar contadores de histórias, cursos especiais para taxistas, um processo permanente de qualificação e atualização

294 BARREIRA, Irlys Alencar *Op. cit.*, p. 314-339.

295 MURTA, Stela Maris; GOODEY, Brian. *Op. cit.*, 2002b, p. 19.

de quadros locais para bem receber visitantes e proteger seu lugar.[296]

A interpretação pode ser considerada um programa ou perspectiva administrativa de planejamento, desenvolvimento e incremento utilizada para comunicar e veicular as informações relativas ao patrimônio cultural.[297]

O papel da interpretação, portanto, não é restrito apenas à relação com a comunicação histórica, mas pode se estender como base para um *marketing* eficiente. Segundo Berry:

> Interpretação não trata somente da comunicação, mas também de capacidade e sucesso comercial. A interpretação eficiente trará um papel importante à atratividade e gerenciamento dos visitantes, ajudando a determinar como os limites de capacidade devem ser estabelecidos, gerenciados e monitorados. Estes, por sua vez, ajudam a determinar quais atividades comerciais podem ser viáveis no atrativo.[298]

O viajante quer, cada vez mais, percorrer roteiros não visitados, buscando o meio ambiente e a compreensão da cultura e história de outros lugares, quer uma experiência que o enriqueça culturalmente.[299] Entre as medidas mais indicadas para que o 'turismo cultural' possa atender aos anseios dos viajantes cumpre destacar: o apoio às celebrações e eventos já existentes nas localidades, além da criação de novos eventos; a combinação de atrações locais com as de outras localidades

296 THOMAS, Deborah A. Development, 'culture', and the promisse of modern progress. *Social and Economic Studies*, v. 54, n. 3, sep. 2005, p. 97-125.

297 DI GIORGI, Camilo Hernandez. *Turismo cultural em Ouro Preto*: bens para o conhecimento de seus turistas e sua visitação. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

298 BERRY, S. Conservation, capacity and cashflows – tourism and historic building management. *In*: SEATON, A. V. (Ed.). *Tourism*: the state of the art. Chichester: Jon Wiley & Sons, 1994, p. 714. [Tradução livre do autor deste livro.]

299 LEITE, Edson. *Op. cit.*, 2004, p. 171.

próximas com potencial turístico, possibilitando inclusive uma permanência maior do visitante na região; a *potencialização* e divulgação da imagem do local, como uma referência cultural significativa; a melhoria de aspectos relacionados à infraestrutura, incluindo comunicações, hotéis, praças etc.; o aproveitamento do entorno dos centros, onde ocorra uma prática cultural.[300]

Assim, o patrimônio cultural dá significado, converte e constrói valores para objetos e fenômenos culturais. Existe uma dimensão utilitária inerente a todo o processo de construção do patrimônio cultural de uma nação, dando à comunidade um sentimento de grupo, uma consciência de pertencimento e de identificação coletiva.

7.1 O Turismo e o Patrimônio Imaterial Registrado no Brasil

Os primeiros tombamentos de patrimônio material, no Brasil, ocorreram a partir de uma redefinição dos conteúdos culturais da nação. Nesse sentido, teve papel crucial à obra de Gilberto Freyre, de um lado e, de outro, o entendimento dos modernistas de 1922. Eles cristalizaram a ideia de uma matriz tripartite de contribuições para a formação do povo brasileiro: os brancos (portugueses), os índios e os negros. Além disso, definiram um *estilo* como *nosso*: o "barroco brasileiro". É no governo Vargas, mediante a ação de Gustavo Capanema, à frente do Ministério de Educação e Saúde, que se institui o princípio do tombamento de bens históricos integrantes do patrimônio cultural nacional regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25/37.

Nesse contexto, as cidades históricas mineiras foram sobejamente contempladas com os tombamentos de seu patrimônio material em detrimento, muitas vezes, de locais igualmente significativos de outras regiões. Cumpre ressaltar a forte influência exercida pela Igreja Católica, no intuito de assegurar o tombamento de igrejas e conventos,

300 GANAU, Joan. *Op. cit.*

evidenciando a tradição religiosa brasileira.

A ideia da preservação das práticas culturais derivadas da matriz tripartite da formação do povo brasileiro está explícita na Constituição Federal de 1988 e tem regido a atuação do IPHAN, na seleção de bens imateriais a serem registrados. O IPHAN busca privilegiar bens que sirvam de referência à formação da imagem da nação brasileira e pode utilizar os bens reconhecidos por patrimônio imaterial como mais um instrumento de projeção do país, no exterior, atraindo turistas, especialmente aqueles interessados na exótica cultura brasileira.

O turismo tem crescido em todo o Brasil, embora o país apresente índices inferiores ao de outros países em desenvolvimento. O tombamento e o registro de bens culturais podem contribuir, significativamente, para o aumento do turismo cultural, constituindo atrativos para as visitas.

Quanto às viagens motivadas pelo lazer, o Rio de Janeiro, apesar da incontrolável violência urbana de que está acometido, é o primeiro na preferência dos turistas. Sol e praia não faltam à cidade abençoada com uma das mais belas vistas naturais do mundo para justificar essa preferência. Foz do Iguaçu, a cidade das grandiosas cataratas, na divisa do Brasil com a Argentina e o Paraguai, é a segunda escolhida. Em seguida, uma cidade da Região Sudeste, São Paulo – reino do turismo de negócios e de entretenimento brasileiro –; e outra da Região Sul: Florianópolis – cidade de sol e praia com pouca violência urbana e mais próxima dos países vizinhos da América do Sul –; e, por fim, Salvador, na Bahia, a terra quente e exótica talhada sobre a comunidade afro-brasileira.

Das cinco cidades mais procuradas para o lazer dos turistas, a que melhor explora seu patrimônio cultural é Salvador. O próprio IPHAN e o Ministério da Cultura – então, sob a responsabilidade do baiano Gilberto Gil – têm incentivado essa postura, promovendo o registro de dois bens de natureza imaterial, no Estado da Bahia, mas que se desenvolvem, também, para além da capital desse Estado.

São Paulo e Rio de Janeiro estão entre os cinco estados mais

procurados para lazer, para negócios e para outros motivos. Percebe-se, portanto, uma clara desvantagem das demais unidades da federação brasileira com relação a São Paulo e Rio de Janeiro.

Quanto ao turismo interno, a movimentação anual de passageiros, nos aeroportos brasileiros, vem se desenvolvendo. Esse dado costuma ser um indicador significativo do número de viajantes no país. No caso brasileiro, a quantidade de embarques e desembarques, nos aeroportos, cresceu substancialmente.

Os resultados positivos do turismo não foram equivalentes para todas as regiões do país, nem para todos os envolvidos. A diversidade e a fragmentação das atividades culturais desenvolvidas, nas regiões brasileiras, é expressiva, mas estão timidamente representadas pelos bens registrados. O turismo deve ser analisado no contexto da região em que é praticado, levando em conta o peso de cada região, no contexto geral, e o peso de cada atividade para a região.

A Região Sul, tradicionalmente reconhecida pela colonização europeia, não possui nenhum bem cultural de natureza imaterial registrado. A Região Sudeste, a que possui maior desenvolvimento econômico e o maior número de visitantes, possui poucos bens registrados. A Região Norte ganhou destaque, nos últimos registros, e a Região Nordeste possui a maior quantidade de registros por região no país.

Alguns dos registros envolvem práticas culturais desenvolvidas em regiões limítrofes do país, áreas que fazem fronteiras com outras nações, como é o caso da Cachoeira do Iauaretê, no Amazonas, na Região do Alto Rio Negro, e da Arte Kusiwa, na divisa entre o Brasil e a Guiana Francesa, no Amapá, regiões de acesso difícil e sem infraestrutura para o turismo.

Entre os bens registrados, destacam-se algumas das formas de samba praticadas no território nacional: o samba de roda, no Recôncavo Baiano; o tambor de crioula, no Maranhão; as matrizes do samba no Rio de Janeiro, e o jongo, no Sudeste – que não é propriamente uma modalidade de samba, mas um ritmo afro-brasileiro que utiliza o esquema métrico do batuque.

A tendência dos registros sinaliza para questões simbólicas que

identificam o Brasil interna e externamente. Este país tem sido reconhecido como a nação do futebol, do carnaval, do samba e da mulata. Não resta dúvida de que a música brasileira ganhou destaque, em todo o mundo, a partir de Villa-Lobos, Carmem Miranda, da Bossa Nova, do Tropicalismo etc. Talvez, esse seja um dos motivos da priorização, por parte do IPHAN, com relação às manifestações relacionadas ao samba. Contudo, essa política não foi expressa, abertamente, pelos agentes responsáveis. É preciso destacar que, no caso dos registros, várias forças simbólicas estão presentes e, em geral, prevalece a vontade governamental, em muitos casos, orientada pelos gostos pessoais.

O patrimônio imaterial constitui uma área complexa em que vários poderes estão em jogo e o capital simbólico entra nas operações e em todas as negociações.[301] Entretanto, os pesos devem ser definidos e as medidas devem estar claras para que a política pública, referência à identidade nacional, não se torne algo aleatório submetido aos caprichos do acaso.

São Paulo é o estado brasileiro com maior movimentação de passageiros e, apesar desse fato, conta com um único bem registrado: o *Jongo no Sudeste*. Cumpre ressaltar que o *Jongo* está espalhado pelo Vale do Paraíba, incluindo parte do interior do Rio de Janeiro e de São Paulo. Um único registro e espalhado pelo interior do Estado. A relação desse registro com as práticas de turismo é mínima. A região está distante dos centros urbanos servidos por aeroportos e infraestrutura de boa qualidade para a prática do lazer e do turismo.

Quanto ao Estado do Rio de Janeiro, além do *Jongo*, consta somente o registro das *Matrizes do Samba*. Cabe questionamento referente ao quanto pode ser prejudicial à versão oficial sobre como são ou devem ser as manifestações culturais de natureza imaterial. As práticas do samba, nas grandes escolas do Rio de Janeiro, são um sucessor das matrizes que, agora, procura-se salvaguardar. Entretanto, o próprio poder público estimulou, através da oficialização dos desfiles e do apoio às

301 BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*

escolas, a "evolução" do samba, no Rio de Janeiro, tornando-se grande fonte de divisas para o turismo no Estado e no país. Nesse caso, de maneira diversa a que ocorre com a prática do samba no Recôncavo Baiano, parece que a principal motivação para esse registro possa ter sido a ideia de reforçar a imagem do carnaval do Rio de Janeiro, mais que a de estimular a volta do samba, também, como uma prática ligada à comunidade dos morros do Estado do Rio. As escolas de samba, como hoje se encontram, fizeram o movimento em torno do samba crescer, tornaram-no uma atividade comercial a que foram agregados microfones, amplificadores e instrumentos mais potentes, a fim de que o espetáculo monumental pudesse ser apoteótico, mas as relações com a comunidade tornaram-se mais frias e distantes. Carlos Heitor Cony, que como todo o cronista vê a cidade sob um ângulo agudo e especial, defende a seguinte ideia sobre o carnaval:

> 'Quero beber, cantar, asneiras...' – o desabafo foi feito por um rapaz que estava tuberculoso e era poeta, num dos Carnavais antigos. Ainda existem tuberculosos e poetas no mercado, mas ninguém precisa de datas especiais para beber e cantar asneiras. Tem-se o ano todo para isso. O Carnaval é um pleonasmo na vida e no comportamento do brasileiro. A festa existe e resiste. Incorpora elementos novos, e embora mudando sempre, continua igual. Os jornais cassaram de sua enxuta linguagem a expressão 'tríduo momesco'. As autoridades, em órbita estadual e municipal, cassaram o próprio Rei Momo, elas aparecem mais do que o soberano da folia. Enxugou-se o carnaval de excessos provincianos e a festa, passada a limpo, conseguiu a façanha paradoxal de ser mais cosmopolita à custa de um último ranço provinciano: a presença dos ricos e famosos que insistem em abrilhantar um evento que tem brilho suficiente e autônomo.[302]

A Arte Kusiwa, uma das primeiras práticas registradas pelo IPHAN, está centrada, na área de menor número de embarques e

302 CONY, Carlos Heitor. Assim passa a glória do mundo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 01 fev. 2008.

desembarques, entre os estados já contemplados com algum registro. Aparentemente, a questão da manutenção das práticas desse grupo indígena terá dificuldades em, num futuro próximo, tornar-se um atrativo cultural para o país, sobretudo, pelo acesso difícil e falta de infraestrutura adequada para a prática do turismo, da mesma forma que o Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe.

Acredita-se que os estados das Regiões Sul e Sudeste tenham sido preteridos na legitimação oficial de seu patrimônio imaterial, talvez pela maior riqueza de seus estados e municípios, que poderiam agir e investir, buscando a salvaguarda dos bens com certa independência do poder federal, com exceção do caso do samba do Rio de Janeiro, tal como exposto anteriormente.

Logo, pelos dados apresentados, pode-se perceber que não há, ainda, como mensurar possíveis impactos diretos dos registros do patrimônio imaterial no fluxo turístico brasileiro, nem mesmo sobre os indicadores da balança econômica e equilíbrio social.

Como analisado, neste trabalho, o processo de patrimonialização dos bens culturais de natureza imaterial é recente e caminha, vagarosamente, não permitindo no momento uma avaliação significativa de seus efeitos. No entanto, a médio e longo prazos, promover o turismo, a partir do registro de bens culturais de natureza imaterial, pode constituir uma prática salutar, pois o turismo, muitas vezes, estimula a cultura "autêntica", provocando impactos positivos nas áreas sociocultural e econômica, sejam eles diretos, indiretos ou induzidos, que podem aumentar a renda do lugar visitado, estimular os investimentos e gerar empregos, atuar como meio de redistribuição de riquezas, com seus efeitos multiplicadores.

Edward Sapir faz referência à *cultura autêntica*, em oposição à *cultura espúria* ou *enlatada*, e explica que a primeira não é, necessariamente, alta ou baixa, ela é a expressão de atitudes diversificadas diante da vida e, ainda, assim consistentes.[303] Essa *cultura autêntica* é a que se

303 SAPIR, Edward. Culture, genuine and spurious. In: MANDELBAUM, David G. (Ed.). *Selected writings in language, culture and personality.*

busca preservar, por meio de salvaguardas legais ou de ações da comunidade, de empresas e de associações culturais ou grupos sociais. O registro dos bens culturais de natureza imaterial confere legitimidade oficial ao bem, mas seria impossível conceber que apenas o Estado, através do registro, fosse capaz de garantir a salvaguarda de todos os bens merecedores de cuidados no Brasil.

Deve-se notar que o turismo provoca, também, impactos negativos como a pressão inflacionária, a dependência e os custos sociais e ambientais, dentre outros. Se por um lado o turismo é um negócio regido pelas leis de mercado, por outro, é uma prática cultural que está ligada a valores afetivos e simbólicos, em que as qualidades das experiências do visitante são fundamentais. Aspecto este, essencial para se pensar qualquer projeto na área.

Da mesma maneira, o estabelecimento dos registros de bens imateriais oferece uma listagem patrimonial oficial que leva ao questionamento sobre o quanto se está adotando uma visão parcial da diversidade cultural brasileira. Quem são os favorecidos nessa primeira catalogação do patrimônio imaterial nacional? O 'turismo cultural', no Brasil, poderá ser beneficiado com essa nova prática do registro legal? Como esclarece Paula Revenga Dominguez:

> O processo de mercantilização que afeta aos bens patrimoniais está incidindo em sua consideração, chegando ao ponto de determinar não só quais são os bens mais relevantes, mas também quais irão receber maior atenção.[304]

O que deve ser discutido é a seleção de critérios e procedimentos, a partir dos quais o IPHAN possa atender à missão pública de promover a valorização e a salvaguarda dos bens que integram o patrimônio cultural do Brasil, atentando para as necessidades locais, sem perder

Berkeley: University of California Press, 1985.

304 DOMÍNGUEZ, Paula Revenga. *Op. cit.*, p. 7. [Tradução livre do autor deste livro.]

de vista a possibilidade de incrementar as práticas geradoras de renda e a interação social, entre as quais, o turismo cultural é, sem dúvida, uma das principais.

Considerações Finais

É assim o Brasil.
Um intenso e intermitente festival de luzes e cores fortes, nada de meio tom.
Seu povo escreve a história dia-a-dia,
desfrutando do privilégio de viver em uma terra solar,
tropical, banhada pelo Mar Atlântico e com a natureza em plenitude.
Sob as bênçãos do céu infinito.
É bem verdade que escreve apenas um capítulo na história da humanidade.
Mas um lindo capítulo.
O capítulo Brasil.

Ministério do Turismo/EMBRATUR

Este trabalho procurou analisar os possíveis entendimentos sobre os recursos culturais brasileiros e sua relação com a patrimonialização oficial e o turismo cultural, enquanto agentes possibilitadores do sentimento de identidade nacional e geração de benefícios econômicos para as comunidades locais e para o país. Para tanto, buscou-se identificar o 'estado da arte', os usos e significações que têm sido adotados, no Brasil, para a compreensão, salvaguarda e aproveitamento desses recursos, especialmente os de natureza imaterial.

Para atingir esses objetivos, analisaram-se conceitos relacionados à cultura, ao patrimônio e ao turismo cultural – foco dos primeiros capítulos – alcançando-se uma compreensão sobre a abrangência dessas realidades e a necessidade de averiguar como as cartas patrimoniais, nacionais e internacionais, legislaram sobre essas questões, considerando a evolução das ideias sobre o que deve ser preservado para futuras gerações. Este trabalho apresentou reflexões sobre o patrimônio cultural brasileiro, a partir da análise das listagens patrimoniais e das principais reuniões e documentos internacionais e nacionais, produzidos para a discussão e implementação de políticas patrimoniais – objetos dos capítulos 3 e 4.

Conceituações e *reconceituações* ampliaram as visões da cultura, e do fazer cultural, no Brasil, alargando, também, o entendimento sobre o patrimônio e a herança cultural a ser transmitida às futuras gerações.

As matrizes antropológicas que formaram a multiplicidade da criação cultural brasileira implicam o reconhecimento da diversidade de nossos focos de cultura, que incluem a tradição, a modernidade e os diferentes contextos culturais, que devem ser preservados e inseridos na dinâmica social e econômica do país, ampliando a formulação e implementação efetiva de políticas públicas para a cultura que possam beneficiar a todos os cidadãos.

O progresso econômico e social, a industrialização, o crescimento urbano, a poluição, as reações do meio ambiente em função da crescente industrialização, podem ser considerados ameaças à conservação dos bens culturais.

A salvaguarda do patrimônio cultural é um processo que foi amadurecendo através dos séculos e que, após as duas Grandes Guerras Mundiais, ganhou um grande impulso. Contudo, a diversidade existente no planeta se vê ameaçada, especialmente pela globalização e seus efeitos *uniformizantes*.

A liberdade de criação e o acesso à cultura devem possibilitar manifestações de cidadania. O turismo, a cultura e o lazer são aliados que podem auxiliar na preservação da identidade local e da dignidade e autoestima do cidadão. O patrimônio cultural é uma grande riqueza nacional e deve comprometer o governo, os empresários, as comunidades locais e o cidadão em sua preservação.

Nos capítulos 5 e 6, procedeu-se à análise de elementos fundamentais da constituição do patrimônio imaterial brasileiro e das medidas legais estabelecidas para o registro das principais manifestações culturais intangíveis do país. Os recursos culturais brasileiros, especialmente os de natureza imaterial, são praticamente infinitos e se revelam cada vez mais importantes para entender a diversidade do Brasil. As manifestações culturais de natureza imaterial devem ser reconhecidas como referência para a identidade comunitária em função de sua densidade histórica. A atuação do governo federal, procedendo ao registro

dos bens de maior destaque, é uma contribuição importante e aponta a preocupação com este legado que pode desaparecer se não se implantarem medidas urgentes de salvaguarda. O que está em jogo é a preservação dos bens intangíveis inseridos numa sociedade que sofre transformações rápidas e intensas.

Todo o patrimônio cultural brasileiro mereceria ser conservado, mas os recursos materiais necessários para tal empreitada são limitados. Esta constatação leva a conflitos e embates que evidenciam a forte carga simbólica do patrimônio cultural fazendo com que muitas decisões tenham por base critérios corporativistas ou partidários.

O registro dos bens de natureza imaterial no Brasil, promovido pelo IPHAN, é precedido pelo inventário detalhado da prática cultural. Este inventário por si só já tem grande valor para a preservação e salvaguarda dos bens culturais – tal como abordado no capítulo 6. O registro de bens imateriais no Brasil demonstra, também, a aderência do país aos princípios internacionais que têm sido emanados pelas cartas patrimoniais e resoluções da UNESCO. Recuperamos aqui a primeira hipótese deste trabalho confirmando que o mapeamento das ações governamentais para o registro dos bens culturais de natureza imaterial demonstra a situação, os usos e as significações patrimoniais no Brasil.

As comunidades envolvidas, ao perceberem o interesse do poder público por sua história, sua cultura, suas práticas, já se sentem, geralmente, mais valorizadas e já passam a prestar mais atenção e a ter um cuidado mais efetivo com seu patrimônio. O Estado deve atuar como corresponsável pela salvaguarda dos bens culturais, mas a efetiva prática da preservação depende principalmente dos detentores do saber. A prática dos princípios da interpretação patrimonial para o lazer e para o turismo cultural – discutida no capítulo 7 – pode fornecer elementos para a interação entre a comunidade receptora e o visitante, oferecendo subsídios para a construção de atrativos turísticos e para a proteção dos bens culturais.

Acredita-se, contudo, que os inventários e registros realizados pelo Ministério da Cultura, através do IPHAN, deveriam adotar procedimentos mais céleres e um contingente humano maior para a sua

realização. Talvez a promoção de incentivos fiscais mais interessantes para as empresas que venham a investir na área cultural possa ser um grande aliado dos processos de inventário e registro e também da salvaguarda do patrimônio, através de novas formas de apoio cultural que privilegiassem os bens culturais de natureza imaterial.

A EMBRATUR, em seu anuário de 2006, quando trata na parte final sobre os 40 anos do Instituto traz as únicas referências ao turismo cultural e o faz apenas na descrição do "Portal Brasileiro de Turismo" quando relaciona o item "Esporte e Cultura" como um dos segmentos do turismo, e quando descreve a "marca Brasil", explicando que: "o verde está ligado às florestas; o amarelo ao sol e à luminosidade; o vermelho e o laranja, às festas populares; o azul, ao céu e à água; e o branco, às manifestações religiosas".[305]

Tem-se a impressão de que a EMBRATUR acredita que a simples referência aos tesouros nacionais na interpretação das cores da "marca Brasil" seria suficiente para incentivar o turista a buscar a cultura intangível do país, que vai muito além do já consagrado "sol e praia" característico da procura das massas.

Na divulgação do país, a EMBRATUR e o Ministério do Turismo poderiam valorizar mais os atrativos imateriais, especialmente os já oficialmente patrimonializados, promovendo uma imagem diferenciada e possibilitando o estabelecimento de uma identidade embasada na rica diversidade cultural brasileira.

A atuação dos agentes envolvidos, especialmente do Ministério da Cultura, tem deixado a desejar quando o assunto é demonstrar a importância do patrimônio imaterial e a diversidade cultural brasileira. Tanto é assim que, desde 2002, quando foi registrado o primeiro bem imaterial pelo IPHAN, até o final de 2010 apenas vinte e dois bens imateriais foram registrados. Trata-se de uma quantia ínfima de registros para um país de dimensões continentais como o Brasil. Vinte e dois registros é uma indicação da pouca importância que o patrimônio imaterial tem recebido por parte do governo.

305 BRASIL. *Op. cit.*, 2007a, p. 258.

Não se está defendendo a patrimonialização como um processo fácil que torne o reconhecimento oficial uma condecoração sem expressividade ou que leve ao engessamento das práticas sociais fazendo com que deixem de pertencer à comunidade e criando impedimentos à ação do grupo ou do tempo social, tal como afirmamos na segunda hipótese deste trabalho. Devido às características peculiares de meio milênio de história, a produção imaterial brasileira foi geralmente tratada como consequente inferior das matrizes europeias. A resistência dos saberes tradicionais e de seus modos de fazer foi perdendo força com as transformações globais e muitos desses saberes e modos de fazer correm grave risco de não atingirem as próximas gerações. O registro de mais recursos nos livros do patrimônio imaterial pode auxiliar na preservação desses bens culturais ameaçados. A celeridade invocada vai ao encontro da necessidade de salvaguarda imediata para a preservação da memória e identidade dos cidadãos brasileiros. Esta memória e identidade são extensivas às localidades e podem fomentar a vinda de turistas ao país. Visitantes que busquem vivenciar a troca de experiências culturais e não a simples espoliação dos recursos alheios.

Cabe especial responsabilidade ao poder público na articulação de questões complexas como a da preservação do meio ambiente, da propriedade intelectual e da aplicação econômica do turismo, entre outras, para que se possa responder com inteligência à indagação de Stela Maris Murta:

> Estaremos realmente condenados a assistir à consolidação de um turismo histérico de lazer e diversão a todo o custo, sem qualquer conteúdo cultural que estimule o interesse pela vida local, seus fazeres e saberes, sem nada que provoque a curiosidade do turista?[306]

Pela grandiosidade das particularidades regionais é recomendável que sejam realizados inventários periódicos e adaptados às realidades locais, compreendendo as necessidades e anseios de cada um

306 MURTA, Stela Maris. *Op. cit.*, 2002c, p. 150.

dos setores culturais do país. Os discursos e políticas do patrimônio cultural no Brasil iniciaram sob forte peso da Igreja Católica, que influenciou intensamente a escolha dos bens matérias que deveriam ser preservados. Na atualidade, estes discursos e políticas estão atrelados à ideia do processo civilizatório para o qual convergiram as três etnias fundadoras da nação, mas deixam de lado as demais culturas que compõem a mesclagem de civilizações que continuaram atuantes em nosso processo cultural mais recente com forte presença e influência nas dinâmicas sociais. O Brasil recebeu imigrantes de todas as partes do mundo, acolheu várias culturas e possibilitou seu amalgamento às tradições locais ancestrais, possibilitando toda essa diversidade que se pode invocar como universal.

As políticas culturais devem enfrentar com mais firmeza os desafios propostos pela salvaguarda do patrimônio imaterial com a descentralização de ações, o estabelecimento de parcerias e a ampla participação das comunidades. Os grupos e suas manifestações culturais não devem ser incorporados ao turismo simplesmente como elementos pitorescos de uma cultura exótica, transformando-se apenas em entretenimento e diversão.

Os bens culturais possuem uma dimensão que faz menção aos sentidos enraizados e subjacentes à ação social que agregam os significados e que estruturam a memória coletiva, podendo desencadear laços de respeito nos cidadãos para consigo mesmos e para com sua história e cultura. É necessário que haja respeito às manifestações e aos grupos detentores dos saberes culturais partindo do princípio de que constituem parte representativa da identidade do país e que integram a ampla e diversa trama que compõe a cultura nacional. Há que se cuidar para que o patrimônio não seja simplesmente "coisificado" e entendido exclusivamente como recurso. Nesse sentido, exprimem-se a confirmação da terceira hipótese desta pesquisa que aponta os bens imateriais como elementos estratégicos para a constituição identitária da sociedade brasileira.

Devido a fatores como a alta exposição, a utilização e a comercialização indevidas do conhecimento tradicional, o *status* de patrimônio

imaterial pode acarretar pontos negativos aos bens patrimonializados. O mercado turístico deveria utilizar um maior número de registros de bens de natureza imaterial como atrativos culturais para motivar e potencializar as atividades de turismo inclusive na adaptação da oferta turística aos movimentos da demanda.[307] A imagem das localidades turísticas envolvidas com os registros poderia ser desenvolvida, de modo a possibilitar aos visitantes as informações sobre as opções culturais existentes. Essas atrações privilegiadas pelo registro oficial poderiam determinar a escolha do turista pela visitação da localidade. Elsa Peralta ressalta que o patrimônio tem um valor que:

> [...] é debitado pelos seus usos simbólico, político e econômico, e que existe uma reciprocidade entre estes usos, porque não existe patrimônio que seja simbólico que não seja também político e porque só terá um valor econômico, por via da sua comercialização no mercado turístico, se tiver um valor simbólico elevado.[308]

Contudo, as estruturas de apoio ao turismo, como estradas, aeroportos, saneamento básico, comunicação, eletricidade etc., devem ser implantadas ou melhoradas, nas regiões, onde se desenvolvem as práticas culturais, objeto dos registros, mas com o cuidado de se estabelecer anteriormente programas eficazes no âmbito da educação patrimonial. Assim como programas que incluam a comunidade local, para que os impactos socioculturais não criem adversidades nem para o turismo, nem para as práticas culturais.

Da mesma maneira, o turismo deveria basear seu desenvolvimento em práticas que contribuíssem mais efetivamente para a salvaguarda de bens culturais, que levassem a uma gestão coordenada e responsável e que evitassem ou minimizassem os possíveis efeitos nocivos que possam atingir os recursos patrimoniais.

A consolidação da ideia de patrimônio cultural, especialmente dos

307 LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. *Op. cit.*, 2001, p. 92.

308 PERALTA, Elsa. *Op. cit.*, p. 8.

bens culturais de natureza imaterial, ainda não está suficientemente consistente e aceita por todos os âmbitos de produção e de consumo. Os diversos setores envolvidos com o turismo, diretamente relacionados com as questões patrimoniais, ainda estão em processo de conscientização sobre a necessidade de preservação e salvaguarda desses bens, especialmente os de natureza imaterial, recursos indispensáveis, como capital simbólico necessário para a viabilização do imaginário social que pode conduzir à ideia de cultura nacional e, em consequência, ao aprimoramento da atividade turística, confirmando mais uma vez a terceira hipótese deste trabalho.

O patrimônio imaterial requer identificação, reconhecimento, registro etnográfico, acompanhamento periódico, divulgação e apoio, com menos intervenção que os bens culturais imóveis. Não se deve preservar no sentido clássico do termo, entendido com base na noção de tombamento dos bens imóveis, nem se deve persistir, no caso dos bens imateriais, na busca pela permanência que possa sugerir o congelamento ou o imobilismo. Conservar práticas culturais não deve significar isolá-las do contato com o mundo, "tentando desconectá-las da dinâmica do fazer a história em seu cotidiano".[309] No caso do patrimônio imaterial, a noção de autenticidade deve ser substituída pela de continuidade histórica, sua manutenção através do tempo e a tradição à qual se vincula, mas com o reconhecimento da dinâmica de transformação do bem imaterial. Recupera-se novamente, portanto, a confirmação da segunda hipótese desta pesquisa.

Depois de um primeiro estágio propiciador da afirmação da identidade dos grupos envolvidos com os saberes registrados, deve ocorrer sua exposição e difusão para públicos que, de outra maneira, não teriam acesso direto aos bens e aos grupos envolvidos com essas práticas culturais. O registro deve configurar a identificação e produção de conhecimento sobre um bem cultural podendo tornar as informações acessíveis ao público por meio das tecnologias da informação.

309 SEITI, André. *Op. cit.*, p. 7.

Num país em vias de desenvolvimento, como é o caso do Brasil, que detém uma história própria relativamente recente, há a necessidade da consolidação do imaginário social em torno da legitimação do patrimônio cultural e cumpre ressaltar a importância do significado e da representação social dos bens culturais de natureza imaterial no Brasil. Confirma-se, assim, a terceira hipótese deste trabalho, que considera os bens imateriais elementos estratégicos para a constituição identitária da sociedade brasileira.

A herança cultural compartilhada e preservada para as futuras gerações deve considerar as diferentes categorias em que um patrimônio é concebido para que possa ser representativa de um grupo social determinado. As práticas culturais, os saberes e sua transmissão para gerações futuras deveriam, entretanto, ser mais que objetos de registro oficial garantido e, então, salvaguardado pela legislação. Deveriam ser, antes de tudo, uma questão básica de educação. Não se está aludindo à educação escolar apenas, mas também à educação comportamental que passa por todas as formas e fontes de comunicação, educação que deveria ser tão considerada pela comunidade, pelos governantes, pelos empresários e pelo cidadão, a ponto de manter as questões relativas aos bens culturais em constante discussão, para que cada envolvido agisse de maneira mais sábia e consciente, preservando os saberes, a identidade da nação, possibilitando as trocas simbólicas, a autoestima, o sentimento de nacionalidade, de identidade.

A atuação do IPHAN e dos Ministérios da Cultura e do Turismo deveria ser menos onipotente e mais aberta à diversidade ambígua e precária dos bens, conduzindo as ações para uma liberdade mais consistente e estimulada de práticas culturais. Afinal, os bens culturais do povo brasileiro pertencem à humanidade e fazem reconhecer a genialidade e universalidade do espírito humano, agregando valor através do turismo cultural e promovendo as localidades e as imagens dos lugares.

Os bens de natureza imaterial patrimonializados podem fornecer subsídios para o sentimento de pertencimento à comunidade, levando à formação de laços cada vez mais solidários que possam conduzir ao respeito de valores éticos e a projeção social e econômica. Reafirma-se

a terceira hipótese desta pesquisa, uma vez que os grupos que atingirem este estágio deverão ser considerados como forças políticas que indiquem as possibilidades de empreendedorismo do povo brasileiro, como forças que representem o protagonismo social dos envolvidos.

É evidente que os recursos culturais de natureza imaterial podem contribuir e influenciar a imagem de uma destinação. Se esses bens estiverem registrados pelo IPHAN, o apelo será maior e as estratégias de atuação poderão se valer desse *status* de patrimônio oficializado. Contudo, independentemente de registro oficial, os bens culturais devem ser preservados e estimulados para que em cada recanto do país possa existir a identidade cultural do cidadão local, o sentido de pertencimento, a noção ética da conservação e da não depredação do que é público, e o estímulo à continuidade das tradições populares e folclóricas. Nesse sentido, confirma-se a quarta hipótese deste trabalho que defende a identidade local como colaboradora na construção dos atrativos turísticos.

A legislação e as políticas públicas devem incentivar os vários agentes para que se mobilizem pela salvaguarda dos recursos culturais imateriais, independentemente da patrimonialização oficial, utilizando estratégias de comunicação, investindo na educação patrimonial, incentivando a pesquisa sobre os recursos culturais e oferecendo subsídios fiscais às empresas que participem nesta empreitada, confirmando a quinta hipótese desta pesquisa que considera que a legislação brasileira não abrange todos os bens que poderiam ser considerados patrimônio cultural.

Empreendeu-se neste trabalho o estudo sobre o registro do patrimônio imaterial e o turismo cultural no Brasil por meio da análise dos bens registrados e da situação atual do turismo no país, fornecendo elementos que demonstrassem a importância da mediação do sentimento de patrimônio para a valorização e salvaguarda dos bens de natureza cultural. Cumprindo os objetivos previstos, confirmaram-se as hipóteses levantadas, trazendo uma possível compreensão aos problemas inicialmente percebidos.

A respeito das direções futuras deste trabalho concorda-se, com Marco Antônio Guerra, que a avaliação:

> [...] feita ao longo desse trabalho, é o resgate dessa história recente, na tentativa de fixar a importância desse momento. Como tal, é passível também de uma avaliação, de uma redefinição, tal qual a obra aqui analisada. Mas é também uma tentativa, um ensaio de um registro histórico, ao qual se acrescentarão outros mais, e que formarão um dossiê desse período.[310]

O percurso realizado nesta pesquisa teve o intuito de reduzir o vácuo formado pela falta de estudos dedicados ao turismo cultural e suas relações com o patrimônio imaterial brasileiro. Não se teve a intenção de responder a todos os questionamentos suscitados pelas realidades que envolvem o turismo cultural e os registros de patrimônio imaterial no Brasil. Espera-se, no entanto, ter contribuído para outros estudos, especialmente os que possam se dedicar a mensurar, a partir de dados evolutivos – atualmente incipientes –, a abrangência dos impactos econômicos e sociais.

310 GUERRA, Marco Antônio. *Op. cit.*, p. 230.

Referências

ABELLÁN, Aurélio Cebrián. Acción local, turismo y patrimonio en la comunidad de Murcia. *Cuadernos de Turismo*, n. 16, 2005, p. 65-83.

ALBANO, Celina. O sentido da interpretação nas cidades do ouro: São João Del Rei e Tiradentes. *In*: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). *Interpretar o patrimônio:* um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

AMARAL, Aracy. *Artes plásticas na Semana de 22.* São Paulo: Perspectiva, 1970.

ANICO, Marta. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan.- jun. 2005, p. 71-86.

ARANTES, Antonio Augusto. *O que é cultura popular*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

AZEVEDO, Fábio. Quais são as sete maravilhas do mundo? *Mundo Estranho*. São Paulo: Abril Cultural, ed. 37, mar. 2005.

BABELON, J. P.; CHASTEL, A. *La notion de patrimoine*. Paris: Liana Levi, 1994.

BANDNEWS FM. *Maravilhas paulistanas*. Disponível em: <http://www.bandnewsfm.com.br>.

BARREIRA, Irlys Alencar. A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 5, n. 9, jan./jun. 2003, p. 314-339.

BARRETO, Margarita. *Turismo e legado cultural*: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2000.

BASTO, Cláudio, *apud* CASCUDO, Luís da Câmara. *Tradição:* ciência do povo. São Paulo: Perspectiva, 1967.

BATISTA, Cláudio Magalhães. Memória e identidade: aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. *Caderno virtual de turismo*. v. 5, n. 3, 2005, p. 27-33.

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulações*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENI, Mário Carlos. Um outro turismo é possível? A recriação de uma nova ética. *In:* MOESCH, Marutschka Martini; GASTAL, Susana (Orgs.). *Um outro turismo é possível*. São Paulo: Contexto, 2004.

BERGAMIN, Sig. *Adoro o Brasil*. São Paulo: A Girafa, 2003.

BERRY, S. Conservation, capacity and cashflows – tourism and historic building management. *In*: SEATON, A. V. (Ed.). *Tourism*: the state of the art. Chichester: Jon Wiley & Sons, 1994.

BEST HOME. *Turismo*: uma maravilha brasileira. Disponível em: <http://www.teitelbaum.com.br/besthome/edicao13/materia18.php>.

BIGNAMI, Rosana. *A imagem do Brasil no turismo*: construção, desafios e vantagem competitiva. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2002.

BOISSEVAIN, Jeremy. *Coping with tourists*. European reactions to mass tourism. Oxford & Providence: Berghahn Books, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 2, 2001, p. 73-83.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. *O registro do patrimônio imaterial*: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Fundação Nacional de Arte, jul. 2003.

_____. *Estratégia de gestão do inventário da oferta turística*. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

_____. *Segmentação do turismo*: marcos conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006a.

_____. *Projeto inventário da oferta turística*. Brasília: Ministério do Turismo, 2006b.

_____. *Constituição de 1934*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao46.htm>.

_____. *Constituição de 1937*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao37.htm>.

_____. *Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo*. Ministério do Turismo. Disponível em: <http://www.institucional.turismo.gov.br/portalmtur/opencms/ institucional/estrutura/embratur.html>.

_____. *O toque dos sinos em Minas Gerais:* dossiê descritivo. Brasília: IPAHN, 2009.

_____. *Festa do Divino Espírito Santo*: dossiê descritivo. Brasília: IPAHN, 2010.

BURKE, Peter. *A cultura popular na idade moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa. O espaço da cultura: guia cultural do Estado de São Paulo. *São Paulo Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 2, abr./jun. 2001, p. 55-65.

CALASANS, José. *Cachaça, Moça Branca.* Bahia: s.e., 1951.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas*. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1997.

CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica:* ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Folclore do Brasil*. Brasil; Portugal: Fundo de Cultura, 1967.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. V. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.

CIAFFONE, Andréa. Turismo e gastronomia: o verdadeiro sabor da descoberta. *In:* FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs). *Turismo e patrimônio cultural*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CLUZEAU, C. Origet du. *Le tourisme culturel*. Paris: Puf, 2000.

COHN, Clarice. Culturas em transformação: os índios e a civilização. *São Paulo Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 2, 2001, p. 36-42.

COLLECTORS STUDIOS LTDA. *Marcha n. 1 de Vassourinhas*. Disponível em <http://www.collectors.com.br/CS06/cs06_05e.shtml>.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. *Coletânea Gestão Pública*: Turismo. Brasília: CNM, 2004.

CONY, Carlos Heitor. Assim passa a glória do mundo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 01 fev. 2008.

COOPER, Chris; FLETCHER, John *et al*. *Turismo, princípios e prática*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CORRÊA, Roberto. *CD Uroboro.* Brasília: Viola Corrêa Produções Musicais,1994.

COSTA, F. A. Pereira da. Vocabulário pernambucano. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*. Recife: Imprensa Oficial, 1937. *Separata* do v. XXXIV.

COSTA, Flávia Roberta. *Turismo cultural e comunicação interpretativa*: contribuição para uma proposta brasileira. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CRETELLA JÚNIOR, José. *Comentários à Lei da Desapropriação (Constituição de 1988 e leis ordinárias)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

DA MATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAIFUKU, Hiroshi. *International assistance for the conservation of cultural property. Why preserve the past?* The challenge to our cultural heritage. Paris: Yuhishtir Raj Isar; Unesco; Smithsonian Institution, 1986.

DE LA ROSA, Beatriz Martín. Turismo y gestión cultural en las Islas Canarais: apuntes para una reflexión. *PASSOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural,* v. 1, n. 1, 2003, p. 105-110.

DELGADO, Manuel. Trivialidad y transcendência. Usos sociales y políticos del turismo cultural. *Turismo cultural*: el patrimonio histórico como fuente de riqueza. Valladolid: Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, 2000.

DETIENNE, Marcel. *La invención de la mitologia*. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1985.

DI GIORGI, Camilo Hernandez. *Turismo cultural em Ouro Preto*: bens para o conhecimento de seus turistas e sua visitação. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DOMÍNGUEZ, Paula Revenga. Patrimonio cultural y turismo: valor y realidad de la educación patrimonial en el marco de los estudios de turismo en España. *Saberes*, v. 4, 2006, p. 1-23.

DÓRIA, Carlos Alberto. A merencória luz do Estado. *São Paulo Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 2, 2001, p. 84-91.

DRIS, Nassima. Patrimoine et developpement local: l'appropriation collective du patrimoine comme forme d'integration sociale. *Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 8, n. 13, set. 2006, p. 9-18.

DURAND, José Carlos. Cultura como objeto de política pública. *São Paulo Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 2, 2001, p. 66-72.

ENEIDA, Moraes. *História do Carnaval Carioca*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

FARIAS, Eny Kleyde Vasconcelos. A construção de atrativos turísticos com a comunidade. *In*: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). *Interpretar o patrimônio:* um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

FOLHA DE S.PAULO. *Minas vai erguer Cristo maior do que o Redentor*. São Paulo, 01 jul. 2007a.

_____. *Unesco critica concurso das sete novas maravilhas, escolhidos festejam*. São Paulo, 08 jul. 2007b.

_____. *Contra Cristo Redentor, paulistas querem "eleger" Borba Gato na web*. São Paulo, 10 jul. 2007c.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo:* trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997.

FREIRE, Doia; PEREIRA, Lígia Leite. História oral, memória e turismo cultural. *In*: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). *Interpretar o patrimônio:* um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 2 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. Introdução. *In:* FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. *Turismo e patrimônio cultural*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2003.

GANAU, Joan. El papel de la cultura en el cambio económico y la promoción de las ciudades. El caso de Philadelphia. *Scripta Nova: Revista eletrónica de geografía y ciencias sociales*, v. 11, 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-24561.htm>.

GIDDENS, Anthony. Living in a post-traditional society. *In:* BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Reflexive Modernization.* Cambridge: Polity, 1996.

GOELDNER, Charles R; RITCHIE, J. R. Brent; McINTOSH, Robert W. *Turismo:* princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre, v. 11, n. 23, jan./jun., 2005, p. 15-36.

GOODEY, Brian. Turismo cultural: novos viajantes, novas descobertas. *In*: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). *Interpretar o patrimônio:* um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002a.

_____. Olhar múltiplo na interpretação de lugares. *In*: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). *Interpretar o patrimônio:* um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002b.

_____. Interpretação e comunidade local. *In*: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). *Interpretar o patrimônio:* um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002c.

GÖÖCK, Roland. *Maravilhas do Mundo*. 2. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

GUERRA, Marco Antônio. *Carlos Queiroz Telles*: história e dramaturgia em cena (década de 70). São Paulo: Annablume, 1993.

HALL, Michael C. *Tourism and Politics*: policy power and place. London: John Wiley and Sons, 1994.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

_____. Introduction. Who needs 'Identity'. *In*: HALL, S; GAY, P. (Ed.). *Questions of Cultural Identity*. London: Sage, 1996.

_____. Quem precisa da identidade? *In:* SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

HALL, Michael C. *Planejamento turístico*: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

HALTER, M. *Shopping for Identity*: the marketing of ethnicity. New York: Schocken Books, 2000.

HARRISON, Stephen. Culture, tourism and local community – the heritage identity of the Isle of Man. *Journal of Brand Management*, n. 9, v. 4/5, Apr. 2002, p. 355-371.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia história*. Belo Horizonte, v. 22, n. 36, jul./dez. 2006, p. 261-273.

HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. *El museuo como espacio de comunicación*. Gijón: Ediciones Trea, 1998.

HEWINSON, Robert, *apud* HARVEY, David. Espaços urbanos na aldeia global: reflexões sobre a condição urbana no capitalismo no final do século XX. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*. Minas Gerais: PUC, n. 4, mai. 1996, p. 83-95.

HOBSBAWN, E.; RANGER, T. *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUGHES, Howard. *Artes, entretenimento e turismo*. São Paulo: Roca, 2004.

IBGE. *IBGE investiga a Cultura nos municípios brasileiros*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=980&id_pagina=1>.

IPHAN. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 02 ago. 2007.

_____. *Relatório de Atividades 2001/2002*. Brasília: IPHAN, 2003.

_____. *Relatório de Atividades 2003/2004*. Brasília: IPHAN, 2005.

_____. *Carta de Veneza*. Disponível em: <http://www.portal.iphan.gov.br>

_____. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Aprovada pela Unesco em 17 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.portal.iphan.gov.br>.

_____. *Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, 1972, Artigo 11, § 4º. Disponível em: <http://www.portal.IPHAN.gov.br>.

_____. *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI)*. Disponível em: <http://www.iphan.org.br>.

_____. *Bens culturais registrados*. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo*: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

LAGE, Beatriz Helena Gelas. Comunicação de massa e turismo. *In:* LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César (Orgs.). *Turismo:* teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. *Economia do turismo*. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

LAGE, Beatriz; LEITE, Edson. Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. *In*: AJZENBERG, Elza (Coord.). *Arteconhecimento*. São Paulo: MAC-USP; Programa Interunidades de Pós-Graduação em Estética e História da Arte, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 2003.

LEITE, Edson. *A estética moderna do início do século XX – Antonieta, Guiomar e Magdalena*: tradição e ruptura na produção cultural de São Paulo. Tese (Pós-Doutorado em Ciências da Comunicação)– Escola de comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. Turismo cultural: algumas abordagens e experiências. *In:* LAGE, Beatriz Helena Gelas (Org.). *Turismo, hotelaria & lazer*. V. 3. São Paulo: Atlas, 2004.

LEITE, Edson; MARQUES, Jane. Patrimônio cultural: o registro das Américas nas novas sete maravilhas. In: AJZENBERG, Elza (Coord.). *América, Américas*: arte e memória. São Paulo: MAC-USP; Programa Interunidades de Pós-Graduação em Estética e História da Arte, 2007.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *O que é patrimônio histórico*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LEOPOLDI, José Savio. *Escola de Samba, Ritual e Sociedade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Saudades de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, Rossini Tavares de. *Abecê do folclore*. 5. ed. São Paulo: Ricordi, 1972.

MACHADO, Jurema. A preservação do patrimônio cultural a partir do município: perspectivas e estratégias. Curitiba, mar. 1999, mimeo. *Apud* DÓRIA, Carlos Alberto. A merencória luz do Estado. *São Paulo Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 2, 2001, p. 84-91.

MAFFESOLI, Michel. *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

_____. O imaginário é uma realidade. *Revista Famecos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 5, ago. 2001, p. 74-82.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2007.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.

MAZZON, José Afonso. *Análise do programa de alimentação do trabalhador sob o conceito de marketing social*. Tese (Doutorado em Administração)-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

McKERCHER, Bob. Towards a classification of a cultural tourists. *International Journal of Tourism Research*, v. 4, 2002, p 29-38.

MELO, Veríssimo de. *Folclore infantil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

MIDDLETON, Victor T.C.; CLARKE, Jackie. *Marketing de Turismo:* teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

MOESCH, Marutschka Martini. Introdução. *In:* MOESCH, Marutschka Martini; GASTAL, Susana (Orgs.). *Um outro turismo é possível*. São Paulo: Contexto, 2004.

MURPHY, Clare; BOYLE, Emily. Testing a conceptual model of cultural tourism development in teh post-industrial city: a case study of Glasgow. *Tourism and Hospitality Research*, n. 6, v. 2, Feb. 2006, p. 111-128.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Org.). *Interpretar o patrimônio:* um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. Interpretação, preservação e turismo: uma introdução. *In*: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). *Interpretar o patrimônio:* um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002a.

MURTA, Stela Maris; GOODEY, Brian. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. *In*: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). *Interpretar o patrimônio:* um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002b.

MURTA, Stela Maris. Turismo histórico-cultural: parques temáticos, roteiros e atrações âncora. *In*: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). *Interpretar o patrimônio:* um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002c.

NEW 7 WONDERS. Disponível em: <http://www.new7wonders.com>. Acesso em: 08 jul. 2007.

NOVAES, Washington. A quem pertence o conhecimento? *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 4 fev. 2000.

O MUNDO maravilhoso da música: arte, história, instrumentos, tecnologia. Georg Solti (Apres.). São Paulo: Melhoramentos, 1997.

OLIVEN, Ruben George. Cultura e modernidade no Brasil. *São Paulo Perspectiva*. São Paulo, v.15, n. 2, 2001, p. 3-12.

ORAMAS, Alicia Hernández. El papel del patrimonio en el progreso económico, social y cultural. El caso particular del turismo. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural,* v. 2, n. 2, 2004, p. 307-310.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

_____. *Turismo Internacional*: uma perspectiva global. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PATRÍCIO, Patrícia. A face visível do invisível: como as dimensões material e imaterial se fundem nas religiões. *Continuum Itaú Cultural*. São Paulo, n. 7, jan./fev., 2008, p. 17-19.

PELLEGRINI, Américo. *Ecologia, cultura e turismo*. Campinas: Papirus, 1995.

PERALTA, Elsa. O mar por tradição: o patrimônio e a construção das imagens do turismo. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre. ano 9, n. 20, out. 2003, p. 83-96.

PINHO, Maria Sonia Madureira. Produtos artesanais e mercado turístico. *In*: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). *Interpretar o patrimônio:* um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

PIRES, Mário Jorge. *Lazer e turismo cultural*. São Paulo: Manole, 2001.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POZENATO, José Clemente. *Processos culturais*: reflexões sobre a dinâmica cultural. Caxias do Sul: EDUSC, 2003.

PRENTICE, Richard C. *Tourism and heritage attractions*. London: Routledge, 1993.

REAL, Katarina. *O Folclore no Carnaval de Recife*. Rio de Janeiro: MEC, 1967.

REISINGER, Yvette. Social contact between tourists and hosts of different cultural backgrounds. *In:* SEATON, A. V. *Tourism*: state of art. London: Wiley, 1994.

REVISTA HORIZONTE GEOGRÁFICO. *É frevo no pé*: dança típica do carnaval pernambucano comemora 100 anos. São Paulo, n. 109, ano 20, 2007, p. 10-11.

REVISTA MUSEU. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br>.

_____. *São Paulo passará a registrar todo o patrimônio imaterial*. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/noticias/not_imp.asp?id= 12918&ano_not=2007>.

RHODEN, Luiz Fernando. Patrimônio histórico como potencialidade para o turismo. *In*: GONÇALVES, Ana Beatriz R.; BOFF, Claudete (Orgs.). *Turismo e Cultura*: a história e os atrativos regionais. Rio Grande do Sul: URI; FAPERGS, 2001. v. 1.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *O processo civilizatório*: estudos de antropologia da civilização. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RIBEIRO, Marcelo. Festas populares e turismo cultural – inserir e valorizar ou esquecer? O caso dos Moçambiques de Osório, Rio Grande do Sul. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 2, n.1, 2004, p. 45-56.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. *In*: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. *Turismo e patrimônio cultural*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2003.

SALCEDO, Carrillo. *El derecho internacional en un mundo en cambio*. Madri: Tecnos, 1984.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Hernández; LUCIO, Pilar Baptista. *Metodologia de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTANA, Mariely. Patrimônio, turismo e identidade cultural. *Bahia Análise & Dados*. Salvador, Bahia, v. 11, n. 2, set. 2001, p. 169-173.

SANTOS, Carlos Nelson dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: Universidade Federal Fluminense; São Paulo: Projeto Editores, 1998.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. *São Paulo Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 2, 2001, p. 43-48.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SAPIR, Edward. Culture, genuine and spurious. In: MANDELBAUM, David G. (Ed.). *Selected writings in language, culture and personality*. Berkeley: University of California Press, 1985.

SEITI, André. Identidade da consciência: cultura imaterial se revela cada vez mais importante para entender a diversidade do Brasil. *Continuum Itaú Cultural*. São Paulo, n. 7, jan./fev., 2008.

SERRANO, Donna Catalina Cabrera. Identidad y globalización: encuentros y transformaciones entre las cocinas nacionales. *Universitas Humanística*, ano XXXII, n. 60, jul.-dec., 2005, Bogotá, Colômbia, p. 84-93.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole*: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SHILS, Edward. *Centro e periferia*. Lisboa: Difel, 1974.

SILBERBERG, Ted. Cultural tourism and business opportunities for museums and heritage sites. *Tourism Management*. Londres, v. 16, n. 5, 1995, p. 361-365.

SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. Prefácio. In: SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole*: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: Peirópolis; Edusp, 2003.

SIMONICCA, Alessandro. *Antropologia del turismo*: strategie di ricerca e contesti etnografici. Roma: Carocci, 2001.

SINGH, Shalini. *Cultural tourism and heritage management*. New Delhi: Rawat Publications, 1994.

SOARES, Guido Fernando Silva. Prefácio. *In:* SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: Peirópolis; Edusp, 2003.

SWARBROOKE, John. The future of the past: heritage tourism into the 21st century. *In*: SEATON, A. V. (Ed.). *Tourism*: the state of the art. Chichester: John Wiley & Sons, 1994.

TALAVERA, Augustín Santana. Patrimonio cultural y turismo: reflexiones y dudas de un anfitrión. *Revista Ciência y Mar*, v. 6, 1988, p. 37-41.

_____. Turismo cultural, culturas turísticas. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 9, n. 20, out. 2003, p. 31-57.

TAME, David. *O poder oculto da música*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

THOMAS, Deborah A. Development, 'culture', and the promisse of modern progress. *Social and Economic Studies*, v. 54, n. 3, sep. 2005, p. 97-125.

TINHORÃO, José Ramos. *História da Música Popular Brasileira:* samba. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. 3. ed. São Paulo: SESC; Studio Nobel, 2001.

VARGAS, Diego Uribe. La troisième génération des droits de l'homme. *RCADI*, v. 1, tomo 184, 1984, p. 371-389.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *MANA*, n. 12, v. 1, 2006, p. 237-248.

VIAGENS UOL. *O UOL e a BandNews FM querem saber*: quais são as sete maravilhas paulistanas? Disponível em: <http://viagem.uol.com.br/enquete/ enquete.jhtm?id=1741>.

VIANNA, Hermano. *O Mistério do Samba*. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; UFRJ, 2004.

VINUESA, Miguel Angel Troitiño. Aranjuez: patrimonio cultural, recuperación urbana y turismo. *Anales de Geografia de la Universidad Complutense*. V. extraordinário, 2002, p. 495-518.

WEISS, Edith Brown. *Fairness to Future Generations: International Law, Common Patrimony, and Intergenerational Equity*. Tóquio; Nova York: The United Nations University; Dobbs Ferry, Transnational Publishers, 1989.

WOLFF, Janet. *A produção social da arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação.* 5. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. *Registros de visitações internacionais*. Disponível em: <http://www.unwto.org/index_s.php>.

Referências Complementares

AGYEMAN, Julian. Environment, heritage & multiculturalism. *Interpretation*. Londres, v. 1, n.1, maio, 1995. Disponível em: <http://www.scotinterpnet.org.uk>

ALDERSON, Willian T.; LOW, Shirley Payne. *Interpretation of historic sites*. 2 ed. Califórnia: AltaMira Press; American Association for State and Local History, 1999.

ALLEN, Leslie. Seven Natural Wonders of the World. In: NATIONAL GEOGRAPHIC SOCIETY. *The wonders of the world*. Washington, D.C.: National Geographic society, 1998.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

ARANTES, Antônio Augusto. *Produzindo o passado*. Estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ASHWORTH, Gregory; TUNBRIDGE, J. E. *The tourist*: historic city. Londres: Belhaven, 1990.

ATKINSON, Carl; BARROW, Grahan. Participación de la comunidad local en la planificación interpretativa. In: CROSBY, Arturo (Org.). *Interpretación ambiental y turismo rural*. Madri: Centro Europeo de Formación ambiental y Turisitica, 1994.

AZAMBUJA, Marcelo. A gastronomia como produto turístico. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). *Turismo urbano*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 69-75. (Turismo Contexto)

AZEVEDO, Júlia. Turismo, cultura, patrimônio. In: CORIOLANO, Luzia Neide (Org.). *Turismo com ética*. Fortaleza: UFCE, 1998, p. 148-162.

BAKER, Priscilla. *Touring historic places*. A manual for group tour operators and managers of historic and cultural attractions. Washington, D.C.: National Trust for Historic Preservation, 1995.

BALLANTYNE, Roy *et al*. Targeted interpretation: exploring relationships among visitor' motivations, activities, attitudes, information needs and preferences. *The Journal of Tourism Studies*, Townsville, v. 9, n. 2, dez. 1998, p. 14-23.

BARRETO, Margarita. *Turismo e legado cultural*. São Paulo: Campinas, 2000.

BAUDRIHAYE, Jaime-Axel Ruiz. El turismo cultural: luces y sombras. *Estudios Turísticos*, Madri, n. 134, 1997, p.43-54.

BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1998.

_____. *Globalização do turismo*: megatendências do setor e a realidade brasileira. São Paulo: Aleph, 2003.

BONIFACE, P.; FOWLER, P. J. *Heritage and tourism in the global village*. Londres: Routledge, 1993.

BONIFACE, Pricilla. *Managing quality cultural tourism*. London: Routledge, 1995.

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. Cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997.

CRAIK, John. The culture of tourism. In: URRY, John. *Touring cultures*. Londres: Routledge, 1997.

CURY, Isabelle (Org.). *Cartas patrimoniais*. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DELLA MONICA, Laura. *Turismo e folclore: um binômio a ser cultuado*. 2. ed. São Paulo: Global, 2001.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva; SESC, 1999.

GARROD, Brian; FYALL, Allan. Managing heritage tourism. *Annals of Tourism Research*, Oxford, v. 27, n. 3, jul. 2000, p. 682-708.

HUGHES, Howard L. Redefining cultural tourism. *Annals of Tourism Research*, Oxford, v. 23, n. 3. jul. 1996, p. 707- 709.

MARTINS, Clerton (Org.). *Patrimônio cultural*: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006.

MILLAR, Sue. Heritage management for heritage tourism. In: MEDLIK, S. *Managing tourism*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1992.

MIRANDA, Jorge Morales. *Guia práctica para la interpretación del patrimonio*: el arte de acercar el legado natural y cultural al publico visitante. Sevilha: EPG Junta de Andalucia; Consejeria de Cultura, 1998.

PIRES, Mário Jorge. *Raízes do turismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Manole, 2002.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira (Org.). *Turismo, memória e patrimônio cultural*. São Paulo: Roca, 2004.

PRENTICE, Richard. *Tourism and heritage attractions*. Londres: Routledge, 1993.

RUSCHMANN, Doris. *Turismo no Brasil*: análise e tendências. São Paulo: Manole, 2002.

TIRAPELI, Percival. *Patrimônios da humanidade no Brasil*. São Paulo: Metalivros, 2000.

URRY, John. *O olhar do turista*: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: SESC; Studio Nobel, 1996.

WALLE, Alf H. *Cultural tourism*: a strategic focus. Boulder: Westview Press, 1998.

WALSH, Kevin. *The representation of the past*: museums and heritage in the post-modern world. London: Routledge, 1992.

Edson Leite

Possui graduação em Direito pela PUC-SP, mestrado em Comunicação Social pela UMESP, doutorado em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, pós-doutorado em Ciências da Comunicação pela ECA-USP e livre-docência na área de patrimônio cultural pela EACH-USP. É professor na graduação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades e no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte da Universidade de São Paulo. É Vice-Diretor da EACH/USP e Diretor da Orquestra Sinfônica da USP (OSUSP). Tem experiência nas áreas de Arte, Música, Cultura, Lazer, Turismo e Comunicação, atuando principalmente com temas relacionados ao patrimônio cultural.